

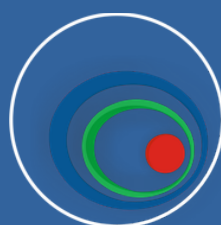
---

**ISSN: 2764-7498**

# **INFORMATIVO NECAT**

**nº50**

**ABRIL/2026**



**NECAT**

NÚCLEO DE ESTUDOS DE  
ECONOMIA CATARINENSE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA  
CATARINENSE**

**Coordenador**

Lauro Mattei | Prof. do Departamento CNM/UFSC

**Corpo Editorial**

Beatriz Mioto | Doutora em Economia/UNICAMP e Profa. de Economia/UFABC

Clecio Azevedo da Silva | Prof. do Departamento GCN/UFSC

Ivo Marcos Theis | Prof. de Economia/FURB

Juliano Luiz Fossá | Doutor em Administração/UFSC

**Comitê Científico**

Lauro Mattei | Prof. do Departamento CNM/UFSC

Jaime Cesar Coelho | Prof. do Departamento CNM/UFSC

Guilherme de Oliveira | Prof. Do Departamento CNM/UFSC

**Equipe Técnica**

Kauê Soares Alexandre | Estudante de Economia/UFSC

Rafael Nicolo Serra Ferreira | Estudante de Economia/UFSC

Gabriel Schwalbe Hoffmann | Estudante de Economia/UFSC

João Marcelo Sovinski | Estudante de Economia/UFSC

Rafaella Rodakevicz Ferraz | Estudante de Economia/UFSC

Renan Angst Marcomini | Estudante de Economia/UFSC

Jorge Alexandre Otto | Estudante de Economia/UFSC

**Endereço**

NECAT - Núcleo de Estudo de Economia  
Catarinense. Departamento de Economia e  
Relações Internacionais.

Centro Socioeconômico | Campus Trindade  
Universidade Federal de Santa Catarina  
CEP: 88040-900 Florianópolis, SC - Brasil  
Email: necat.ufsc@gmail.com  
Telefone: (48) 3721-6550

# SUMÁRIO

## TEMAS DE CONJUNTURA INTERNACIONAL

- 3 O TERRORISTA-EM-CHEFE  
*Paul Krugman\**
- 5 O COLAPSO PRODUZIDO POR DONALD TRUMP  
*Michael Roberts*
- 12 ANTISSEMITISMO E ANTISSIONISMO  
*Paulo Nogueira Batista Jr.*
- 15 CAPITAL E TRABALHO NOS PAÍSES NÓRDICOS  
*João dos Reis Silva Júnior*

## TEMAS DE CONJUNTURA BRASILEIRA

- 18 A TRAJETÓRIA RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA  
*Henrique Morrone*
- 22 O GOVERNO LULA E O NEOLIBERALISMO  
*Luiz Filgueiras*
- 28 O ESCÂNDALO DO BANCO MASTER  
*Luis Felipe Miguel*
- 32 OS CRIMES AMBIENTAIS  
*João Pedro Stédile*

## TEMAS DE ENSINO ECONÔMICO

- 36 JOHN MAYNARD KEYNES E OS MISTÉRIOS DO DINHEIRO  
*Luiz Gonzaga Belluzzo*  
*Manfred Back*
- 39 TRÊS ILHAS PARA FALAR DE ECONOMIA  
*Tiago Camarinha Lopes*

## TEMAS DE ECONOMIA CATARINENSE

- 42 PRODUÇÃO INDUSTRIAL CATARINENSE AVANÇA 1% EM FEVEREIRO DE 2026  
*Gabriel Schwalbe Hoffmann*

- 56 VAREJO DE SANTA CATARINA CRESCEU 2,2% EM FEVEREIRO DE 2026  
*Rafael Nicolo Serra Ferreira*
- 67 SETOR DE SERVIÇOS DE SANTA CATARINA CRESCEU 0,7% EM FEVEREIRO/26  
*Kauê Soares Alexandre*

## **TEMAS DE MERCADO DE TRABALHO DE SC**

- 78 SETOR DE SERVIÇOS IMPULSIONOU O SALDO DOS EMPREGOS FORMAIS EM FEVEREIRO DE 2026  
*João Marcelo Sovinski*  
*Renan Angst Marcomini*

## O TERRORISTA-EM-CHEFE

*Paul Krugman\**

Segundo o ICE - sim aquele ICE - terrorismo “envolve violência ou ameaça de violência contra pessoas ou propriedades para promover uma ideologia específica”. O site oficial declara ainda que “os terroristas não se importam com quem ferem ou matam para atingir seus objetivos”.

Se você ainda não leu a postagem de Donald Trump no Truth Social de domingo, acima, reserve um minuto para fazê-lo. Não confie em descrições distorcidas pela mídia. E depois me diga que Trump não se encaixa perfeitamente na definição de terrorista dada por seus próprios oficiais.

Não me venham dizer que a causa dele é justa, que o regime iraniano é maligno. É isso que os terroristas sempre dizem, e mesmo que às vezes seja verdade, o terrorismo se define pelos seus meios, e não pelos seus fins — pela sua tentativa de alcançar objetivos políticos atacando violentamente inocentes.

E é exatamente isso que Trump está fazendo: ele está ameaçando atacar a infraestrutura civil se não conseguir o que quer. E como Trump está falando em atacar serviços essenciais — usinas de energia! — isso é uma ameaça tanto contra pessoas quanto contra propriedades.

Mais tarde, no domingo, Trump disse ao Axios que os EUA estão em "negociações avançadas" com o Irã. Perdoem-me por duvidar que algo assim esteja acontecendo. Mas ele prosseguiu dizendo que, se não houver um acordo até terça-feira, "vou explodir tudo por lá". Ele fez essas ameaças sem sequer fingir que atacaríamos alvos militares e, pelo contrário, parece se deleitar, em vez de lamentar, com a morte e o sofrimento que suas ações causarão.

Pensando melhor, porém, não deveria dizer que Trump está fazendo uma ameaça de violência; ele está prometendo violência. Essa postagem vil não faz parte de uma estratégia de negociação, já que, afinal, não há a menor chance de o Irã abrir o Estreito de Ormuz até amanhã à noite. O regime iraniano quase certamente não conseguiria abrir o estreito em tão pouco tempo, mesmo que tentasse: o controle militar no Irã foi, ao que tudo indica, descentralizado para comandantes locais para limitar os efeitos dos ataques de decapitação dos EUA e de Israel. Portanto, não há como as pessoas em Teerã ordenarem que todo o exército iraniano recue em tão pouco tempo, mesmo que quisessem.

E é claro que eles não querem, porque acham que o Irã está vencendo. E Trump e as pessoas ao seu redor também acham isso, embora nunca admitam. Pois o terrorismo é uma estratégia dos fracos. É o que os extremistas fazem quando não têm capacidade para atingir seus objetivos por meio de ações militares ou outros meios não criminosos.

E é nessa situação que Trump e seus assessores se encontram. Eles herdaram um poderoso exército (que estão sendo rapidamente enfraquecido), mas, apesar de todo o seu

---

\*Economista. Artigo publicado no blog do autor em 06.04.2026

poder de fogo, esse exército não tem os meios para abrir o Estreito de Ormuz ao tráfego normal. Assim, os apoiadores de Trump estão se preparando para impor sofrimento e morte a civis inocentes, mesmo que esse sofrimento e essa morte não contribuam em nada para alcançar os objetivos dos Estados Unidos.

Não sei o que Trump fará quando o prazo expirar e o Estreito ainda estiver fechado. Provavelmente nem ele sabe. Mas ele está prometendo cometer crimes de guerra em larga escala. E o dever de todos que têm alguma influência e não fazem parte do círculo íntimo de Trump é fazer tudo o que puderem para impedi-lo.

Imediatamente, os oficiais militares devem estar cientes de que têm o direito e o dever de desobedecer ordens ilegais. É inacreditável que tenhamos chegado a este ponto, especialmente tão rapidamente, mas aqui estamos. Talvez se lembrem de que o Almirante Alvin Holsey renunciou em dezembro, supostamente por se recusar a participar de ataques ilegais contra supostos barcos de narcotráfico. O que Trump agora diz que fará é infinitamente pior. E a recusa de oficiais superiores em participar de crimes de guerra pode ser a única coisa capaz de deter esse mal.

Agora é que vamos descobrir o quão completamente nossas outrora honradas forças armadas foram corrompidas. Além das forças armadas, todos os políticos, ouso dizer todas as figuras públicas, nos Estados Unidos deveriam deixar claro que Trump não está agindo em nome deles.

Este não é o momento para os republicanos que sabem — e a maioria sabe — que Trump perdeu completamente o controle permanecerem subservientes por medo de que ele possa apoiar seus adversários nas primárias. Espera-se que ainda existam alguns patriotas genuínos desse lado do espectro político.

Também não é hora de os democratas darem ouvidos a estrategistas que os aconselham a se manterem em silêncio sobre política externa e a falarem apenas sobre os preços dos alimentos. Aliás, esse é um conselho político ruim: o desprezo público pelos democratas no Congresso tem muito a ver com a percepção de que eles são fracos e ineficazes, e ignorar a loucura criminosa de Trump só reforçará essa percepção. E não houve nenhum efeito de união nacional decorrente dessa guerra, que se torna cada vez mais impopular. Mas, em qualquer caso, as considerações políticas devem ficar em segundo plano em relação ao dever cívico.

O fato horrível, porém inegável, é que os Estados Unidos têm um presidente terrorista. E o mundo inteiro sabe disso. Mas ainda temos a chance de mostrar ao mundo que ele é uma aberração, que não somos uma nação terrorista. E podemos fazer isso defendendo os valores que sempre nos definiram.

## O COLAPSO PRODUZIDO POR DONALD TRUMP

*Michael Roberts\**

O presidente Donald Trump implementou sua nova gama de tarifas sobre as importações dos EUA, as quais foram chamadas de tarifas recíprocas. Além dos anunciados na última quarta-feira (Dia da Libertação), Trump incluiu uma taxa extra sobre as importações chinesas em retaliação à decisão da China de impor uma tarifa de 34% sobre as importações dos EUA.

Essa decisão, por sua vez, foi uma retaliação contra o aumento de 34% de Trump sobre as importações chinesas proposto na semana passada. Portanto, as importações dos EUA da China agora têm uma tarifa de 104%; na verdade, elas dobram os preços dos produtos importados da China. Enquanto escrevo, a China anunciou um aumento adicional de 50% nas importações dos EUA, elevando as tarifas chinesas sobre as exportações dos EUA para 84% nesta guerra de retaliação olho por olho.



Para onde tudo isso está indo? Bem, esses eventos implicam numa queda na produção nos EUA e na maioria das principais economias; ademais, eles provocarão um renascimento da inflação, principalmente nos EUA. Isso é loucura, não? Bem, como eu já disse no passado, quando tudo isso começou, há método nessa loucura.

Donald Trump e seus acólitos estão convencidos de que os EUA foram roubados em seu poder econômico e sem seu status hegemônico no mundo por outras grandes economias. Eis que, segundo ele, elas roubaram sua base industrial e, em seguida, impuseram todos os tipos

\*Economista e autor, dentre outros livros, do livro *The great recession: a marxist view* (Lulu Press) [ <https://amzn.to/3ZUjFFj> ]. Tradução: Eleutério F. S. Prado. Artigo publicado originalmente no blog *The next recession*. Republicado no site *A Terra é Redonda* em 10.04.2026.

de bloqueios à capacidade das empresas americanas (particularmente as empresas industriais americanas) de liderar em sua área de produção. Para Donald Trump, isso se expressa no déficit geral no comércio de bens que os EUA mantêm com o resto do mundo.

Ele não está preocupado, ao que parece, com o comércio de serviços, em que os EUA têm um superávit. É a indústria de transformação e o comércio de commodities que o preocupam. O objetivo é fechar esse déficit impondo tarifas sobre as importações de mercadorias por parte dos EUA.

Usando uma fórmula bruta para cada país (o tamanho do déficit comercial de bens dos EUA com cada país dividido pelo tamanho das importações dos EUA daquele país, depois dividido por dois), a equipe de Trump chegou aos aumentos de tarifas para cada país.  $[(X-M)/M]$  mede, na verdade, a capacidade do país exportador de impor déficit comercial aos EUA].

Essa fórmula é absurda por vários motivos: primeiro, exclui o comércio de serviços, onde os EUA têm superávits com muitos países; segundo, uma tarifa de 10% foi imposta mesmo para países com os quais os EUA têm um excedente comercial; terceiro, não tem relação com quaisquer barreiras tarifárias ou não tarifárias reais que um país tenha efetivamente sobre as exportações dos EUA; e quarto, ignora as barreiras tarifárias e não tarifárias (que são muitas) que os próprios EUA impõem sobre as exportações de outros países.

Essas barreiras “não tarifárias”, segundo consta, ainda podem também entrar em ação. O enviado comercial de Donald Trump, Peter Navarro, deixou claro: “Que os líderes mundiais que, depois de décadas de trapaça, de repente estão se oferecendo para reduzir as tarifas, saibam de uma coisa: isso é apenas o começo”. Ademais, ele citou uma lista de práticas desleais que ele disse incluir manipulação de moeda, licenciamento “opaco”, padrões de produtos “discriminatórios”, procedimentos alfandegários “onerosos”, localização de dados e a chamada “*lawfare*” de impostos e regulamentação que atingem as empresas de tecnologia dos EUA.

O objetivo de Donald Trump é claro. Ele quer restaurar a base industrial que a América já teve no passado. Grande parte das importações para os EUA de países como China, Vietnã, Europa, Canadá, México etc., são de empresas americanas sediadas nesses países que vendem de volta para os EUA a um custo menor do que se estivessem sediadas na América.

Nos últimos 40 anos de “globalização”, empresas multinacionais nos EUA, Europa e Japão transferiram suas operações industriais para o Sul Global para aproveitar a mão de obra barata, a falta de sindicatos ou inexistência de regulamentações. Combinaram isso com o uso da tecnologia mais recente para obterem grandes lucros. Mas o que aconteceu é que os países da Ásia industrializaram drasticamente suas economias e, assim, ganharam participação de mercado de produtos industriais e em exportações, deixando para os EUA as atividades de marketing, finanças e serviços.

Isso importa? Donald Trump e sua equipe acham que sim. Seu objetivo estratégico final é enfraquecer, estrangular e obter “mudança de regime” na China. Querem assumir o

controle hegemônico total sobre a América Latina e o Pacífico. Para fazer isso, eles devem ter uma força militar forte e esmagadora. Donald Trump anunciou um orçamento militar recorde de US\$ 1 trilhão por ano.

Contudo, os fabricantes de armas dos EUA não podem atender completamente as demandas que vem por meio desse orçamento. Portanto, a capacidade de fabricação dos EUA deve ser restaurada. Joe Biden estava ansioso para fazer isso por meio de uma ‘política industrial’ que subsidiasse empresas de tecnologia e infraestrutura industrial. Mas isso significou um enorme aumento nos gastos do governo que elevou o déficit fiscal a níveis recordes.

Donald Trump, por seu turno, avalia que deve impor tarifas para forçar as empresas industriais americanas a voltarem para casa e para as empresas estrangeiras a investirem nos Estados Unidos em vez de exportarem para lá. Ele avalia que pode aumentar o tamanho da produção industrial, gastar mais em armas e reduzir impostos para as empresas; ao mesmo tempo, ele quer cortar os gastos civis do governo e ainda manter o dólar estável – tudo com aumentos de tarifas.

Isso vai funcionar? Parece que alguns analistas, mesmo alguns de esquerda, acham que sim. É verdade que muitos estados semi-vassalos do imperialismo norte-americano provavelmente tentarão ceder aos termos de Trump: a Coreia do Sul e o Japão já estão tentando fazê-lo, o Reino Unido também parece querer ceder. Mas isso não será suficiente para mudar as coisas. Aqueles que pensam que Donald Trump pode ter sucesso argumentam que, no passado, quando os EUA optaram por mudar o equilíbrio das forças econômicas globais a seu favor, a coisa funcionou.

Richard Nixon tirou os EUA do padrão-ouro em 1971 e estabeleceu o dólar como moeda hegemônica com o privilégio “exorbitante” de ser o único emissor desse dinheiro fiduciário, para pagar suas importações e seus investimentos de capital no exterior. Mas isso não impediu que os EUA perdessem participação de mercado na manufatura durante a década de 1970.

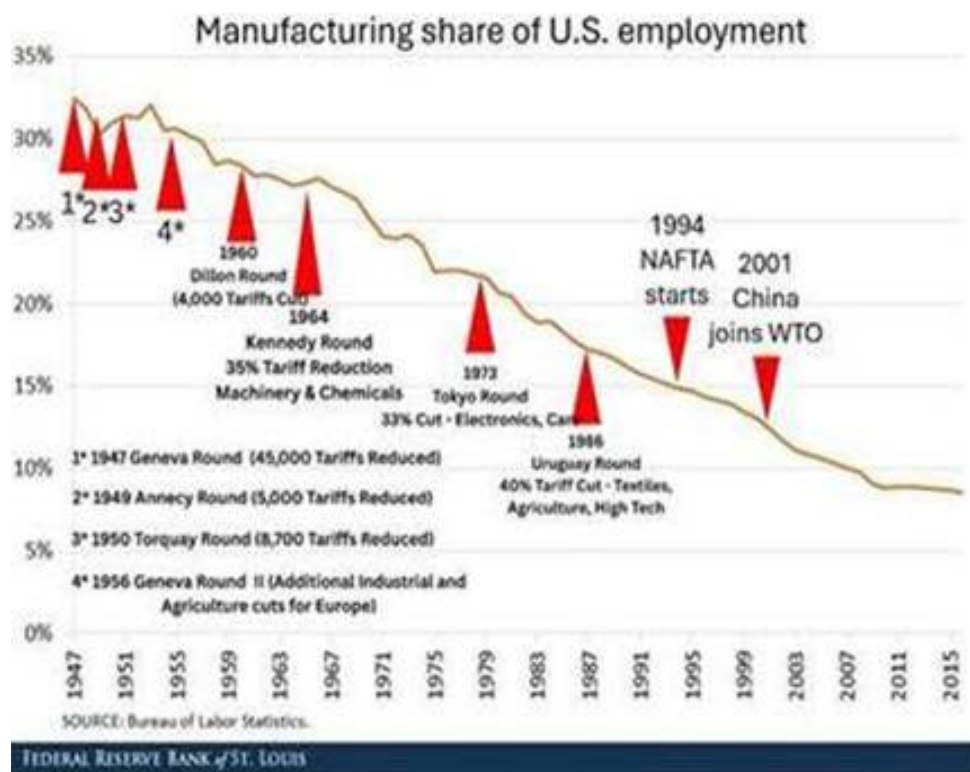
E então, em 1979, o então diretor do *Federal Reserve*, Paul Volcker, aumentou as taxas de juros para 19% para controlar a inflação, o que levou a uma profunda queda da atividade econômica nos EUA e no mundo. O dólar subiu tanto que a indústria dos EUA começou a mudar suas instalações para o exterior – ocorreu então o início do período neoliberal. Em 1985, os EUA conseguiram que outras nações comerciais concordassem em fortalecer suas moedas em relação ao dólar por meio do chamado acordo Plaza. Isso acabou destruindo a liderança industrial do Japão que fora construída nas décadas de 1960 e 1970, mas não funcionou para restaurar a indústria dos EUA.



Também não vai funcionar desta vez, em especial se a política econômica apela apenas para aumentos de tarifas. A manufatura dos EUA só poderia competir nos mercados mundiais se possuísse tecnologia superior e, portanto, se pudesse reduzir drasticamente os custos de mão de obra na produção.

Embora os EUA ainda tenham o segundo maior setor manufatureiro do mundo, com 13% da produção mundial (depois da China, com 35%), o emprego manufatureiro nos EUA caiu drasticamente desde o final da era de ouro na década de 1960, principalmente porque a lucratividade da indústria dos EUA diminuiu e a tecnologia substituiu a mão de obra – não por causa da liberalização do comércio.

De fato, a equipe de Donald Trump fala em aumentar a capacidade de fabricação doméstica por meio de robôs e Inteligência Artificial; assim, apenas um pequeno montante de empregos extras surgirá no setor. Isso não combina com a afirmação de Trump de que está “orgulhoso de ser o presidente dos trabalhadores, mas não dos terceirizados”. Como é dito, ele quer aparecer como o presidente que defende a *Main Street*, não *Wall Street*. O gráfico em sequência, que retrata a evolução do emprego na indústria, mostra o desafio que enfrenta:



A realidade é que Donald Trump não pode voltar no tempo para tornar os EUA a principal economia industrial do mundo. Esse navio esteve no horizonte, mas agora não está mais. A globalização significou que a cadeia de valor da indústria agora é global, com componentes e matérias-primas espalhados pelo mundo.

Eis o que o *Wall Street Journal* disse sobre essa perspectiva: “Mesmo que as exportações de produtos industriais dos EUA aumentassem o suficiente para fechar o déficit comercial – um evento extremamente improvável – e se o emprego crescesse proporcionalmente, a participação dos EUA na força de trabalho da indústria global subiria apenas de 8% para 9%. Ora, isso não vem a ser uma grande transformação”.

Se Donald Trump quiser restaurar a produção industrial dos EUA, o setor precisa de investimentos maciços. Ora, as empresas americanas, exceto as Sete Magníficas, que já experimentam lucratividade relativamente baixa, provavelmente não obedecerão, exceto no que tange aos equipamentos militares pagos em contratos governamentais. A reação do ex-conselheiro de Donald Trump, Elon Musk, aos aumentos de tarifas é sintomática; ela mostra bem a reação das grandes empresas dos EUA: Musk atacou Navarro, chamando-o de “idiota” e “mais burro que um saco de pedras” depois que Peter Navarro sugeriu que a oposição do chefe da Tesla às tarifas era de interesse próprio (o que de fato é).

Apesar do inevitável fracasso das tarifas como solução para a reindustrialização dos Estados Unidos, Donald Trump parece determinado a seguir em frente com sua estratégia protecionista. Isso só pode ser um gatilho para uma nova recessão nos EUA e nas principais

economias. É um gatilho porque as principais economias já estavam desacelerando, até mesmo a dos EUA.

O índice de atividade manufatureira (PMI) está em território de contração há mais de dois anos, enquanto os ganhos ajustados pela inflação dos americanos não aumentaram significativamente após a pandemia (ocorreu um aumento de apenas 1% nos últimos cinco anos, medido pelos ganhos semanais médios reais).

O modelo de evolução do PIB conhecido como GDP-Now do Fed de Atlanta prevê um baixo crescimento econômico dos EUA para este ano. No primeiro trimestre encerrado em março, a economia dos EUA contraiu 1,4%, com as vendas domésticas desacelerando para apenas 0,4% em uma base anualizada. Já o JPMorgan reduziu sua previsão do PIB de 2025 de +1,3% para -0,3%, com o desemprego projetado para subir para 5,3%.

A “guerra contra a inflação” também está sendo perdida pelo *Fed*, o banco central dos EUA. A meta do *Fed* é de 2% ao ano para a inflação de preços das despesas de consumo pessoal dos EUA. Em fevereiro, esse índice ficou em 2,5% e o seu núcleo (excluindo os preços de alimentos e energia) subiu para 2,8% ao ano. Como já aponte em fevereiro passado, há sinais crescente de estagflação nas principais economias, ou seja, de crescimento baixo ou zero ao lado do aumento da inflação de preços. E o impacto dos aumentos das tarifas de importação de Donald Trump ainda não foi sentido.

De fato, o *Federal Reserve* dos EUA está agora em um sério dilema. Deve manter as taxas de juros estáveis para tentar controlar a inflação ou deve baixá-los para tentar evitar uma queda? Os preços nas lojas americanas em breve subirão acentuadamente para os bens de consumo importados da Ásia, incluindo os artigos de couro e vestuário.

Smartphones, laptops e consoles de videogame provavelmente se tornarão mais caros para os consumidores dos EUA, principalmente porque muitas das tarifas mais altas de Donald Trump estão focadas em países como Vietnã e Taiwan. Os preços do arroz aumentarão 10,3% nos próximos meses, de acordo com o *Yale Budget Lab*. Esse “*think-tank*” também prevê um aumento de 4% no preço de vegetais, frutas e nozes, muitos dos quais são importados do México e do Canadá. No geral, o *Yale Budget Lab* estima que as famílias americanas gastarão uma média de US\$ 3.800 a mais a cada ano a partir de 2026 como resultado da inflação induzida por tarifas.

Considerando agora a “*main street*” a que se refere Donald Trump, vê-se que as empresas americanas estão ficando inadimplentes em empréstimos de alto risco num ritmo que é mais rápido em quatro anos; elas lutam para refinar uma onda de empréstimos baratos que se seguiu à pandemia de Covid. Como os empréstimos alavancados – empréstimos bancários de alto rendimento que foram vendidos a outros investidores – têm taxas de juros flutuantes, muitas dessas empresas contraíram dívidas quando as taxas estavam ultrabaixas durante a pandemia e, desde então, têm lutado com altos custos de empréstimos nos últimos anos. Agora, seu lucro

será ainda mais reduzido pelas tarifas, enquanto as taxas de juros permanecem altas.

Normalmente, quando uma recessão está próxima, os preços dos títulos do governo sobem à medida que os investidores procuram um “porto seguro” devido a uma queda no mercado de ações. Mas, desta vez, os preços dos títulos e a taxa do dólar também estão caindo – à medida que se elevam os temores do aumento da inflação, assim como o nível das preocupações com a segurança de manter ativos em dólares.

A queda nos mercados de ações e títulos é um presságio da grande queda na produção e no emprego nos EUA, assim como em outros países (estima-se que a atual taxa de crescimento real do PIB da China de 5% ao ano poderia ser reduzida em 2% pontos percentuais – prevê-se, ademais, que a queda será ainda pior para os outros países). E uma queda na “economia real” levará a um novo colapso nos ativos financeiros.



Donald Trump e sua equipe MAGA acreditam que todos esses choques são um preço que vale a pena pagar para restaurar a hegemonia da indústria dos EUA. Assim que a poeira baixar, a América será grande novamente – eis como eles argumentam. A destruição do comércio mundial terá um resultado “criativo” (pelo menos para a América). Mas isso é uma ilusão.

A hegemonia do imperialismo norte-americano vem enfraquecendo desde Richard Nixon em 1971 ou Paul Volcker em 1985. O colapso que está sendo produzido por Donald Trump apenas confirmará essa tendência.

## ANTISSEMITISMO E ANTISSIONISMO

*Paulo Nogueira Batista Jr.\**

*“O povo israelense e seu exército converteram-se em rentistas do Holocausto.”*

José Saramago

Volto a um tema que tem dado panos para manga. Qual o ponto essencial do debate sobre antissemitismo e antissionismo no mundo? Talvez seja a confusão desonesta e perigosa que os sionistas – um poderoso lobby transnacional – tentam fazer entre os dois fenômenos. A confusão é grande e tem sido manipulada para perseguir e assediar juridicamente críticos do sionismo e de Israel. Abundam acusações falsas de antissemitismo, feitas com o propósito de blindar Israel e o sionismo contra críticas não só legítimas, como também necessárias. Saramago, para citar um exemplo ilustre, foi acusado de antissemitismo pela frase citada em epígrafe.

No Brasil, há muitos intelectuais que escrevem com grande competência sobre esse tema – entre outros, Paulo Sergio Pinheiro, Reginaldo Nasser, Cláudia Assaf, Arlene Clemesha, Breno Altman, Glenn Greenwald e Bruno Huberman. Os três últimos são de origem judaica.

Apoiando-me em parte nas contribuições desses intelectuais, vou tentar esclarecer didaticamente a diferença entre antissemitismo e antissionismo, ainda que correndo o risco de resvalar para o óbvio ululante. Repisar o óbvio pode parecer desnecessário e ofensivo, reconheço. Mas, como dizia Nelson Rodrigues, o óbvio deve ser cultivado, pois ele sempre teve e terá inimigos implacáveis, refletindo uma mistura de burrice, ideologia e interesses escusos.

O que é o antissemitismo? É uma das muitas formas de racismo ou discriminação, voltada contra o povo judeu, entendido como raça ou etnia. Condena-se um povo inteiro, apontando os vícios e as violências de uma parte. Ainda que essa parte seja numerosa e influente, a generalização pode ser injusta e até caracterizar crime.

Antissionismo é algo essencialmente diferente. Trata-se da condenação de um projeto político, o sionismo, originado na Europa no final do século XIX, com o judeu germânico Theodor Herzl, e que resultaria na implantação de Israel na Palestina, em 1948. Uma terra para os “judeus errantes”, pedia-se. Mesmo que isso significasse, como significou, roubar as terras dos palestinos e cometer contra eles, desde o início e mesmo antes de 1948, toda sorte de violência, terrorismo e discriminação. Observe-se, de passagem, que antes do sionismo e da criação do Estado de Israel, árabes e judeus conviviam em certa harmonia no Norte da África e no Oriente Médio. De uma maneira geral, os judeus foram mais bem tratados no mundo islâmico do que na Europa.

---

\*Economista e escritor. Foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, de 2015 a 2017, e diretor executivo no FMI pelo Brasil e mais 10 países em Washington, de 2007 a 2015. Publicou pela Editora Contracorrente o livro *Estilhaços*, em 2024. E-mail: paulonbjr@hotmail.com Canal YouTube: youtube.nogueirabatista.com.br Portal: www.nogueirabatista.com.br

Certas distinções são importantes. Primeira: nem todo judeu é sionista. Há uma sobreposição muito importante entre judeus e sionistas, mas há muitas exceções. Os três judeus brasileiros mencionados acima, por exemplo, que são visceralmente antissionistas. No exterior, temos o cientista político Norman Finkelstein e o historiador Ilan Pappé, entre muitas outras pessoas de grande destaque, que também são judeus antissionistas. Finkelstein, por exemplo, tem ressaltado que o problema não é só o governo Netanyahu, nem mesmo só o Estado de Israel, mas a própria *sociedade israelense* – caracterizada por ele como doente e predominantemente comprometida, ou no mínimo omissa, diante dos crimes hediondos praticados contra palestinos, libaneses e outros povos.

Segunda distinção: muitos sionistas, às vezes influentes, não são judeus. Por exemplo, os sionistas cristãos, em especial os pentecostais e neopentecostais, representados politicamente no Brasil pelas figuras deploráveis de Jair Bolsonaro, seus filhos e Tarcísio de Freitas, que não se envergonham de abraçar a bandeira de Israel e confraternizar com o genocida Benjamin Netanyahu. Esses políticos mantêm proximidade com entidades judaicas sionistas localizadas em nosso país, algumas das quais são verdadeiros antros bolsonaristas.

Em que pese essas distinções, os judeus sionistas constituem provavelmente a maior parte dos sionistas influentes e endinheirados no mundo, o que facilita a confusão que o lobby israelense quer promover entre antissionismo e antissemitismo. No Brasil, conseguiram, por exemplo, fazer com que a deputada Tabata Amaral apresentasse um projeto infame que tenta criminalizar como antissemitas as críticas a Israel e ao sionismo.

Vejam o paradoxo escandaloso. Quem é a principal força antissemita na atualidade? Ninguém menos que Israel! Por dois motivos, pelo menos. Primeiro, porque promove o maior genocídio contra semitas desde a Alemanha nazista. Não podemos esquecer que os palestinos e os árabes como um todo são povos semitas. Nesse sentido, Netanyahu é o maior genocida antissemita desde Hitler.

Segundo motivo: o comportamento criminoso de Israel, apoiado pelo lobby sionista no resto do mundo, deu nova vida ao antissemitismo, entendido como discriminação e até ódio contra os judeus. Os praticantes e defensores do assassinato em massa de crianças e mulheres na Palestina por Israel, transmitido em tempo real, tornaram-se ironicamente os principais propagadores do antissemitismo.

Israel, deve-se dizer, não é o único país, longe disso, a ter praticado sistematicamente genocídio. Israel é na realidade a continuação tardia e o desdobramento de algo maior – o colonialismo genocida europeu, uma das piores pragas da humanidade. Nenhuma região do mundo escapou da sanha criminoso dos europeus. Nem a América do Norte, nem a Central, nem a do Sul, nem a África, nem a Austrália, nem a Ásia. E nem os próprios judeus. São tantos os exemplos que nem vou começar a mencioná-los.

Israel dá continuidade a essa tradição tenebrosa. Não é por acaso que, em geral, os

governos norte-americano e europeus deram e ainda dão tanto apoio ao projeto criminoso de Israel.

A verdade é que a história mundial teria sido muito melhor sem a expansão da civilização ocidental ou europeia, principalmente depois da Revolução Industrial, que colocou armas poderosas nas mãos de povos relativamente primitivos, a começar pelos ingleses.

Civilização? Quando perguntado certa vez o que achava, afinal, da civilização ocidental, Mahatma Gandhi respondeu: “Seria uma boa ideia”.

## CAPITAL E TRABALHO NOS PAÍSES NÓRDICOS

*João dos Reis Silva Júnior\**

A Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia parecem resistir às intempéries da exaustão do capitalismo contemporâneo. Muito embora, tenham trabalhadores do precariado, guardam muito do Estado de bem-estar-social. As semelhanças residem nesta cultura das relações capital-Estado-trabalho.

Nesses países nórdicos o acesso a serviços públicos de qualidade é universal e assegura assistência à saúde, educação e assistência social. A esfera do trabalho também é um ponto a ser destacado. Mercado regulado, sindicatos poderosos que, por meio do diálogo entre estado, capital e trabalho definem as políticas.

No cerne do pilar social está a parceria tripartite entre o Estado, trabalhadores e sindicatos que incentiva o diálogo social e a busca por soluções consensuais. Além disso, uma cultura de igualdade e confiança permeia as relações capital-trabalho, incentivando a responsabilidade social das empresas e o bem-estar dos trabalhadores.

As semelhanças se põem no que se pode ler anteriormente, concluindo que os acordos coletivos são sempre garantidos e respeitados. Há, contudo, diferenças notáveis. A posição do Estado é diferente em cada país. A Suécia parece favorecer uma intervenção mais ativa, já a Dinamarca e a Noruega adotam uma abordagem mais facilitadora.

O poder dos sindicatos também difere. Suécia e Finlândia apostam em maiores taxas de sindicalização. As negociações coletivas variam no grau de centralização e descentralização. O objetivo consiste em as políticas públicas refletirem as prioridades nacionais específicas, como a ênfase da Suécia na igualdade de gênero, a flexibilidade do mercado de trabalho dinâmico, a gestão de recursos naturais da Noruega e a importância crescente da Finlândia na inovação.

Frequentemente, essas políticas nacionais nórdicas em relação ao capital e ao trabalho assumem a forma de um acordo (decisão conjunta) entre o capital, o Estado e o trabalho. Assim, pode-se dizer que as relações entre capital e trabalho nesses países nórdicos estão mais ligadas a uma versão sociológica tripartite de parceria social, em que o estado, o capital e o trabalho desempenham um papel significativo na tomada de decisões e nas ações políticas. Este modelo é a base para grande parte da justificativa para políticas progressivas que visam criar igualdade e um mercado de trabalho forte.

Existem, no entanto, profundas divergências nessa ligação entre os seus países, refletindo as particularidades políticas, históricas e culturais de cada um. A ideia de um precariado nórdico é multifacetada, com diferenças que importam em cada um dos contextos nacionais. Apesar da reputação desses países por terem estados de bem-estar social bem estabelecidos e

---

\*Professor titular do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos(UFSCar). Autor, dentre outros livros, de *Educação, sociedade de classes e reformas universitárias* (Autores Associados) [ <https://amzn.to/4fLXTKP> ]. Artigo publicado originalmente no site A Terra é Redonda em 05.04.2026

mercados de trabalho regulados, é inegável que existe uma classe social marcada pela insegurança no emprego, instabilidade, poucos direitos e instabilidade na vida. Ou seja, é reconhecido que há uma classe social que convive com a insegurança no emprego, poucos direitos e instabilidade na vida.

Na Suécia o precariado se realiza em razão da fragmentação do mercado de trabalho. Há setores cujos empregos têm direitos sociais e são bem remunerados. Por outro lado, se pode observar o contrário: muitos trabalhadores são temporários. Os imigrantes e os jovens compõem a maior parte do precariado sueco. Destaca-se, portanto, que apesar da herança do estado de bem-estar social, os trabalhadores suecos têm enfrentado cada vez mais as filas do precariado.

Na Dinamarca, a flexibilidade do mercado de trabalho, embora possa facilitar a entrada de trabalhadores, também pode levar à precarização, com contratos temporários e pouca segurança no emprego. Trabalhadores de baixa qualificação são mais vulneráveis a essa situação, com dificuldades para encontrar empregos úteis e bem remunerados. A crise de habitação na Dinamarca, especialmente em Copenhaga, afeta os trabalhadores precários, que têm dificuldades para encontrar moradias acessíveis.

Na Noruega, o setor de serviços onde trabalham muitos jovens e imigrantes, é caracterizado por baixas e condições de trabalho precárias. O trabalho temporário é comum, especialmente em setores como turismo e pesca, o que pode levar à precarização e à insegurança no emprego. Os altos custos de vida na Noruega, especialmente em Oslo, tornam difícil para muitos trabalhadores precários viver com um salário baixo.

Na Finlândia, o desemprego de longa duração é um problema que pode levar à precarização e à exclusão social. Jovens desempregados são um grupo vulnerável, com dificuldades para encontrar o primeiro emprego e iniciar uma carreira. As regiões menos dirigidas da Finlândia enfrentam problemas de precarização e falta de oportunidades de emprego.

Apesar das particularidades de cada país, alguns desafios são comuns a todos eles. A insegurança no trabalho é um problema generalizado, com muitos trabalhadores enfrentando contratos temporários, parciais e com poucos direitos. Os baixos salários são uma realidade para muitos trabalhadores precários, especialmente em setores como serviços, turismo e alimentação. A precarização do trabalho pode levar à exclusão social, com trabalhadores enfrentando dificuldades para participar da vida social e cultural.

O combate à precarização do trabalho é um desafio importante para os países nórdicos, que visa garantir um mercado de trabalho justo e igualitário para todos. As medidas a serem tomadas incluem o fortalecimento dos direitos dos trabalhadores, a promoção da igualdade de oportunidades, o combate à discriminação no mercado de trabalho e a regulação do mercado de trabalho para garantir que os trabalhadores não sejam explorados.

O aumento do precariado colocará em xeque o poder dos sindicatos, quebrando a re-

lação tripartite. Conforme bem sabemos, os sindicatos jogam um peso grande nos momentos de negociação de acordos coletivos e na defesa dos direitos dos trabalhadores. Com a redução da taxa de sindicalizados, os sindicatos podem ter dificuldades para combater a precarização e garantir melhores condições de trabalho para todos.

Os algoritmos contestam literalmente não apenas a representação política, mas também a estrutura de produção bovina; o capital fictício está adicionando uma nova dimensão de complexidade à constante luta para combater a crise habitacional (enquanto também armazena valor) e a contestação do espaço público dentro do modelo nórdico.

O modelo nórdico atribui relevância na proteção dos trabalhadores, o que pode estar em desacordo com a perda de direitos e instabilidades ou a precariedade do trabalho, muitas vezes experimentada como norma agora na economia de plataforma, mediada por algoritmos.

A concentração de poder e riqueza nas mãos de empresas de tecnologia, impulsionada por algoritmos, aumenta a desigualdade social e econômica, desafiando a busca por uma distribuição mais igualitária de renda. O aumento do capital fictício, alimentado pela especulação algorítmica, pode gerar bolhas financeiras e crises econômicas, com impactos negativos para o mercado de trabalho e o bem-estar social, representando um risco para a estabilidade econômica almejada pelo modelo nórdico.

A crise de 2008 revelou o esgotamento do capitalismo e, assim, atribuiu aos regimes mundiais esse desafio, de modo que o modelo nórdico deve se adaptar a esses problemas. Investimentos em educação e requalificação são cruciais para permitir que os trabalhadores atendam às demandas revisadas do mercado de trabalho. É necessário para todos os trabalhadores regular a economia gig e o trabalho temporário para garantir que tenham alguns direitos trabalhistas básicos.

Capital digital e a tributação de corporações tecnológicas são necessários para financiar o estado de bem-estar social. É necessário fortalecer a parceria social tripartite com o objetivo de encontrar consensualmente maneiras de resolver os desafios do mercado de trabalho digital.

Estas breves notas sobre esses países nórdicos mostram que o precariado é uma fração de classe, por esta razão parece furar o legado do Estado de Bem-estar Social. Os algoritmos, além de atingir de chofre estes Estados, são fatores fundantes da vulnerabilidade do Capitalismo, eles contribuem para explodir o capital fictício na forma de ações, títulos, derivativos que jogam os lucros para o futuro e impõe a produção de valor no presente que cai nas costas do trabalhador. O precariado tem uma fonte inesgotável para tornar-se estrutural e em crescimento. Se nesses países nórdicos está assim, o restante do mundo não está melhor.

## A TRAJETÓRIA RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA

*Henrique Morrone\**

A trajetória recente da economia brasileira tem sido amplamente interpretada à luz do conceito de financeirização. A crescente relevância das atividades financeiras, a expansão do crédito e o aumento do peso dos ativos imobiliários parecem oferecer uma explicação intuitiva para as transformações observadas desde o início dos anos 2000. No entanto, quando se observa a estrutura econômica no nível mesoeconômico – isto é, nas relações intersetoriais que organizam a produção – essa interpretação revela limites substantivos.

O que emerge da evidência empírica setorial não é a dominância das finanças enquanto tal, mas uma transformação mais abrangente: a expansão das atividades de não-produção. Não se trata apenas de uma mudança de composição setorial, mas de uma alteração na própria forma de reprodução do excedente – isto é, no modo como ele é gerado, apropriado e reinserido no circuito da acumulação.

A distinção é decisiva. A tradição da economia política, especialmente em sua vertente marxiana, estabelece uma separação analítica entre atividades que geram valor e mais-valia e aquelas que apenas circulam, realizam ou redistribuem o excedente. Nesse enquadramento, setores como finanças, comércio, atividades imobiliárias, educação pública, saúde pública, defesa e administração pública são classificados como não-produtivos, não por sua irrelevância social, mas por não contribuírem diretamente para a geração de mais-valia no sentido marxiano. Sua expansão, portanto, não representa um aprofundamento da capacidade produtiva, mas uma reconfiguração estrutural na qual uma parcela crescente do excedente passa a ser apropriada fora da esfera de sua geração.

A análise baseada em matrizes de insumo-produto para o período 2001-2021 permite tornar visível essa reconfiguração. Ao decompor os requisitos diretos e indiretos de produção, observa-se uma tendência persistente de elevação do conteúdo de atividades não-produtivas incorporado à produção. Em termos substantivos, isso significa que a própria produção passa a depender crescentemente de esferas que não ampliam a base de valorização. Produzir deixa de ser um processo predominantemente ancorado na transformação produtiva e passa a exigir, de forma crescente, mediações associadas à circulação do excedente. A economia não deixa de produzir; passa a produzir sob condições progressivamente mais mediadas por aquilo que não produz. A economia não apenas cresce menos — passa a crescer fora da esfera que sustenta o próprio crescimento.

Esse movimento não é episódico, mas estrutural. Entre 2005 e 2015 – período de expansão econômica apoiada no boom de commodities, na ampliação do crédito e em políticas de estímulo à demanda – a economia brasileira cresceu ao mesmo tempo em que se aprofundava

---

\*Professor de economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Artigo publicado originalmente no site A Terra é Redonda em 06.04.2026.

a incorporação de atividades não-produtivas. Trata-se, portanto, de um crescimento que já carrega em si seus próprios limites: expande-se (seguindo a contabilidade nacional padrão) sem ampliar, na mesma proporção, a capacidade de geração de valor.

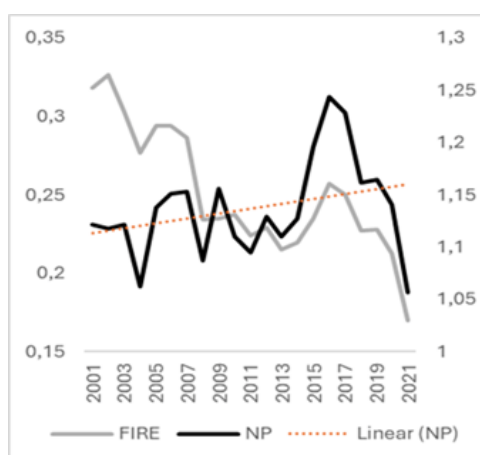
Ainda que haja inflexões pontuais – como no início dos anos 2000 e no período posterior a 2015 – a tendência dominante é inequívoca: a elevação do peso estrutural das atividades de circulação, com exceção do setor financeiro, cuja participação relativa se reduz no período. Cresce-se, portanto, com base em uma estrutura que desloca, gradualmente, o centro da dinâmica econômica para fora da esfera da produção.

A Figura 1 apresenta a evolução dos requerimentos totais dos setores de não-produção (NP) e financeiro (FIRE), evidenciando a divergência entre a expansão do primeiro e a relativa retração do segundo. Em termos sintéticos, a figura captura o conteúdo de não-produção e financeiro incorporado à produção. Ao nível mesoeconômico, observa-se uma redução dos componentes totais do setor financeiro na estrutura produtiva, o que indica ausência de evidência de financeirização neste plano analítico específico.

Resultado semelhante foi encontrado por Dávila-Fernández e Punzo (2020) para o período 1995-2010. Em contraste, a expansão da não-produção é mais difusa e sustentada (pelo menos até meados da década de 2010), sendo puxada sobretudo por comércio e administração pública. Isso enfraquece a hipótese de uma financeirização no sentido estrito, entendida como a centralidade das finanças na determinação da dinâmica econômica.

O que se observa é algo mais abrangente: uma economia que se reorganiza em torno da circulação e da apropriação do excedente, e não de sua produção. A financeirização, nesse contexto, pode estar presente nos níveis micro e macroeconômico, mas não se manifesta como princípio organizador da estrutura produtiva.

**Figura 1** - Requerimento total do Setor de Não-Produção (NP) e Financeiro (FIRE), Brasil.



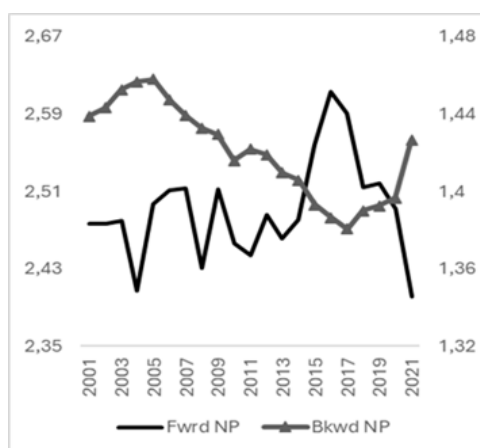
Fonte dos dados brutos: Passoni e Freitas (2020).

A análise dos encadeamentos intersetoriais reforça esse diagnóstico ao revelar uma

dinâmica estruturalmente assimétrica. Por um lado, os encadeamentos para trás dos setores não-produtivos apresentam tendência de enfraquecimento até 2017, indicando que sua capacidade de induzir a produção nos demais setores se reduz ao longo do tempo. Por outro, os encadeamentos para frente se intensificam no mesmo período, evidenciando que o conjunto da economia passa a depender crescentemente dessas atividades como insumos.

A Figura 2 ilustra esse movimento. Essa combinação não é trivial: ela expressa uma transformação na lógica de funcionamento do sistema. Os setores não-produtivos deixam de atuar como vetores de dinamização e passam a constituir uma infraestrutura funcional da economia – indispensável à sua operação, mas incapaz de impulsionar sua expansão sustentada. Aquilo que não puxa o sistema torna-se, paradoxalmente, aquilo sem o qual ele não opera.

**Figura 2** - Encadeamentos para frente (Fwrd) e para trás (Bkwd) do setor de não-produção (NP), Brasil.



Fonte dos dados brutos: Passoni e Freitas (2020).

Esse quadro se altera com a crise econômica e política de 2015. A partir de 2017, observa-se uma inflexão nos multiplicadores: os encadeamentos para trás deixam de cair e passam a se recuperar, enquanto os encadeamentos para frente recuam. Mais do que uma reversão simples, trata-se de uma reconfiguração: a capacidade de indução dessas atividades aumenta, ao passo que sua centralidade como insumo sistêmico se atenua. O resultado não é o retorno a uma estrutura produtiva mais “equilibrada”, mas a emergência de um novo padrão, ainda marcado pela presença estrutural da não- produção.

Em termos analíticos, trata-se de um deslocamento do centro de gravidade da acumulação. A economia não deixa de produzir, mas passa a fazê-lo sob condições crescentemente mediadas por atividades que não geram valor novo. A expansão dessas atividades pode sustentar a demanda agregada no curto prazo – especialmente via crédito e consumo –, mas o faz ao custo de uma absorção crescente do excedente.

O resultado é uma tensão estrutural: quanto mais a economia depende dessas esferas, menos capaz se torna de sustentar, de forma autônoma, sua própria dinâmica de acumulação. O sistema continua a se mover, mas o faz apoiado em bases progressivamente deslocadas em relação ao seu próprio fundamento.

Nesse sentido, a noção de não-produtivização oferece um enquadramento analítico mais preciso do que a de financeirização para compreender a trajetória recente da economia brasileira. A financeirização, embora um conceito relevante, constitui apenas uma dimensão particular de um fenômeno mais amplo, no qual diversas atividades de circulação ganham centralidade. Ao deslocar o foco para a não- produtivização, torna-se possível captar a transformação estrutural em sua totalidade, e não apenas em sua manifestação financeira. Não se trata, portanto, de negar a financeirização, mas de recolocá-la em seu devido lugar analítico.

As implicações desse diagnóstico são substantivas. O crescimento observado nos anos 2000, embora significativo, esteve apoiado em bases estruturalmente frágeis, marcadas pela expansão de atividades com limitada capacidade de geração de valor. A desaceleração posterior – particularmente a partir de 2010 – pode ser interpretada como a manifestação dessas fragilidades.

À medida que o excedente é crescentemente absorvido por atividades não- produtivas, reduz-se a capacidade de financiamento do investimento produtivo, comprometendo a continuidade do processo de acumulação. O problema, portanto, não reside apenas na composição setorial, mas na forma como o excedente circula e é apropriado ao longo do sistema.

Em suma, a economia brasileira recente não é adequadamente descrita como um caso típico de financeirização no nível mesoeconômico. O que se observa é um processo mais profundo de não-produtivização, no qual a expansão das esferas de circulação redefine a estrutura econômica e impõe limites ao crescimento de longo prazo.

A distinção entre produção e circulação, longe de constituir uma abstração teórica, revela-se central para compreender a dinâmica concreta do desenvolvimento brasileiro. Uma economia pode crescer; mas pode também crescer deslocando-se progressivamente para fora da esfera em que o crescimento se sustenta. E, quando isso ocorre, o crescimento deixa de ser motor e passa a ser apenas movimento – uma economia que gira, cada vez mais, em torno de seus próprios limites.

### **Referências bibliográficas**

Dávila-Fernández, M. J., & Punzo, L. F. (2020). *Financialisation as structural change: measuring the financial content of things*. *Economic Systems Research*, 32(1), 98–120. <https://doi.org/10.1080/09535314.2019.1643294>

PASSONI, P.; FREITAS, F. Estimação de Matrizes Insumo-Produto anuais para o Brasil no Sistema de Contas Nacionais Referência 2010. *Texto para Discussão 025*. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2020.

## O GOVERNO LULA E O NEOLIBERALISMO

*Luiz Filgueiras\**

“O projeto neoliberal prometeu prosperidade e entregou fome, desigualdade e insegurança. Provocou crise atrás de crise. Ainda sim, nós sucumbimos à ortodoxia. Temos sido os gerentes das mazelas do neoliberalismo. Governos de esquerda ganham as eleições com discurso de esquerda e praticam austeridade. Abrem mão de políticas públicas em nome da governabilidade. Nós nos tornamos o sistema. Por isso, não surpreende agora que o outro lado se apresente agora como antissistema... Não podemos nos eleger com um programa e implementar outro. Não podemos trair a confiança do povo, mesmo que boa parte da população não se veja como progressista. Ela quer o que nós propomos” (Luiz Inácio Lula da Silva).

A citação acima, foi extraída de um discurso do Presidente do Brasil, proferido em Barcelona, na Espanha, no dia 18 de abril do presente ano, quando de sua participação na primeira edição do evento Mobilização Progressista Global (MPG). O encontro reuniu ativistas e organizações de esquerda de diferentes partes do mundo com o objetivo de defender a democracia com justiça social e combater o avanço das forças autoritárias de extrema direita.

Um discurso semelhante, de mesmo teor, já tinha sido feito por Lula no dia 24 de setembro de 2025, quando da segunda edição do evento “Em Defesa da Democracia e Contra o Extremismo”. Realizado em paralelo à Assembleia Geral das Nações Unidas, é um Fórum Internacional em defesa das instituições democráticas e contra a desinformação, o discurso de ódio e a desigualdade social. Com a participação de 30 países, Brasil, Chile, Espanha, Colômbia e Uruguai estiveram na mesa principal.

Nesse Fórum, Lula perguntou o seguinte: “o que fazemos hoje, como estamos exercendo a democracia em nossos países”, e respondeu explicitamente que “a gente ganha as eleições com discurso de esquerda e quando começa a governar atende muito mais os interesses de nossos inimigos do que dos nossos amigos”. A preocupação maior é com “a cobrança do mercado e a necessidade de contentar o mercado e os adversários”, além de “dar resposta ao que a imprensa pública sobre nós”.

Ademais, nesse mesmo discurso de 2025, enfatiza que o Partido dos Trabalhadores era organizado (no passado mesmo) em núcleos por local de trabalho, moradia e estudo. Não analisa o porquê disso ter sido abandonado pelo partido, posteriormente, mas pergunta: “o que eu fiz na Presidência da República; o que eu fiz para fortalecer a organização popular e social?”. A sua resposta genérica e sintética, estendida para a esquerda latino-americana: “abandonamos a organização dos trabalhadores e do povo”.

A importância dos dois discursos tem três razões fundamentais: (i) foram proferidos pelo responsável maior dos cinco Governos do PT e de seus aliados eleitorais de ocasião; (ii)

---

\*Professor titular aposentado da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Art. Publicado originalmente no site A Terra é Redonda em 21.04.26.

declara, sem meias palavras, que os governos de esquerda “sucumbiram à ortodoxia”, na condição de “gerentes das mazelas do neoliberalismo”, “praticando austeridade” e “abrindo mão de políticas públicas em nome da governabilidade”, em suma, “nós nos tornamos o sistema”. (iii) ambos se referem à esquerda latino-americana e mundial, e não apenas a do Brasil.

Nesses discursos, Lula resume uma questão essencial para entendermos a ascensão do neofascismo em todo mundo, e a própria conjuntura política atual, qual seja: o “transformismo” dos Partidos Socialistas, Socialdemocratas e Trabalhistas, iniciado a partir da década de 1980, após a ascensão e hegemonia do neoliberalismo – primeiro nos países imperialistas depois nos países periféricos, de capitalismo dependente.

A adesão ativa ao ideário do adversário (a direita neoliberal) ou a sua aceitação passiva criou um vácuo político na representação dos trabalhadores e do povo que, na incapacidade (por várias razões) das correntes mais à esquerda preencherem, abriu as portas para a ascensão da extrema direita neofascista.

Difícilmente se pode discordar desse diagnóstico feito por Lula duas vezes, independentemente dos dois campos políticos em disputa hoje na esquerda brasileira, quais sejam: os que acusam os Governos do PT de neoliberais, com a adoção do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) e o Banco Central independente, e os que os defendem, discriminando a adoção de políticas sociais, que abrandam os efeitos do neoliberalismo e promovem uma melhora nas condições de vida das classes trabalhadoras.

### **O padrão de desenvolvimento capitalista liberal-periférico**

O que está subjacente aos discursos de Lula é a constituição desde o início dos anos 1990, e sua permanência até hoje, de um padrão de desenvolvimento capitalista que denomino de “**liberal-periférico**”, que tem as seguintes características principais:

A relação capital/trabalho: teve a sua assimetria aumentada a favor do primeiro, em razão da reestruturação produtiva e da abertura comercial – que implicaram o crescimento do desemprego estrutural, do trabalho informal, da terceirização e da precarização do trabalho em todas as suas dimensões. Como consequência, a capacidade de organização, mobilização e negociação dos sindicatos se reduziu dramaticamente.

As relações intercapitalistas: em razão da abertura comercial-financeira e das privatizações, foram redefinidas, alterando-se a posição e a importância relativa das distintas frações do capital no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica: o capital financeiro (nacional e internacional) passou a ocupar posição dominante, deslocando a antiga hegemonia do capital industrial; o capital estatal perdeu relevância em favor do capital estrangeiro; e fortaleceram-se grandes grupos econômicos nacionais produtores/exportadores de *commodities* e o agronegócio.

A inserção internacional do país na nova divisão internacional do trabalho: se alterou

para pior, aumentando a sua vulnerabilidade externa estrutural. De um lado, a pauta de exportação do país se reprimarizou e se aprofundou o processo de desindustrialização iniciado ainda na década de 1980. De outro, cresceu dramaticamente a sua dependência financeira, fragilizando o Estado e reduzindo fortemente a sua capacidade de fazer política macroeconômica. Tudo isso decorreu da abertura comercial-financeira que também alimentou a desindustrialização do país e o crescimento da dívida pública – esta, como em outros países periféricos, transformou-se em plataforma de acumulação para o capital financeiro internacional.

O papel e a importância do Estado: no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica, se alteraram – em virtude do processo de privatização e da abertura financeira. O Estado fragilizou-se financeiramente e perdeu capacidade de regular a economia e de operacionalizar políticas macroeconômicas e de apoio à produção – apesar do seu resgate momentâneo pelos governos Lula e Dilma Rousseff.

Bloco no poder: em razão de todas essas mudanças, e ao mesmo tempo alimentando-as, constituiu-se um novo bloco no poder, sob a hegemonia absoluta, num primeiro momento, do capital financeiro e da burguesia cosmopolita, que passou a ditar as políticas fundamentais do Estado. Posteriormente, como condição de sobrevivência do próprio padrão de desenvolvimento capitalista liberal-periférico, cresceu a importância do agronegócio e da indústria produtora de commodities, com o protagonismo da burguesia interna.

Em suma, o padrão é neoliberal porque foi constituído a partir da abertura comercial e financeira, das privatizações e da desregulação da economia, com a clara hegemonia do capital financeiro – frente às demais frações do capital. E é periférico porque o neoliberalismo assume características específicas nos países capitalistas dependentes, que o torna mais regressivo ainda quando comparado a sua agenda e à forma como é operacionalizado nos países capitalistas centrais.

Do ponto de vista da dinâmica macroeconômica, a característica fundamental desse padrão de desenvolvimento capitalista, que aprofundou estruturalmente a dependência tecnológica, financeira e do conhecimento do país, se expressa na sua extrema instabilidade e grande vulnerabilidade externa estrutural – que acompanham de perto as alterações cíclicas da economia internacional. Esse padrão de desenvolvimento, com as características estruturais aqui mencionadas, iguala todos os governos brasileiros que se sucederam a partir de 1990.

### **As sucessivas fases do padrão liberal-periférico**

Desde a sua constituição, no começo da década de 1990, o padrão liberal-periférico passou por seis momentos distintos, quais sejam: uma fase inicial de transição, bastante turbulenta, de ruptura com o padrão de substituição de importações e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal, com o começo da hegemonia do capital financeiro (governo Fernando Collor).

Uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal, com a implementação do Plano Real e das reformas neoliberais, na qual se amplia e consolida-se a hegemonia absoluta do capital financeiro no interior do bloco no poder (primeiro governo FHC).

Uma fase iniciada com o fim da âncora cambial em 1999 e a adoção do tripé macroeconômico, na qual se fortalece o capital produtor-exportador de commodities – que amplia seu espaço no bloco no poder por ser vital para reduzir a instabilidade do modelo (segundo governo FHC e primeiro governo Lula).

Uma fase na qual se amplia a presença da burguesia interna no interior do bloco no poder, em articulação com o Estado; com este último voltando a ter um papel ativo e mais direto no processo econômico e na arbitragem dos interesses das distintas frações do capital (segundo governo Lula e governo de Dilma Rousseff).

Os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, de recomposição da hegemonia absoluta do capital financeiro e da burguesia cosmopolita, com uma nova onda de reformas neoliberais e a volta do tripé macroeconômico em sua versão rígida.

E, por fim, o terceiro governo Lula, de manutenção, mais uma vez, do tripé macroeconômico em sua versão rígida, mas com o retorno das políticas sociais já implementadas durante os governos Lula 1 e 2, mas que sofreram um processo de desidratação para caber dentro desse regime de política macroeconômica.

Ao longo dessas seis momentos, o padrão liberal-periférico sofreu três inflexões, que além de reconfigurar parcialmente o bloco no poder, provocou alterações circunstanciais em sua dinâmica – a partir da adoção de distintos regimes de política macroeconômica, diretamente relacionados às mudanças na conjuntura econômica internacional, quais sejam: a âncora cambial do Plano Real no primeiro governo FHC; o tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante) rígido no segundo governo FHC e em parte do primeiro governo Lula; esse mesmo tripé flexibilizado no segundo governo Lula e no primeiro governo Dilma; e a retomada e aplicação desse tripé em sua versão rígida nos governos Dilma 2, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Lula 3.

Esses distintos regimes, cujas vigências dependem decisivamente da conjuntura internacional e que refletem prioridades e vantagens diferentes no que se refere às distintas frações do capital, e um maior ou menor espaço para contemplar interesses populares, sempre implicam em alguma acomodação do bloco no poder. Portanto, são esses regimes de política macroeconômica que diferenciam os governos de FHC, Michel Temer e Jair Bolsonaro, de um lado, e os governos de Lula e Dilma de outro – apesar de todos eles se assemelharem do ponto de vista do domínio do Padrão de desenvolvimento capitalista liberal-periférico, seja através de sua promoção ativa (comportamento dos primeiros) seja por meio de uma adaptação passiva (os segundos). Essa adaptação foi maior no 3º governo Lula, pressionado pelas forças neofascistas-

neoliberais, o que o levou a adotar o NAF (o Teto de Gasto de Temer-Bolsonaro flexibilizado) e a manter o tripé macroeconômico em sua versão rígida.

## Conclusão

O argumento fundamental apresentado neste texto foi o de que, apesar dos distintos regimes de política macroeconômica, adotados desde o início dos anos 1990, e de algumas inflexões ocorridas no bloco no poder, não se alteraram as características essenciais do padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro – forma concreta de expressão da doutrina e do programa neoliberal no Brasil. Portanto, o padrão de desenvolvimento capitalista liberal-periférico é uma variedade histórica específica de neoliberalismo, no preciso sentido de que o neoliberalismo realmente existente é também produto das características da formação econômico-social que o incorpora.

Ao longo da trajetória do padrão de desenvolvimento capitalista liberal- periférico, forjou-se um consenso básico entre as distintas frações do capital, apesar das diferentes posições que ocupam no processo de acumulação capitalista, sobre os seguintes pontos:

(i) A abertura comercial e financeira da economia, com a sua conseqüente internacionalização, é uma das condições obrigatórias de inserção do país na nova ordem dominada pelo capital financeiro.

(ii) A dominância do capital financeiro e o processo de financeirização da economia não podem, no essencial, ser questionados; portanto, a adaptação à nova ordem capitalista é o único caminho a ser trilhado pelas distintas frações de classe e pelos capitais individuais.

(iii) A continuação do processo de privatização – com a conseqüente redução do Estado no âmbito produtivo – deve continuar, tanto através das privatizações dos novos investimentos na área de infraestrutura do país, quanto através da venda das empresas públicas ainda existentes.

(iv) A desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização da legislação trabalhista devem ser aprofundadas, na linha da “prevalência do negociado sobre o legislado”.

(v) Todas as reformas neoliberais, sempre em pauta, e a redução das políticas sociais a um mínimo possível, são defendidas como pré-condições para a redução do “custo Brasil” e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Desse modo, na atualidade, mais do que nunca, não há qualquer possibilidade de construção política de um projeto nacional, de caráter capitalista (Neodesenvolvimentista ou assemelhado), vir a ser concebido e dirigido por qualquer fração da burguesia brasileira; em virtude de sua absoluta incapacidade de expressar e incorporar econômica e politicamente, os interesses diferenciados do conjunto da sociedade brasileira, em especial os das classes trabalhadoras. Em particular, a sua fração dominante, a burguesia cosmopolita, não consegue e nem aceita conviver com uma melhor distribuição de renda; a necessidade de superexploração do trabalho está

entranhada em seu *ethos* de classe e na subjetividade de seus integrantes.

Do ponto de vista conjuntural, é forçoso reconhecer que as circunstâncias políticas enfrentadas pelo 3º Governo Lula são muito piores do que as que prevaleceram em seus governos anteriores. Não é necessário aqui detalhar a gravidade da ascensão do neofascismo-bolsonarismo e do empoderamento do Congresso Nacional através das emendas parlamentares (secretas ou não), com o enfraquecimento do presidencialismo.

Além disso, também é forçoso reconhecer que a trajetória do 3º Governo Lula não pode ser explicada sem considerar suas decisões e vontade políticas; apesar de forças objetivas neoliberais também circunscreverem as alternativas possíveis. Portanto, reconhecer que o 3º Governo Lula se aproximou, na prática, mais do ideário neoliberal, não é uma mera acusação política e moral.

Contudo, as suas políticas sociais e externa, que de fato o diferenciam dos governos de FHC, Michel Temer e Jair Bolsonaro, não o absolvem de suas escolhas políticas, aceitando o tempo todo a famosa “correlação de forças” que insulou no Parlamento a disputa política contra o neofascismo-neoliberalismo.

Dito tudo isso, em especial destacando-se os dois discursos de Lula, é óbvio que o momento, mais uma vez, é de se buscar a unidade e a organização das classes trabalhadoras e da esquerda contra o neoliberalismo-neofascismo. Eleger Lula tornou-se, mais do que nunca, fundamental. Mas, está cada vez mais claro que a prioridade do combate à extrema direita não pode se descolar do combate ao neoliberalismo, pois estão ambos cada vez mais unidos contra a democracia e a destruição dos direitos sociais-trabalhistas e na subordinação ao imperialismo. Perder de vista esse fato nos levará, no máximo, a continuar lutando sem sair do lugar.

A natureza autoritária do neoliberalismo, já anunciada em 1944 por Friedrich Hayek em seu livro *O caminho da servidão* (ao defender a prioridade da “liberdade” do capital em relação à democracia) e no seu apoio na década de 1970 ao regime fascista e à ditadura de Augusto Pinochet no Chile, escancarou-se de vez na nova fase do capitalismo e do imperialismo: um regime de acumulação mundial sob a dominância financeira.

A democracia tornou-se, definitivamente, um estorvo para o capitalismo financeirizado. A sua defesa e permanência, com um caráter cada vez mais favorável às classes trabalhadores e a maioria da população, passou a ser responsabilidade, essencialmente, das forças de esquerda e democráticas.

## O ESCÂNDALO DO BANCO MASTER

*Luis Felipe Miguel\**

A esta altura do campeonato, não resta dúvida que o escândalo do Banco Master vai nos acompanhar até as eleições de outubro e será um de seus temas maiores. Serão meses de novas revelações, enquanto as múltiplas ramificações do caso vão emergindo. Ele se desenrola em duas dimensões, naturalmente interconectados – e ambas importantes, embora de formas diversas. A primeira dimensão diz respeito a como os diferentes agentes políticos reagem ao caso, tentando proteger a si (ou a seus aliados) e jogar a conta no colo dos adversários. Por agentes políticos eu me refiro não apenas a partidos e candidatos, mas também ao Judiciário, a altos funcionários dos três poderes, às igrejas e à imprensa. Os meses de novas revelações serão meses também de narrativas truncadas, de acusações seletivas, de esquecimentos marotos.

A outra dimensão se refere ao deciframento da promiscuidade entre a elite política e os donos do dinheiro no Brasil. Daniel Vorcaro era um gângster, com métodos de mafioso e maus modos de *nouveau riche*. Operando de forma tão ostensiva, revelou uma parte de um sistema de relações que integra o setor financeiro, o crime organizado e altas autoridades da República.

É comum, em setores da esquerda, o discurso de que a corrupção é um problema menor, transformado em grande questão nacional para desviar a atenção dos conflitos estruturais. Existe um ponto de verdade nesta abordagem; a temática da corrupção favorece um discurso moralista, que enquadra os problemas como sendo responsabilidade de pessoas más que fazem coisas más, não da organização geral da sociedade, e cuja solução, portanto, é simplesmente “tirar as maçãs podres do cesto”, isto é, a punição.

Muitos anos atrás, fui coautor de um artigo sobre o escândalo do mensalão que mostrava como este era enquadramento dominante nos editoriais dos jornalões. Mais de 90% deles indicavam que o comportamento de determinados agentes políticos eram a causa exclusiva da crise.

No entanto, um caso como o do Banco Master tem o condão de revelar vários dos mecanismos pelos quais a burguesia captura o Estado brasileiro. Não é a simples corrupção que nos vem à cabeça quando se usa o termo, pela qual um empreiteiro coloca alguns milhões no bolso de um gestor público para ganhar uma licitação e superfaturar uma obra qualquer. É um sistema de construção de lealdades e dependências que atravessa toda a gestão do poder público no Brasil, da definição das leis às decisões judiciais. Se Ralph Miliband apontava a constituição de uma “elite do poder”, consolidada pelos laços interpessoais entre capitalistas e políticos, aqui muitos destes laços eram estreitados nas festas em Trancoso, regadas a uísque Macallan e ornamentadas pela presença de prostitutas europeias.

---

\*Professor titular de Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB). Autor, entre outros livros, de *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil* (Autêntica) [<https://amzn.to/45NRwS2>]. Artigo publicado em 20.04.2026 no site A Terra é Redonda.

Costumo dizer, a partir da obra de Nicos Poulantzas, que a corrupção é uma das “falhas constitutivas” do Estado capitalista: algo que é formalmente vetado e punido, mas integra o funcionamento esperado do sistema. É um recurso que a classe burguesa tem para fazer valer seus interesses quando as regras ostensivas não bastam. Mas, uma vez que a ferramenta está à disposição, naturalmente é usada também por operadores em defesa de seus interesses próprios, na concorrência uns com os outros.

De todo jeito, nesse contexto, a luta contra a corrupção é uma luta para que sistemas de controle, que visam garantir uma aproximação mínima com a igualdade prevista nos códigos legais, tenham efetividade. A luta contra a corrupção é parte, assim, da luta pela distribuição do fundo público, logo da luta de classes.

A semana passada começou com o relatório da CPI do crime organizado e terminou com a prisão do ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB). É óbvio que o relatório do senador Alessandro Vieira foi um despropósito, voltado apenas a agradar os setores da direita que hoje se colocam contra o Poder Judiciário, não pelos seus muitos erros e malfeitos, mas pelos seus acertos. Uma CPI sobre o crime organizado sem propor o indiciamento de um único chefe de facção, de um único operador de lavagem de dinheiro, em vez disso apontando apenas exclusivamente para três ministros do STF e para o procurador-geral da República, é um escárnio. (E, para não sobrar nenhuma dúvida, deixando de fora um dos ministros do Supremo cujas vinculações com Daniel Vorcaro são mais estreitas, o bolsonarista Kássio Nunes.)

Mas não é de hoje que as comissões parlamentares de inquérito se tornaram um circo. Entre conchavos, acertos para proteger fulano em troca da imunidade ao beltrano, e desvios de finalidade, elas se mostram quase invariavelmente inúteis para os propósitos que as justificam. O que causa espécie é que o Supremo, que nunca se preocupou em moralizar o funcionamento da CPIs, resolva propor medidas drásticas agora que foi afetado.

Não é uma exceção, é a regra. O Supremo Tribunal Federal sempre se mostra muito cioso dos direitos de seus integrantes. Quanto aos outros cidadãos brasileiros, nem tanto. A intenção de jogar o foco no Supremo é esperta. De fato, a vinculação do mais alto órgão do Judiciário, sobre quem pesa a responsabilidade de garantir o cumprimento da Constituição, com os esquemas de Daniel Vorcaro é muito grave. Não dá – e isso Lula, o PT e a esquerda em geral têm que assumir – para passar pano para os negócios de Dias Toffoli e do escritório da família de Alexandre de Moraes com o banqueiro hoje na Papuda. Qualquer hesitação em exigir investigação séria e punição de eventuais culpados ajuda a direita na sua estratégia, que é associar o Supremo ao PT, construindo equivalências que fazem da esquerda o polo da corrupção.

O que sustenta esta narrativa é que Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli foram empurrados para uma posição de enfrentamento dos abusos de poder da Lava Jato e das intencionadas golpistas de Jair Bolsonaro e seu bando. Se isso os credencia como defensores da institucionalidade democrática em um momento de ameaça, mérito que não lhes pode ser

negado, não autoriza que seu passado seja esquecido, muito menos que sejam considerados de esquerda.

Gilmar Mendes foi não um coadjuvante, mas um dos artífices do golpe de 2016. Naquela época, avalizava todas as presepadas do então juiz Sérgio Moro. Foi o responsável pela proibição de que Lula assumisse a Casa Civil do governo Dilma Rousseff, considerada a pá de cal na esperança de recomposição da relação entre o governo e o Congresso. Alexandre de Moraes chegou ao STF pelas mãos do usurpador Michel Temer. Dias Toffoli cortejou o governo de Jair Bolsonaro. Todos apoiaram a absurda prisão de Lula. Seu compromisso com a democracia é, quando muito, circunstancial. Seu vínculo com o ideário da esquerda é nulo. Lula é adepto da amnésia, está sempre pronto a abraçar quem o atraçou. O povo brasileiro não pode se dar esse luxo.

O passo seguinte, na construção da narrativa da direita, acompanhada pela imprensa corporativa, também já foi testado e usado muitas vezes. É um discurso seletivo de contaminação, pelo qual o envolvimento de uma única pessoa considerada de esquerda em um escândalo de corrupção serve para condenar toda a esquerda, ao passo envolvimento de direitistas é desprezado como casos isolados. Aliás, isso não vale só para a corrupção.

Quando a gente vê a *Brasil Paralelo*, o MBL, esse povo todo, cada pessoa de esquerda parece pessoalmente responsável por cada morte no *gulag*, mesmo que tenha um histórico irrepreensível de crítica ao stalinismo. Já o nazismo eles nem aceitam que tenha sido de direita, até mesmo quando estão reproduzindo uma grande parte de seu discurso e de suas práticas.

A culminação dessa manobra (até agora) foi o infame PowerPoint da *GloboNews*, em que Lula – sobre quem o escândalo simplesmente não respingou – era representado como o mais próximo de Daniel Vorcaro.

Há, sim, pessoas ligadas ao PT e/ou ao governo envolvidas: Guido Mantega, Ricardo Lewandowski, o senador Jaques Wagner. Seria uma boa ocasião para que o PT e a esquerda em geral repensassem a tolerância que adquiriram quanto a ver seus quadros de chamego com a burguesia. Isto nunca fez bem, em nenhum tempo e nenhum lugar, para um partido que se quer à esquerda do centro, mesmo que seja reformista e moderado.

Mas o grosso das relações do Master está com a direita. Tem gente até fazendo “placares” e eles sempre chegam a, sei lá, 40 a 5 em favor da direita. Nikolas Ferreira, Ciro Nogueira, Tarcísio de Freitas, Roberto Campo Neto, Ibaneis Rocha, Cláudio Castro, Tony Rueda, ACM Neto, Ratinho Jr., Fábio Wajngarten. . . A lista é enorme.

São milhões e milhões de reais jorrando de um lado. Do outro, projetos de lei sob medida para facilitar as mutretas vorcarianas, fiscalizações fajutas, pareceres malandros. O dinheiro era repassado por meio de pagamentos assombrosamente inflados por serviços diversos. Assim, o ex-diretor do Banco Central na gestão Campos Neto, Belline Santana, ganhou 2 milhões para elaborar um estudo de 50 páginas sobre educação financeira, aparentemente um

compilado de resumos de artigos científicos que um estudante estagiário faria com uma mão nas costas. (Ganhou mais R\$ 2 milhões com outro serviço ordinário.)

Dois milhões por 50 laudas. Dá R\$ 40 mil por página. Fazendo as contas, somando os livros que publiquei e os artigos em revistas acadêmicas, chego a umas 9 mil páginas. Meu erro foi não ter vendido esse material para Daniel Vorcaro, daria R\$ 360 milhões. Garanto que pelo menos o trabalho não é tão picareta quanto o de Santana. Para Daniel Vorcaro, como estamos vendo, seria um trocado, mas para mim faria toda a diferença! Ou ACM Neto. Alguém acha honestamente que uma “consultoria” dele, sobre qualquer tema que seja, pode valer R\$ 3,6 milhões – sem envolver tráfico de influência?

O que me leva ao assunto que dominou os últimos dias da semana, os mais de R\$ 100 milhões em imóveis escondidos por Paulo Henrique Costa – que, na qualidade de presidente do Banco de Brasília, tentou comprar os ativos podres do Master, passando o prejuízo para os cofres públicos.

O então governador, hoje candidato (ou talvez ex-candidato) ao Senado, o bolsonarista Ibaneis Rocha, aparece envolvido, não apenas por uma questão de simples lógica, mas por registros de conversas. Sua defesa é um monumento à cara-de-pau: disse que não sabe “nem fazer um pix”, logo não seria capaz de entender as maracutaias financeiras do Master.

Ele parecia bem mais atilado quando amealhava uma grande fortuna em um punhado de anos. Mas, mesmo que sua incompetência fosse real, ele seria culpado no mínimo de uma negligência criminosa na gestão das finanças do Distrito Federal. Um sujeito desagradabilíssimo, Ibaneis Rocha está sendo descartado como peso morto pela direita do DF, que se apressou a substituí-lo em sua nominata preferencial para o Senado – agora, a chapa é Michelle Bolsonaro e Bia Kicis. Com o escândalo batendo às portas de sua sucessora, a vice-governadora efetivada no cargo, Celina Leão, ainda mais visceralmente bolsonarista que ele, já começou o assanhamento por uma candidatura alternativa para o governo, com o atual senador Izalci Lucas lançando seu próprio nome. (Sim, um relato sobre a política local se assemelha a um daqueles velhos tratados sobre demonologia.)

O fio da meada é claro: operando com gente como Ciro Nogueira e Felipe Barros, ambos bolsonaristas, no Congresso, para promover mudanças na legislação que o beneficiassem, e garantindo o beneplácito do Banco Central do bolsonarista Campos Neto para suas manobras, o Master contava com o governo dos bolsonaristas Ibaneis Rocha e Celina Leão no Distrito Federal para assumir suas dívidas bilionárias e sair limpo da história.

Lula tem que deixar claro que ele é o maior interessado no desvendamento de todo o esquema.

## OS CRIMES AMBIENTAIS

*João Pedro Stédile\**

Todos os dias a imprensa divulga os crimes ambientais que acontecem em todo Brasil, na América Latina e no mundo. Esses crimes colocam a vida humana e de milhares de seres vivos – animais, vegetais e bactérias, em risco, em todo planeta. Todos dias pessoas morrem, por seca, aquecimento global, poluição, enchentes e vendavais.

As evidências estão em todo o planeta. Já atingimos o aquecimento global de 1,5% acima da média, e quando chegarmos a 3% não haverá retorno. Os mares subirão, cidades serão inundadas de forma permanente. As mudanças climáticas já afetam a produção agrícola e o abastecimento de água potável. Na última década, 750 mil pessoas morreram de calor, na rica Europa. Milhões de pessoas tiveram que migrar ou foram desalojados.

Há multiplicação de zoonoses (enfermidades de origem animal, que migram, como foi o COVID, e a febre aviária. Há uma contaminação permanente do solo, da água e do lençol freático, e até das águas da chuva, pelo glifosato, que causa enfermidades. E há rios e águas contaminadas pelo uso do mercúrio na mineração artesanal.

Na última década o Brasil assistiu diversos crimes que abalaram a sociedade, custaram centenas de vidas, e bilhões aos cofres públicos, como por exemplo: (i) O crime praticado pela VALE em Mariana e Brumadinho (que custaram 64 bilhões para Mariana, 62 bilhões para Brumadinho); (ii) a agressão dos garimpeiros para mineração na reserva Yanomami; (iii) as enchentes do Rio grande do Sul, que custaram aos cofres públicos 112 bilhões); (iv) As secas que atingem todas os biomas, levando muitas as vezes incêndios, como no pantanal, no cerrado e Amazônia; (v) os vendavais no Sul e no Sudeste; (vi) as tempestades de poeira em no estado de São Paulo; (vii) o desmoronamento de bairros no litoral paulista, no Rio de Janeiro, na zona da mata de Pernambuco e no estado de Minas Gerais.

O Brasil tem 50 milhões de hectares de áreas degradadas pelo mau uso do modelo do agronegócio, e precisa urgentemente de ser restaurado. O Brasil tem 60 milhões de hectares cultivados com soja, milho, algodão, cana, que destruíram a biodiversidade pelo uso constante de agrotóxicos, e agroquímicos.

Os crimes são divulgados como desastres, como se fossem naturais, nunca como crimes cometidos por alguém. E nunca se apresentam as causas e muito menos as soluções. Passadas algumas semanas a imprensa esconde, o governo esquece e ficam apenas as sequelas. Nenhuma medida efetiva de prevenção de novos crimes soa tomadas.

---

\*Membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Autor, entre outros livros, de *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, (com Bernardo Mançano) (Expressão Popular). [<https://amzn.to/4mqwLFt>]. Roteiro da palestra proferida na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) ao receber o título de professor doutor Honoris Causa, em 7 de abril 2026. Publicado no site *A Terra é Redonda* em 10.04.26.

## As verdadeiras causas

É fundamental que se identifique as causas. E as causas estão ligadas ao modo de produção e de consumo do capitalismo que busca lucro máximo e rápido. Dos gases de estufa que provocam aquecimento e mudanças climáticas, no Brasil, 25% é caudado pelo desmatamento, 25% pelo consumo de combustíveis fósseis nas cidades, com transporte, e 50% é originário da pecuária bovina que reúne 280 milhões de cabeças de gado.

São grandes empresas capitalistas que promovem o desmatamento, para produzir *commodities*. São elas que promovem a mineração incontrolável. São elas que investem para explorar o máximo de volume de petróleo, em qualquer lugar do planeta. São elas que impuseram o monocultivo na agricultura que exige grandes quantidades de agrotóxicos, que matam a biodiversidade e desequilibram as condições climáticas. São elas que impuseram a pecuária bovina intensiva para abastecer o norte global com carne, e aqui ficam os gases de estufa.

São as grandes empresas transnacionais que transformaram a água numa mercadoria e dominam o engarrafamento de água potável, com altos lucros e explorando ao máximo as reservas subterrâneas. São as empresas automobilísticas que nos impuseram o transporte individual nas cidades, que consomem combustíveis fósseis. São as empresas de especulação imobiliária que transformaram as cidades em infernos habitacionais, aonde o lucro predomina sobre a vida das pessoas.

Em tempos de crise do sistema capitalista, há uma ofensiva do capital que corre para se apropriar dos bens da natureza, como minérios, petróleo, água, florestas, terras, biodiversidade. Esses bens não têm valor, mas ao se transformar em mercadorias garantem uma renda extraordinária fantástica.

A segunda iniciativa é promover conflitos armados e guerras. As guerras têm uma característica que levam a destruição de capital instalado, nos países que são agredidos, e também destroem o capital que tem dentro das mercadorias (armas e munição). E com essa destruição abrem espaço para novos processos de produção e acumulação de capital.

Assim, as guerras modernas não são mais para disputar territórios ou escravizar outro povo. Agora elas são regidas pela necessidade de acumulação de capital. Patética, mas didática a proposta de Donald Trump para Gaza: suas empresas controlarem a reconstrução e transforma-la num resorte para os capitalistas!

Além das consequências para o efeito estufa da energia usada por aviões, tanques, navios de guerra. As guerras são talvez o pior de todos os crimes ambientais e vão contra todos os valores da civilização humana.

Há um grupo de capitalistas, em especial do capital financeiro, que buscam mais lucros com títulos de crédito carbono, que na prática consiste em privatizar o oxigênio emitido pela floresta já existente e vendê-lo como mercadoria. E há outras falsas soluções do capitalismo

verde, que têm como objetivo apenas o lucro e não a restauração do planeta.

Chegamos ao limite da sobrevivência do planeta, segundo os cientistas de todas as áreas. Os responsáveis pelos crimes contra a natureza, tem nome e endereço, são todas empresas capitalistas. E a maioria transnacionais. E elas investem também no controle da imprensa, do poder legislativo e do judiciário, para se protegerem.

E quem vai conseguir detê-las? Os governos são eleitos com seu apoio econômico. Os organismos internacionais como ONU, FAO não têm mais força, nem legitimidade. Quem vai poder para-los? Só o povo organizado e mobilizado!

Claro, que para isso vamos levar tempo até a população se dar conta das causas e seus responsáveis. E que ocorra uma nova ascensão do movimento de massas, que leve a brechar a insanidade do capitalismo e suas empresas.

### **As portas de saída**

Precisamos trabalhar a consciência e organização do povo, em cada um dos territórios, em nosso país e em todos os países, devemos também propor medidas urgentes, que podemos ir implementando na sociedade e com os governos progressistas, para ir resistindo e amenizando as consequências dos crimes ambientais.

As soluções precisam ser globais. Atrevo-me a elencar algumas medidas, que temos discutidos em espaços internacionais como a Via Campesina, a Assembleia Internacional dos Povos e nos encontros de movimentos populares com o Papa, como medidas de emergência para podermos frear os crimes e defender a natureza. E quiçá possamos começar em nossos territórios e aqui no Brasil:

- (1) Implementar a política de desmatamento zero. Nenhuma árvore mais deve cair;
- (2) Realizar campanhas massivas de reflorestamento, com viveiros de mudas públicos que levem ao plantio do máximo de árvores, em todos territórios e biomas, nas cidades, estradas, margens de lagoas e rios. Precisamos restaurar 50 milhões de hectares e as áreas urbanas e de caminhos;
- (3) Mudar a matriz de transporte das cidades para transporte público, elétrico e gratuito para toda população;
- (4) Promover mudanças na forma das cidades se organizarem, que sejam para as pessoas, não mais para os veículos;
- (5) Promover a agroecologia, para a produção de alimentos saudáveis, combatendo o agronegócio e o agrotóxico;
- (6) A água não pode ser mercadoria, e além de garantir acesso a toda população de forma gratuita, tomar medidas de proteção das nascentes, reservatórios, rios e lagos;
- (7) Combater a mineração agressiva e a céu aberto. Impedir o garimpo de ouro e diamantes que usa mercúrio;

(8) Impedir projetos de energia eólica e solar, quando agridem o meio ambiente e afetam áreas de produção de alimentos;

(9) Ir mudando os sistemas alimentares da população, buscando outras fontes de proteína, do que a carne bovina;

(10) Impedir bases militares, e conflitos armados, que geram agressões ao meio ambiente, aumento do efeito estufa, destruição ambiental e sobretudo a morte de milhares de pessoas.

Comecemos logo, antes que seja tarde. O Planeta Terra e os nossos netos agradecerão!

## JOHN MAYNARD KEYNES E OS MISTÉRIOS DO DINHEIRO\*

*Luiz Gonzaga Belluzzo\*\**

*Manfred Back\*\*\**

Em um seminário realizado sobre o livro *Teoria geral, do juro, do emprego e da renda* na Universidade de Campinas, um dos escribas desse artigo teve contato com a grande economista inglesa Joan Robinson, professora em Cambridge.

Conseguiu através dela o contato de John Maynard Keynes, que topou fazer uma entrevista por e-mail. Nesse artigo, vamos destacar alguns pontos dessa entrevista histórica, sobre um dos capítulos fundamentais da *Teoria geral*, o capítulo XII – “O estado da expectativa a longo prazo”.

Nesse capítulo John Maynard Keynes nos brinda com a psicologia, incerteza, estado de confiança, limitação da matemática e importância da liquidez e o mercado financeiro.

Lord Keynes, ao sair em 1944, da reunião de Bretton Woods foi visionário, ao declarar: *I am not a Keynesian* (Eu não sou keynesiano), quando percebeu que os ditos keynesianos estavam transformando sua teoria em dogma, ficando marcado como o economista do estímulo de déficit. Essa banalidade não considera que John Maynard Keynes rompeu com as simplificações da ortodoxia.

Nós: Prezado Lord, hoje vemos o predomínio da escola de expectativas racionais, onde as expectativas são formalizadas estatisticamente e matematicamente. Você, que é um grande matemático e estatístico, como vê essa crença de reproduzir dados do passado para prever o futuro?

John Maynard Keynes: “É, portanto, razoável que nos deixemos guiar, em grande parte, pelos fatos que merecem nossa confiança, mesmo se sua relevância para os resultados esperados for menos decisiva do que a de outros fatos a respeito dos quais o nosso conhecimento é vago e limitado. Por essa razão, os fatos atuais desempenham um papel que, em certo sentido, podemos julgar desproporcional na formação de nossas expectativas a longo prazo, sendo que o nosso método habitual consiste em considerar a situação atual e depois projetá-la no futuro, modificando-a apenas na medida em que tenhamos razões mais ou menos definidas para esperarmos uma mudança”.

John Maynard Keynes: posso me alongar nessa questão? Nós: com certeza!

John Maynard Keynes: “O estado da expectativa a longo prazo, que serve de base para as nossas decisões, não depende, portanto, exclusivamente do prognóstico mais provável que possamos formular. Depende, também, da confiança com a qual fazemos este prognóstico

\* Artigo publicado originalmente no site A Terra é Redonda em 29.03.2026.

\*\* Economista, é Professor Emérito da Unicamp. Autor entre outros livros, de *O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo (Contracorrente)*. [<https://amzn.to/45ZBh4D>]

\*\*\* Graduado em economia pela PUC –SP e mestre em administração pública pela FGV-SP.

– na medida em que ponderamos a probabilidade de o nosso melhor prognóstico revelar-se inteiramente falso”.

Nós: o que deve ser observado com profundidade?

John Maynard Keynes: “Nossas conclusões devem fundamentar-se, principalmente, na observação prática dos mercados e da psicologia dos negócios”.

Nós: por quê? Mesmo com computadores, banco de dados?

John Maynard Keynes: “O fato de maior importância é a extrema precariedade da base do conhecimento sobre o qual temos que fazer os nossos cálculos das rendas esperadas. O nosso conhecimento dos fatores que regularão a renda de um investimento alguns anos mais tarde é, em geral, muito limitado e, com frequência, desprezível. Se falarmos com franqueza, temos de admitir que as bases do nosso conhecimento para calcular a renda provável dentro de dez anos de uma estrada de ferro, uma mina de cobre, uma fábrica de tecidos, a aceitação de um produto farmacêutico, um navio transatlântico ou um imóvel no centro comercial de Londres pouco significam e, às vezes, a nada levam”.

Nós: sentimos uma tentativa contemporânea de parte dos economistas de quererem reinventar a roda. A moda é caracterizar tudo como financeirização, e na formação binária da corrente majoritária nos cursos de economia, essa coisa de lado real x lado monetário. E um total desconhecimento da importância do mercado financeiro como elemento constituinte do sistema. Estamos corretos?

John Maynard Keynes: “Mas a bolsa de valores reavalia, todos os dias, os investimentos e estas reavaliações proporcionam a oportunidade frequente a cada indivíduo (embora isto não ocorra para a comunidade como um todo) de rever suas aplicações. É como se um agricultor, tendo examinado seu barômetro após o café da manhã, pudesse decidir retirar seu capital da atividade agrícola entre as dez e as onze da manhã, para reconsiderar se deveria investi-lo mais tarde, durante a semana”.

Nós: Lord, no seu entendimento avaliações diárias a respeito da liquidez, podem interferir e mudar as expectativas de investimento?

Keynes: “Todavia, as reavaliações diárias da bolsa de valores, embora se destinem, principalmente, a facilitar a transferência de investimentos já realizados entre indivíduos, exercem, inevitavelmente, uma influência decisiva sobre o montante do investimento corrente. Isso porque não há sentido em criar uma empresa nova a um custo maior quando se pode adquirir uma empresa similar existente por um preço menor, ao passo que há indução a aplicar recursos em um novo projeto que possa parecer exigir uma soma exorbitante, desde que esse empreendimento possa ser liquidado na bolsa de valores com lucro imediato”.

Nós: Lord, ao longo do capítulo XII, nos indica que devemos ter humildade para fazer previsão futuro e que a incerteza não é exata, como creem muitos economistas?

John Maynard Keynes: “Os resultados reais de um investimento, no decorrer de vários

anos, raras vezes coincidem com as previsões originais. Também não podemos racionalizar a nossa atitude argumentando que para um homem em estado de ignorância, os erros em qualquer sentido são igualmente prováveis e que, portanto, subsiste uma esperança estatística baseada em probabilidades iguais. Isso porque podemos facilmente demonstrar que a hipótese de probabilidades aritmeticamente iguais, baseada em um estado de ignorância, conduz a absurdos... o mercado estará sujeito a ondas de sentimentos otimistas ou pessimistas, que são pouco razoáveis e ainda assim legítimos na ausência de uma base sólida para cálculos satisfatórios”.

## TRÊS ILHAS PARA FALAR DE ECONOMIA

Tiago Camarinha Lopes\*

Falar de economia é educar politicamente. Mesmo que a decadência e barbárie do capitalismo na era pós-neoliberal seja explícita e os economistas comprados pelo Norte global ainda continuem cegos para a urgente necessidade de uma alternativa, o campo da ciência econômica, ou melhor, economia política, já reconhece que o mundo mudou.

A educação política em economia requer a articulação de duas esferas contraditórias: a do ideal e a do real. A vontade de fazer uma economia diferente, verdadeiramente humana e alinhada ao sonho comum de paz, prosperidade e cuidado ambiental, precisa enfrentar desafios objetivos da geopolítica concreta. Essa questão aparece de forma particularmente clara no debate sobre o socialismo, sobretudo na relação entre o chamado socialismo utópico e o socialismo científico, que talvez tenha ficado mal resolvida no século passado.

Existem duas obras literárias que foram muito influentes na configuração da economia política moderna e que permitem explorar esse tópico de modo bastante didático: *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, publicado no Reino Unido em 1719 e *Utopia*, de Thomas More, publicado no continente europeu na primeira metade do século XVI.

Ambas apresentam narrativas em torno de um elemento central: a ilha. Um pedaço de terra cercado por água isolado do mundo “normal”. Esse isolamento é crítico para a descrição de como um sistema econômico em geral se configura.

A ilha funciona como um recurso metodológico que permite observar os fundamentos de qualquer tipo de sistema econômico: desde um baseado numa massiva civilização avançada tecnologicamente até um baseado num único naufrago equipado apenas com as ferramentas salvas de sua embarcação destrocada. Ao separar um território imaginário do mundo existente, torna-se possível experimentar, em pensamento, diferentes formas de organizar a produção, a distribuição e a vida social.

Em *Utopia*, trata-se de um reino distante fundado por um tal Utopos, que no passado teria liderado um megaprojeto de escavação. A península que ligava a comunidade ao restante do continente teria assim sido cortada e transformada numa ilha, cujo acesso é difícil porque apenas os nativos saberiam atracar com segurança no entorno rochoso.

O mais impressionante no relato ficcional, em contraste com o emergente sistema mercantil do século XVI que vai seguindo o ímpeto do dinheiro e do capital de modo instintivo e que está sob crítica aberta na obra de Thomas More, é que “Nenhum lugar” (do grego *Ou* = não, *topos* = lugar) é um país organizado segundo princípios racionais, onde o uso do território é cuidadosamente planejado.

---

\*Professor de economia na Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é pesquisador visitante na Northeast Normal University, Changchun, China. Artigo publicado originalmente no site A Terra é Redonda em 14.04.2026.

Por exemplo, quando uma cidade cresce além de certo limite, parte de sua população é enviada para fundar outro assentamento em algum ponto da ilha que ainda não seja habitado, garantindo assim um certo equilíbrio no processo de metabolismo social com a natureza. Todas as cidades são idênticas em tamanho e possuem a mesma distância entre si, reforçando a homogeneidade do desenvolvimento de toda a nação. A economia aparece aqui como objeto de desenho consciente, em escala social, revelando o potencial da imaginação para propor formas alternativas de organização.

Já em *Robinson Crusóé*, em contraste, a ilha não é a morada de uma sociedade propriamente dita, mas de apenas um único indivíduo. Isolado, o náufrago precisa criar, sozinho, as condições materiais de sua existência. Precisa achar água, comer e se proteger do sol e da chuva. Ao se lançar ao trabalho para sobreviver, desenvolve técnicas e domestica a natureza, transforma seu entorno em uma unidade produtiva que é, ao mesmo tempo, casa, fazenda e fortaleza.

Produz e utiliza o produto com perspicácia ao longo de muitos anos, chegando ao ponto de construir um forno para fazer pão e começar a projetar a produção de cerveja. No fim se percebe que o náufrago está reproduzindo na ilha o padrão de comportamento do *Homo economicus*, essa figura-expressão do humano dominado pela racionalidade contábil do capital: mais, mais, mais...

De toda forma, é interessante notar que, do mesmo modo como no caso da ilha de *Utopia*, o dinheiro tem uma função vazia no sistema econômico. Lá, os metais preciosos eram utilizados para a confecção de objetos estritamente funcionais, como penicos, e eram assim solenemente desprezados como materiais de valor. Na ensolarada ilha de Robinson Crusóé, o baú repleto de moedas de ouro resgatado por ele da embarcação também é só um peso morto. Na ausência do mercado, ele vale menos do que uma corda velha, mas ainda robusta.

Essas duas ilhas revelam perspectivas distintas, mas complementares. Tanto o coletivismo de *Utopia* como o individualismo do “contador burguês” partem de um mesmo gesto: imaginar sistemas econômicos fora das determinações imediatas da sociedade existente. São construtos mentais descrevendo o funcionamento de sistemas econômicos.

É esse gesto que Karl Marx submete a uma crítica cuidadosa e complexa ao incorporar a economia política inglesa aos pilares da política socialista francesa e da filosofia materialista alemã. A partir de seu significativo e enxuto texto *Prefácio à Crítica da Economia Política*, ele argumentou que os sistemas econômicos não podem ser concebidos como simples construções da imaginação.

Isto porque são resultado de um processo histórico real, condicionado pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelas relações sociais de produção efetivamente em vigência ao longo da história. A economia, portanto, não é passível de ser arquitetada de modo completamente livre, mas precisa ser construída em cima das condições objetivas materialmente

dadas.

A crítica ao assim chamado socialismo utópico inaugurado por Karl Marx e Friedrich Engels não elimina a imaginação, mas redefine seu papel. Não basta conceber uma organização econômica ideal: é necessário que existam condições históricas que a tornem possível. A passagem do utópico ao científico consiste precisamente em incorporar a análise dessas condições.

Nesse sentido, o capitalismo desempenha um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que produz desigualdades, ele impulsiona o desenvolvimento tecnológico e amplia as possibilidades materiais de transformação econômica. É nesse terreno que se coloca a questão do socialismo como possibilidade histórica, e não apenas como construção imaginária.

Deixando o plano da ficção, há uma terceira ilha, sobre a qual é incontornável falar na conjuntura atual. Cuba é uma experiência real de construção do socialismo que enfrenta desde os estágios iniciais de sua revolução em 1959 condições objetivas adversas. Ainda que a URSS tenha sido, enquanto existiu, um importante ponto de apoio, a situação legada pelo colonialismo e o esforço sistemático dos Estados Unidos em sabotar e assassinar as lideranças são elementos que mostram como o processo revolucionário não pode ser pautado pelo idealismo.

As restrições externas como o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos e condenado pela comunidade global na ONU há décadas limita o acesso a mercados, tecnologias e fluxos financeiros, afetando diretamente o desenvolvimento econômico do país.

Por isso, a realidade geopolítica do imperialismo exige um alinhamento robusto entre o sonho do socialismo, compartilhado por todos os povos oprimidos e expresso de formas multifacetadas, e a dura luta militar concreta pela soberania nacional em condições que, por definição, não são ideais.

O acirramento do bloqueio econômico e as desesperadas ações do imperialismo nos últimos anos impele todas as forças progressistas a encontrarem unidade na defesa de todos os povos que lutam contra o imperialismo, do mar caribenho ao rio Jordão.

O socialismo científico não abandona a utopia, mas a reinsere na história: transforma a imaginação em hipótese, e a hipótese em problema concreto. Entre ilhas imaginárias e o globo terrestre real, é nesse espaço de tensão e aliança entre a ciência e a esperança que a economia política marxista continuará avançando no século XXI.

## PRODUÇÃO INDUSTRIAL CATARINENSE AVANÇA 1% EM FEVEREIRO DE 2026

*Gabriel Schwalbe Hoffmann\**

A pesquisa sobre a Produção Industrial Mensal “PIM Regional” é realizada pelo IBGE desde a década de 1970 sintetizando um conjunto de indicadores de curto prazo relativos ao comportamento da produção real da indústria extrativa e de transformação. Para tanto, são produzidos índices mensais para 17 unidades da federação segundo o critério de que tais unidades federativas tenham participação de, no mínimo, 0,50total do valor da transformação nacional. Ressalta-se que no caso da região Nordeste é realizado um agregado regional, razão pela qual tal região figura junto com as unidades federativas na divulgação das informações, conformando o horizonte de 18 localidades pesquisadas.

Sobre essa pesquisa é importante levar em consideração o alerta de Bernardo Almeida, analista de pesquisa do IBGE, o qual esclarece que a soma dos resultados regionais não resulta automaticamente no resultado nacional, que é divulgado pela PIM Brasil, sempre na semana anterior. Isto porque uma parte da produção nacional não é vista pelos resultados regionais, uma vez que são pesquisadas apenas 15 localidades. Como as séries locais são formadas independentemente, o resultado nacional atua como parâmetro para a análise regional.

O mês de fevereiro de 2026 apresentou variação positiva de (+0,9%) na produção industrial nacional em comparação com o mês anterior (jan/26), tomando como base a série com ajustes sazonais. O resultado positivo obtido em fevereiro mostra uma contribuição relevante, dando um certo folego para a indústria nacional que no ano de 2025 não obteve bons resultados. Ainda na comparação com o mês anterior, 11 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE apresentaram um movimento positivo. Os maiores avanços foram registrados no Espírito Santo e Rio Grande do Sul, enquanto os estados do Mato Grosso e Goiás tiveram as quedas mais acentuadas.

Entre as principais categorias econômicas, na comparação com o mês anterior, todas apresentaram taxas positivas na produção. Bens de capital (+2,3%) assinalou a taxa positiva mais acentuada em fevereiro de 2026, inclusive marcando a segunda taxa positiva consecutiva. Os setores produtores de bens de consumo duráveis (+0,9%), de bens intermediários (+1,1%) e de bens de consumo semi e não duráveis (+0,7%) também mostraram crescimento neste mês.

No presente texto analisa-se o comportamento da produção física industrial no âmbito nacional no mês de fevereiro/26 para, posteriormente, fazer as análises específicas para o estado de Santa Catarina. O trabalho em questão, de periodicidade mensal, acompanha a evolução do setor industrial segundo as estratificações territoriais (UFs) e por atividades econômicas (grandes categorias/indústria geral) definidas pela PIM/IBGE segundo os parâmetros adotados na CNAE 2.0.

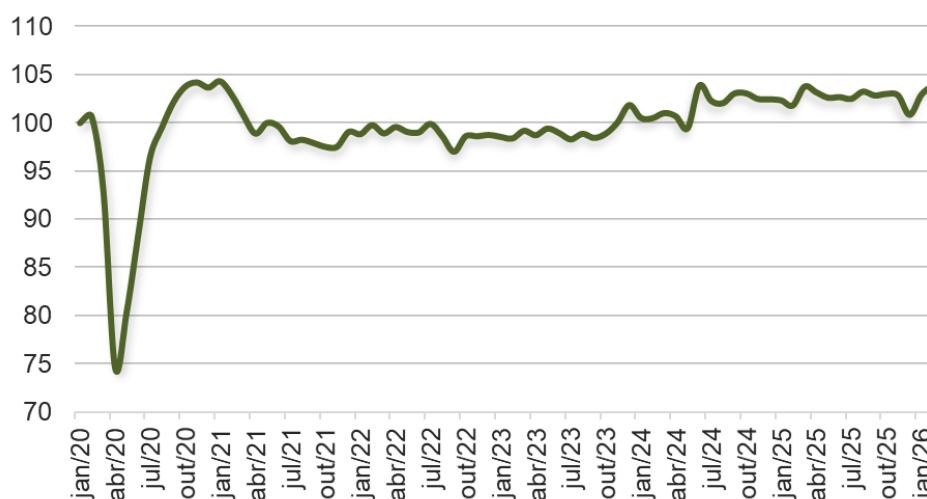
---

\*Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT/UFSC). Email: gabriel17@gmail.com

## Indústria nacional cresceu (+0,9%) no mês de fevereiro/2026

O Gráfico 1 evidencia a evolução do índice de produção física industrial no Brasil desde janeiro de 2020, destacando os impactos econômicos da pandemia de Covid-19. O primeiro semestre de 2020 foi marcado por uma queda abrupta na produção industrial, que, mesmo com uma recuperação inicial impulsionada por políticas públicas como o auxílio emergencial e o saque do FGTS, permaneceu distante dos melhores patamares registrados na década anterior. Esse quadro reflete um período prolongado de estagnação, agravado pela política monetária restritiva vigente até 2023 que elevou o custo do crédito e desestimulou os investimentos produtivos. Embora 2024 tenha sido marcado por certa resiliência na atividade industrial, os resultados ainda mostraram oscilações significativas: a produção industrial nacional acumulou alta de (+3,1%) no ano, mas encerrou dezembro com nova retração de (-0,3%) frente ao mês imediatamente anterior, consolidando a desaceleração observada no último trimestre. Esse desempenho reflete o impacto do crédito caro, especialmente sobre os investimentos, além das incertezas fiscais que limitaram uma recuperação mais robusta do setor.

**Gráfico 1** - Índice de produção física com ajuste sazonal, Brasil, fevereiro de 2026 (jan/2020 = 100)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – PF. Elaboração: NECAT/UFSC

Ao longo de 2024, a produção industrial apresentou oscilações entre pequenos avanços e recuos. Um exemplo marcante foi o forte crescimento de junho (+4,3%), seguido por queda em julho (-1,5%) e estabilidade em agosto (+0,2%). Essa trajetória instável continuou com leve alta em setembro (+0,9%), retração em outubro (-0,2%), nova queda em novembro (-0,7%) e recuo em dezembro (-0,3%), resultando em um desempenho negativo no último trimestre do ano.

O primeiro semestre de 2025 manteve um cenário de instabilidade, com taxas de crescimento próximas de zero nos dois primeiros meses do ano. Em março, contudo, a produção industrial apresentou um avanço expressivo de (+1,7%), indicando uma possível retomada do crescimento. Contudo nos meses seguintes, abril, maio, junho e julho o setor voltou a registrar resultados negativos ou ínfimos, que variam de (+0,1%) a (-0,7%). Em agosto, entretanto, o movimento se inverteu: a produção industrial cresceu (+0,7%), mostrando um leve fôlego para o setor. Contudo nos meses de setembro, outubro e novembro as taxas de crescimento voltaram a apresentar valores adversos da ordem de (-0,5%), (0,0%) e (-0,2%) respectivamente. Em dezembro do mesmo ano, o resultado negativo foi o mais expressivo do ano (-1,2%) deixando claro a persistente dificuldade em alcançar um crescimento consistente ao longo de 2025. Dificuldade essa que já vem ocorrendo desde 2024, quando as taxas também foram pouco expressivas. Finalmente em janeiro e fevereiro de 2026 a indústria conseguiu obter resultados mais eficientes, com (+2,1%) e (+0,9%) de expansão, respectivamente. A alta de janeiro foi a mais elevada desde junho de 2024 (+4,4%). Contudo há ainda fatores que limitam a expansão da indústria, entre eles estão o elevado custo do crédito, as baixas expectativas quanto à redução da taxa Selic e a forte concorrência do mercado internacional.

A Tabela 1 mostra a evolução da produção industrial brasileira ao longo dos últimos doze meses, considerando os diferentes períodos analisados pelo IBGE. Na variação mês contra mês imediatamente anterior é visível a dificuldade de consolidação do crescimento da indústria no ano de 2025, uma vez que os últimos quatro meses foram de clara retração. Neste caso, destaca-se que em dezembro essa tendência se manteve com a maior taxa negativa de crescimento registrada ao longo de todo o ano de 2025 (-2%) o que reforça o comentário da análise do gráfico 1. Já no ano de 2026 a indústria abriu com resultado positivo considerável com (+2,1%) em janeiro e (+0,9%) em fevereiro. O resultado dos dois primeiros meses de 2026 estão ligados à retomada da produção no mês de janeiro, após um dezembro com mais férias coletivas e paralisações técnicas, fevereiro apresentou um avanço mais forte, possivelmente ligado à recomposição de estoques em diversos setores da indústria.

Na comparação com o mês de fevereiro de 2025 a indústria registrou queda de (-0,7%) em fevereiro de 2026, com desempenho negativo em 3 das 4 grandes categorias econômicas, 20 dos 25 ramos, 60 dos 80 grupos e 62,1% dos 789 produtos pesquisados. Vale citar que fevereiro de 2026 (18 dias) teve dois dias úteis a menos que igual mês do ano anterior (20). O local com a maior queda de fevereiro foi o estado do Rio Grande do Norte (-24,5%), pressionado, em grande parte, pelas atividades de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (óleo diesel) produtos alimentícios (castanha de caju descascada ou triturada, balas, farinha de trigo, sal de cozinha iodado, condimentos e temperos compostos, açúcar cristal e café torrado e moído) e indústrias extrativas (sal marinho associado à extração). Ceará (-9,8%), Paraná (-7,7%), Amazonas (-7,2%), Goiás (-6,1%), Santa Catarina (-5,9%), Bahia (-4,1%), São Paulo

(-3,6%) e Maranhão (-1,6%) também apresentaram recuo no presente mês da análise.

**Tabela 1** - Variação da produção física industrial no Brasil em diversos períodos.

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado anual (3)	Acumulado doze meses (4)
mar/25	1,9	3,5	2	3,1
abr/25	-0,9	-0,5	1,4	2,4
mai/25	-0,5	3,4	1,8	2,8
jun/25	0,1	-1,3	1,2	2,4
jul/25	-0,2	0,3	1,1	1,9
ago/25	0,7	-0,7	0,8	1,6
set/25	-0,4	2	1	1,5
out/25	0,2	-0,4	0,8	0,9
nov/25	-0,1	-1,4	0,6	0,7
dez/25	-2	-0,1	0,6	0,6
jan/26	2,1	0,2	0,2	0,5
fev/26	0,9	-0,7	-0,2	0,3

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

No acumulado do ano em comparação com o mesmo período do ano anterior, o índice registrou queda de (-0,2%). Houve desempenho negativo em duas das quatro grandes categorias econômicas, em 18 dos 25 ramos, em 58 dos 80 grupos e em 61,7% dos 789 produtos analisados. Dentre as atividades, os maiores impactos negativos sobre o total da indústria vieram de máquinas e equipamentos (-13,5%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-7,0%) e produtos químicos (-4,6%). Também contribuíram para o resultado negativo setores como produtos de metal (-7,5%), confecção de vestuário e acessórios (-11,2%), equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (-8,1%), artefatos de couro, artigos de viagem e calçados (-9,9%), produtos têxteis (-7,8%), máquinas e materiais elétricos (-4,2%), impressão e reprodução de gravações (-16,7%) e móveis (-7,5%). Do outro lado, ao comparar com o bimestre janeiro-fevereiro de 2025, sete atividades apresentaram crescimento na produção. As maiores contribuições para o resultado geral vieram das indústrias extrativas (+11,1%) e do segmento farmoquímico e farmacêutico (+20,7%). Além disso, também tiveram impacto positivo os setores de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis (+1,3%), alimentos (+1,1%) e bebidas (+3,9%).

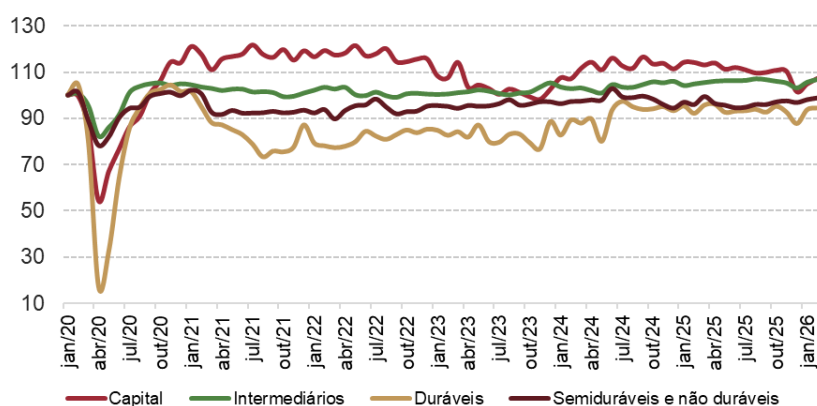
Em fevereiro de 2026, o indicador acumulado em 12 meses avançou (+0,3%), mantendo-se no campo positivo, mas evidenciando uma desaceleração em relação aos meses anteriores. No recorte regional, oito dos 18 locais analisados apresentaram crescimento, embora o mesmo número tenha exibido perda de dinamismo frente a janeiro. As quedas mais expressivas entre janeiro e fevereiro ocorreram em Santa Catarina (de 1,9% para 0,9%), Paraná

(de 0,1% para -0,9%), Ceará (de -1,3% para -2,1%), Goiás (de 2,0% para 1,5%) e São Paulo (de -2,2% para -2,6%). Por outro lado, os principais avanços foram observados no Espírito Santo (de 13,5% para 17,0%), Pernambuco (de -0,6% para 2,7%), Rio de Janeiro (de 5,8% para 6,5%), na Região Nordeste (de -0,6% para -0,1%) e em Mato Grosso do Sul (de -11,9% para -11,4%).

O desempenho das grandes categorias econômicas, conforme apresentado no Gráfico 2, indica um cenário de crescimento generalizado em fevereiro de 2026 em relação aos últimos meses de 2025, considerando a série com ajuste sazonal. Na comparação com janeiro, considerando a série com ajuste sazonal, o segmento de bens de capital apresentou o melhor desempenho em fevereiro de 2026, com alta de (+2,3%), registrando o segundo resultado positivo seguido e acumulando expansão de (+5,7%) nesse intervalo. Também houve avanço nos setores de bens intermediários (+1,1%), bens de consumo duráveis (+0,9%) e bens de consumo semi e não duráveis (+0,7%). Todos esses ramos mantiveram crescimento pelo segundo mês consecutivo, acumulando, respectivamente, ganhos de (+3,5%), (+7,7%) e (+2,0%) no período.

A média móvel trimestral é um indicador que suaviza oscilações mensais ao calcular a média dos últimos três meses, permitindo observar tendências de curto prazo com maior clareza. Na série com ajuste sazonal, ao se observar o comportamento do índice na margem, verifica-se que, bens de consumo duráveis (+0,7%) assinalou a taxa positiva mais acentuada em fevereiro de 2026 e interrompeu três meses consecutivos de queda, período em que acumulou perda de (+2,7%). Os setores produtores de bens intermediários (+0,5%) e de bens de consumo semi e não duráveis (+0,4%) também registraram resultados positivos neste mês, com o primeiro interrompendo a trajetória descendente iniciada em setembro de 2025 e o segundo marcando o sétimo mês seguido de crescimento e acumulando expansão de (+3,0%) neste período. Por outro lado, o segmento de bens de capital (-1,0%) apontou o único recuo em fevereiro de 2026 e manteve o comportamento negativo iniciado em dezembro de 2025.

**Gráfico 2** - Índice de produção física com ajuste sazonal, categorias de uso, Brasil, (jan/20 – fev/26) (jan/2020 = 100)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – PF. Elaboração: NECAT/UFSC

As variações por categorias de uso em janeiro de 2026 estão detalhadas na tabela 2. Na comparação mês/mês anterior, todas as quatro grandes categorias registraram consideráveis avanços, explicados possivelmente pelo processo de recomposição de estoques em diferentes setores industriais no mês de fevereiro. Os segmentos de maior destaque para o mês são: veículos automotores, reboques e carrocerias (+6,6%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (+2,5%), com a primeira acumulando expansão de (+14,1%) nos dois primeiros meses de 2026 e eliminando, dessa forma, o recuo de (-9,5%) verificado nos dois últimos meses de 2025; e a segunda marcando o terceiro mês consecutivo de crescimento e registrando ganho de (+9,9%) neste período.

Em fevereiro de 2026, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a indústria registrou uma queda considerável de (-0,7%). Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, os maiores recuos entre as grandes categorias econômicas em fevereiro de 2026 ocorreram em bens de capital (-13,5%) e bens de consumo duráveis (-9,3%). O grupo de bens de consumo semi e não duráveis também apresentou resultado negativo (-0,3%). Em contraste, apenas o segmento de bens intermediários registrou crescimento (+1,1%), alcançando seu segundo resultado positivo consecutivo. Ao cair (-13,5%) frente a fevereiro de 2025, o setor de bens de capital acumulou a nona taxa negativa seguida, sendo a mais intensa desde dezembro de 2023 (-17,1%). Já a produção de bens de consumo duráveis recuou (-9,3%) em fevereiro de 2026, marcando o quarto resultado negativo consecutivo e o pior desempenho desde maio de 2024 (-10,5%). Por sua vez, o segmento de bens de consumo semi e não duráveis, ao registrar leve queda de (-0,3%), interrompeu uma sequência de dois meses de crescimento, observada em janeiro de 2026 (+1,0%) e dezembro de 2025 (+4,7%).

Ainda entre as grandes categorias econômicas, o desempenho acumulado dos dois primeiros meses de 2026 revelou um desempenho desigual, com menor dinamismo nos segmentos de bens de capital (-12,5%) e de bens de consumo duráveis (-6,8%). Em contrapartida, houve crescimento nos setores de bens intermediários (+1,1%) e de bens de consumo semi e não duráveis (+0,4%). Dentre as atividades as principais influências negativas no total da indústria foram registradas por máquinas e equipamentos (-13,5%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-7,0%) e produtos químicos (-4,6%). Outros impactos negativos importantes foram assinalados pelos ramos de produtos de metal (-7,5%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-11,2%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-8,1%), artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-9,9%), produtos têxteis (-7,8%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-4,2%), impressão e reprodução de gravações (-16,7%) e móveis (-7,5%). Em contrapartida, ao se comparar com o período de janeiro a fevereiro de 2025, sete atividades registraram aumento na produção. As maiores contribuições para o resultado geral vieram das indústrias extrativas (+11,1%) e do segmento de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+20,7%). Também tiveram influência positiva os ramos de coque, derivados de

petróleo e biocombustíveis (+1,3%), além dos setores de alimentos (+1,1%) e bebidas (+3,9%).

**Tabela 2** - Variação da atividade industrial do Brasil em vários períodos, categorias de uso, em fevereiro/2026

<b>Categorias</b>	<b>Mês/Mês anterior (1)</b>	<b>Mês/igual mês ano anterior (2)</b>	<b>Acumulado no ano (3)</b>	<b>Últimos doze meses (4)</b>
Bens de capital	2,3	-13,5	-12,5	-4,7
Bens intermediários	1,1	1,1	1,1	1,7
Consumo duráveis	0,9	-9,3	-6,8	-1
Consumo semi e não duráveis	0,7	-0,3	0,4	-1,8

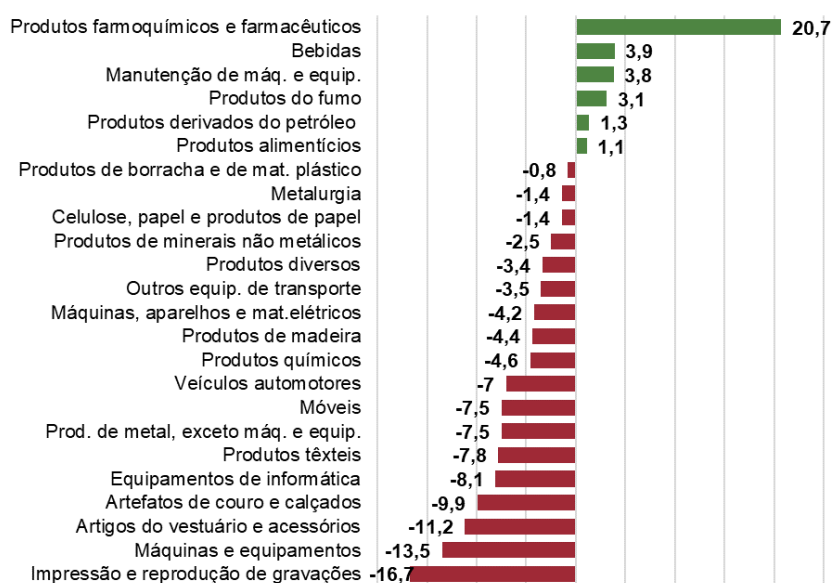
Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1)Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

Por fim, nos últimos doze meses, é possível notar um desempenho predominantemente negativo da indústria, marcado por contrastes entre os diferentes macrossetores. O segmento de bens intermediários apresentou o melhor e único resultado positivo, com alta de (+1,7%), refletindo a melhora gradual da confiança do consumidor. Na sequência, os bens de consumo duráveis registraram a menor queda, com (-1%), indicando resistência por meio do avanço nos investimentos produtivos. Os bens de capital, por sua vez, recuaram significativamente (-4,7%). No mesmo sentido, o segmento de bens de consumo semi e não duráveis apresentou queda no acumulado de doze meses, com uma taxa negativa de (-1,8%), impactado por fatores climáticos e pela redução na produção de alimentos, o que reforça o caráter mais vulnerável dessa categoria diante de choques de oferta e demanda. Os resultados obtidos no presente mês mostram um limitado, mas notável crescimento no setor de bens intermediários, juntamente com a retração visível dos outros setores, o que levanta novamente a questão da dificuldade de crescimento da indústria do Brasil.

Com base nos dados do Gráfico 3, é notável um cenário predominantemente negativo dos setores da indústria de transformação, com poucos apresentando crescimento expressivo. Entre os destaques positivos, o segmento de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+20,7%) lidera com grande vantagem, seguido pelo setor de bebidas que já se encontra mais distante (+3,9%), reparação de máquinas e equipamentos (+3,8%) seguido de produtos do fumo (+3,1%), produtos derivados do petróleo (+1,3%) e por fim produtos alimentícios com (+1,1%). No total, apenas uma parcela reduzida dos setores apresentou desempenho positivo no período.

**Gráfico 3** - Produção física industrial, setores de atividades, Brasil, acumulado anual comparado com o mesmo período do ano anterior (jan / fev/2026)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – PF. Elaboração: NECAT/UFSC

Por outro lado, a maior parte dos segmentos industriais iniciou o ano em retração, indicando um quadro geral desfavorável. As quedas mais intensas foram observadas em impressão e reprodução de gravações (-16,7%) e máquinas e equipamentos (-13,5%), seguidas por artigos de vestuário (-11,2%), artefatos de couro (-9,9%) e equipamentos de informática (-8,1%). De modo geral, o gráfico evidencia uma concentração maior de atividades na zona negativa, sugerindo um início de ano fraco para a indústria. Mesmo entre os setores com crescimento, a maioria apresenta avanços pouco expressivos, reforçando a ideia de que o dinamismo industrial ainda está limitado e concentrado em poucos segmentos específicos.

### **Produção industrial catarinense avançou 1% em fevereiro de 2026**

O Gráfico 4 ilustra a evolução do índice de produção física da indústria de Santa Catarina entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2026. Vale lembrar que a crise econômica de 2014 a 2016 já havia provocado uma forte retração nesse indicador, com efeitos mais profundos até mesmo do que os da crise de 2008. Entre 2017 e 2019, o setor viveu uma recuperação lenta e contínua, que foi interrompida com o início da pandemia de Covid-19, no começo de 2020. A produção industrial catarinense sofreu uma queda acentuada no primeiro semestre daquele ano, acompanhando a tendência nacional. Porém, a retomada iniciada a partir de agosto de 2020 foi mais intensa em Santa Catarina do que no restante do país, o que fez com que o índice estadual se mantivesse acima da média nacional até o final de 2022. Após um curto período de aproximação no início de 2023, os índices voltaram a se distanciar, com a indústria catarinense

voltando para uma trajetória superior à da indústria brasileira.

No acumulado de 2024 até dezembro, o descolamento se acentuou, com a indústria catarinense registrando crescimento de (+7,5%) no ano, mostrando maior dinamismo produtivo em relação ao resultado nacional. Esse cenário se modificou no ano de 2025 uma vez que em janeiro (+0,3%) as taxas de crescimento começaram a reduzir. Este movimento se consolidou nos meses seguintes com fevereiro (+0,2%), março (0%), abril (-0,2%), maio (-0,4%), junho (-0,5%), e julho, que registrou o primeiro crescimento relevante dos cinco primeiros meses (+0,7%). Contudo, agosto voltou a registrar queda acentuada (-2%) e no mês de setembro houve uma resiliência maior, com crescimento de (+2,4%) e outubro com (+1,4%). O último bimestre de 2025 seguiu a tendência de queda dos meses anteriores, registrando quedas expressivas de (-1,6%) e (-3,4%) em novembro e dezembro respectivamente, sendo assim a sétima região com a maior taxa de retração em relação ao mês anterior. Não diferente dos meses anteriores, Santa Catarina abriu 2026 com mais uma taxa negativa significativa (-1,7%), impulsionado pela menor produção industrial ligada às férias coletivas do mês de janeiro. Entretanto fevereiro apresentou um certo fôlego para a produção industrial do estado, visto que o mês da presente análise obteve um avanço de (+1%). Dessa forma, apesar dos avanços pontuais o desempenho predominantemente negativo visto nos últimos meses reforça a dificuldade da indústria estadual em sustentar o ritmo de crescimento registrado no começo de 2025, permanecendo fortemente condicionada às oscilações da indústria e da demanda nacional.

**Gráfico 4** - Índice de produção física com ajuste sazonal, Santa Catarina, jan/20 – fev/26  
(jan/2020 = 100)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – PF. Elaboração: NECAT/UFSC

A Tabela 3 mostra as variações mensais da produção física industrial em Santa Catarina ao longo de 2025 e início de 2026, segundo a periodização utilizada pelo IBGE. Ao

analisar o comparativo mês com mês imediatamente anterior verificou-se um resultado positivo da ordem de 1%. Todavia, é possível observar que dos doze meses da tabela houve crescimento em apenas quatro meses: julho (+0,7%), setembro (+2,4%), outubro (+1,4%) e fevereiro/26 (+1%). Nos demais meses predominaram resultados negativos, com destaque para agosto (-2%), novembro (-1,6%), dezembro (-3,4%) e janeiro de 2026 (-1,1%). Esse desempenho indica uma perda de dinamismo ao longo do ano de 2025, especialmente no segundo semestre, refletindo um ambiente econômico mais restritivo, com juros elevados, encarecimento do crédito e enfraquecimento da demanda, fatores que impactam diretamente a produção industrial.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o início de 2025 apresentou taxas expressivas de crescimento, como fevereiro (+6,5%) e março (+9,3%), indicando um efeito positivo ainda associado ao desempenho anterior. No entanto, ao longo dos meses seguintes, observa-se uma desaceleração, com abril (+0,3%), maio (+4,4%), junho (+3,4%) e julho (+3%). A partir de agosto (-1,8%), os resultados tornam-se negativos ou mais fracos, com pequenas recuperações em setembro (+5,2%) e outubro (+1,9%), mas voltando a cair em novembro (-1,4%), dezembro (-1,1%) e de forma mais intensa em janeiro de 2026 (-6,5%), onde a taxa de crescimento foi a menor registrada nos últimos doze meses. Por fim, o mês de fevereiro também apresentou retração forte quando comparado com fevereiro de 2025, (-5,9%), fato que decorre também da base de comparação forte nos primeiros meses de 2025. Esse movimento de queda sugere uma perda consistente de fôlego da atividade industrial ao longo do período, mesmo que a base de comparação seja distinta.

**Tabela 3** - Variação da produção física industrial em Santa Catarina em diversos períodos.

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado anual (3)	Acumulado doze meses (4)
mar/25	0	9,3	8,1	8,5
abr/25	-0,2	0,3	6	7,1
mai/25	-0,4	4,4	5,7	6,9
jun/25	-0,5	3,4	5,3	6,9
jul/25	0,7	3	4,9	6,1
ago/25	-2	-1,8	4	5,6
set/25	2,4	5,2	4,2	5,4
out/25	1,4	1,9	3,9	4,5
nov/25	-1,6	-1,4	3,4	3,6
dez/25	-3,4	-1,1	3,1	3,1
jan/26	-1,1	-6,5	-6,5	1,9
fev/26	1	-5,9	-6,2	0,9

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1)Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

No acumulado do ano, a indústria catarinense inicia 2025 com forte crescimento (+7,5% em fevereiro), atingindo um pico em março (+8,1%), mas passa a apresentar um caminho contínuo de desaceleração ao longo dos meses seguintes. As taxas de crescimento regredem para (+6,0%) em abril, (+5,7%) em maio, (+5,3%) em junho e seguem nessa tendência até atingir (+3,1%) em dezembro. Em janeiro de 2026, o acumulado anual registrou o mesmo valor da análise anterior visto que o período analisado é o mesmo (-6,5%) e fevereiro portando segue com as taxas de crescimento negativas (-5,9%). Portanto, caso o estado de Santa Catarina não consiga mostrar crescimento relevante ao longo dos próximos meses a tendência é continuar com taxas acumuladas negativas.

Por fim, o acumulado de 12 meses reforça a tendência de desaceleração. O indicador cresce de (+7,5%) em fevereiro para um pico de (+8,5%) em março, mas a partir daí entra em visível retração: (+7,1%) em abril, (+6,9%) em maio e junho, (+6,1%) em julho, até atingir (+3,2%) em dezembro. Em janeiro de 2026, há uma leve redução para (+1,9%) e em fevereiro nova redução para (+0,9%), consolidando o enfraquecimento da atividade industrial. Assim, o quadro geral aponta que, apesar do bom desempenho no início de 2025, a indústria catarinense perde força de maneira consistente ao longo dos últimos dez meses, refletindo um cenário econômico mais desafiador, tanto no âmbito estadual quanto nacional.

O desempenho do conjunto dos setores de atividades de Santa Catarina em diferentes períodos de 2025 e 2026 está descrito na Tabela 4. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, (janeiro de 2026 comparado com janeiro de 2025) a indústria catarinense apresentou resultados distintos entre os setores. Alguns segmentos demonstraram maior resiliência, mas o único setor que conseguiu sair do negativo foi o setor de metalurgia. Por outro lado, setores como veículos automotores, máquinas e equipamentos e produtos alimentícios registraram retrações expressivas e persistentes, com quedas intensas ao longo dos meses, indicando forte perda de dinamismo. No trimestre analisado (dezembro/25 a fevereiro/26), observou-se uma piora generalizada dos resultados, com destaque para a forte reversão em máquinas e equipamentos, setor que passou a registrar queda significativa em dezembro, além do setor automotivo, que aprofundou ainda mais seu desempenho negativo.

No acumulado do ano (fevereiro de 2026), os dados também apontam para uma retração generalizada entre os setores industriais de Santa Catarina. A maior parte dos segmentos apresentou perdas ao longo do período, especialmente aqueles mais ligados ao ciclo econômico e ao investimento, como veículos automotores, produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos) e móveis. Poucos setores conseguiram sustentar o crescimento com variações positivas, sendo que produtos de borracha e produtos alimentícios foram os únicos a registrarem valores positivos. De forma geral, o quadro mostra uma perda consistente de dinamismo da indústria ao longo de 2025 e início de 2026, com intensificação das quedas nos últimos 8 meses, refletindo as consequências de um ambiente macroeconômico mais restritivo e desfavorável à expansão

da atividade industrial.

**Tabela 4** - Produção Física Industrial de Santa Catarina por setores de atividades, variação mensal em relação ao mesmo mês do ano anterior / Acumulado do ano em comparação com o mesmo período do ano anterior

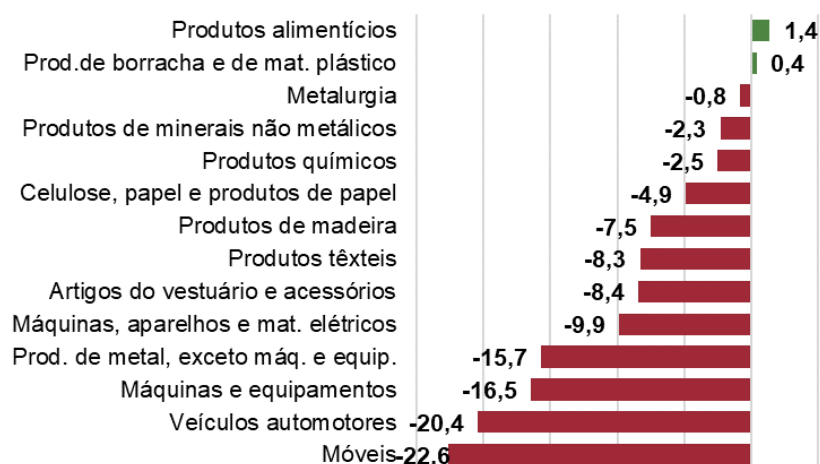
Setor de atividade	Mês/mesmo mês do ano anterior (1)			Acumulado no ano (2)		
	dez/25	jan/26	fev/26	dez/25	jan/26	fev/26
Produtos alimentícios	11,1	0,9	1,9	5,9	0,9	1,4
Produtos têxteis	-6,7	-9,8	-6,9	2,9	-9,8	-8,3
Artigos do vestuário e acessórios	-14,2	-6,4	-9,9	-0,4	-6,4	-8,4
Produtos de madeira	-4,5	-10,6	-4,1	-4,5	-10,6	-7,5
Celulose e papel	-0,1	-2,9	-7	2,1	-2,9	-4,9
Produtos químicos	4,3	-2,6	-2,4	3,4	-2,6	-2,5
Produtos de borracha e de mat. Plástico	-3,4	4,9	-4,1	0,5	4,9	0,4
Produtos de minerais não metálicos	3,7	-3	-1,5	4,9	-3	-2,3
Metalurgia	-9	-3,1	1,6	-1	-3,1	-0,8
Produtos de metal, exceto máq. e equip.	-14,1	-13,4	-17,8	10	-13,4	-15,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0	-15,3	-5	7,2	-15,3	-9,9
Máquinas e equipamentos	-2,7	-18	-15,1	5,2	-18	-16,5
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-21,2	-17,3	-22,9	-3,3	-17,3	-20,4
Móveis	-5,9	-25,9	-19,5	-2,8	-25,9	-22,6

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mesmo mês no ano anterior; (2) Base: mesmo período no ano anterior.

A consolidação dos resultados setoriais anteriormente mencionados é apresentada por meio do Gráfico 5, que compara quanto cresceu ou caiu um indicador de janeiro até o mês atual da análise, em relação a esse mesmo período do ano anterior. No caso atual a comparação é entre janeiro de 2026 a fevereiro de 2026 comparado com o mesmo período de 2025. A análise mostra um cenário de queda bruta de quase todos os setores. Entre os 14 segmentos analisados, apenas os setores de produtos alimentícios e o setor de produtos de borracha e material plástico obtiveram taxas positivas de crescimento com (+1,4%) e (+0,4%), respectivamente. Todos os demais setores apresentaram resultados negativos, com destaque para o setor de móveis (-22,6%), veículos automotores (-20,4%) e máquinas e equipamentos (-16,5%). Portanto, os dados atuais apresentaram forte retração de 12 dos 14 segmentos, o que reforça a ideia de que Santa Catarina enfrenta uma visível retração na sua produção industrial, principalmente nos setores ligados a bens de capital, que veem decaindo sistematicamente ao longo do último semestre de 2025.

**Gráfico 5** - Produção física industrial de Santa Catarina por setores de atividades, acumulado no ano (fev/26)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – PF. Elaboração: NECAT/UFSC

### Considerações finais

A indústria brasileira inicia 2026 ainda sem sinais claros de recuperação sustentada. Embora os resultados de janeiro (+2,1%) e fevereiro (+0,9%) indiquem alguma melhora após o ano de 2025 marcado por fortes retrações, o ritmo segue moderado e insuficiente para caracterizar uma retomada consistente. Na comparação interanual, o desempenho continua fraco, com fevereiro registrando retração de (-0,7%) frente ao mesmo mês do ano anterior, enquanto o acumulado em 12 meses avança apenas (+0,3%). Isso mostra que a indústria continua operando em um cenário de baixo dinamismo, dependente de oscilações pontuais e concentrada em poucos segmentos. Além disso, permanecem fatores macroeconômicos que limitam um avanço mais robusto, como juros elevados, crédito restrito, estoques acima do planejado em parte do setor e piora na confiança empresarial, o que reduz investimentos e dificulta a expansão da produção.

Em Santa Catarina, o cenário transparece mais sensível do que aquele observado no âmbito nacional. Após um início de 2025 relativamente favorável, a indústria estadual perdeu força ao longo do ano e entrou em 2026 ainda com trajetória negativa. A queda de (-1,1%) em janeiro frente ao mês anterior e o recuo de (-6,5%) na comparação com janeiro do ano passado mostram que o enfraquecimento da atividade é mais forte no estado. Esse movimento atinge especialmente setores mais ligados ao consumo financiado, ao crédito e ao investimento produtivo, que tendem a sentir de forma mais imediata os efeitos do custo financeiro elevado e da desaceleração da demanda. Dessa forma, embora Santa Catarina acompanhe a tendência nacional de perda de ritmo industrial, o estado apresenta um desempenho mais frágil e, até o momento, com poucas evidências de reversão no curto prazo.

### Referências bibliográficas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal da Indústria. Produção Física (PIM). Rio de Janeiro (RJ): IBGE, fevereiro de 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal da Indústria. Produção Física Regional (PIM Regional). Rio de Janeiro (RJ): IBGE, fevereiro de 2026.

IEDI – Instituto de Estudos para o Setor Industrial. Análise IEDI 02/04/26:  
[https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise\\_edi\\_0260402\\_industria.html](https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_edi_0260402_industria.html)

IEDI – Instituto de Estudos para o Setor Industrial. Carta IEDI N° 1358:  
[https://iedi.org.br/cartas/carta\\_edi\\_n1358.html](https://iedi.org.br/cartas/carta_edi_n1358.html)

## VAREJO DE SANTA CATARINA CRESCEU 2,2% EM FEVEREIRO DE 2026

*Rafael Nicolo Serra Ferreira\**

A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constitui um dos principais instrumentos para acompanhar a dinâmica conjuntural do comércio varejista no Brasil. O levantamento mensura a receita bruta de revenda em empresas formalmente registradas, com 20 ou mais empregados, cuja atividade principal está vinculada ao comércio. De caráter contínuo e com abrangência nacional, a pesquisa cobre as 27 Unidades da Federação, gerando indicadores mensais de volume de vendas e receita nominal, atualizados em séries históricas, atualmente tendo 2022 como ano-base. Além do varejo restrito, a PMC contempla ainda o varejo ampliado, que incorpora atividades como a comercialização de veículos, motocicletas, peças e materiais de construção.

O mês de fevereiro de 2026 consolidou a trajetória de crescimento no comércio varejista nacional, mantendo o ritmo positivo observado no início do ano. O resultado indica uma estabilidade na recuperação do setor, que segue operando em expansão após a retomada registrada em janeiro. Esse movimento sugere uma resiliência no consumo, sinalizando um primeiro bimestre aquecido para a atividade comercial, com o volume de vendas alcançando patamares históricos na série com ajuste sazonal, embora alguns segmentos específicos apresentem sinais de desaceleração na comparação interanual.

Em termos regionais, o desempenho permaneceu majoritariamente positivo, com a maior parte das unidades da federação registrando avanço nas vendas. Em Santa Catarina, o comércio apresentou uma expansão ainda mais expressiva, superando a média nacional e reafirmando a força do mercado local. Esse movimento reflete uma demanda aquecida no estado, que não apenas acompanha a tendência do país, mas se destaca com um ritmo de crescimento superior, tanto no varejo restrito quanto no ampliado. O presente texto analisa o comportamento do volume de vendas do comércio no âmbito nacional, referente a fevereiro de 2026, com ênfase especial no varejo ampliado, para posteriormente aprofundar a análise sobre o desempenho do setor em Santa Catarina. Este acompanhamento, de periodicidade mensal, baseia-se nos dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, seguindo suas estratificações territoriais e por atividade econômica, conforme os parâmetros da CNAE 2.0.

### **Varejo Ampliado Consolida Crescimento em Fevereiro**

O gráfico 1 ilustra a trajetória do índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado, com ajuste sazonal, cobrindo o período de janeiro de 2020 a fevereiro de 2026. A série histórica evidencia os distintos ciclos econômicos vivenciados pelo comércio brasileiro marcados por fases alternadas de retração, retomada e estabilidade. No início de 2020, nota-se

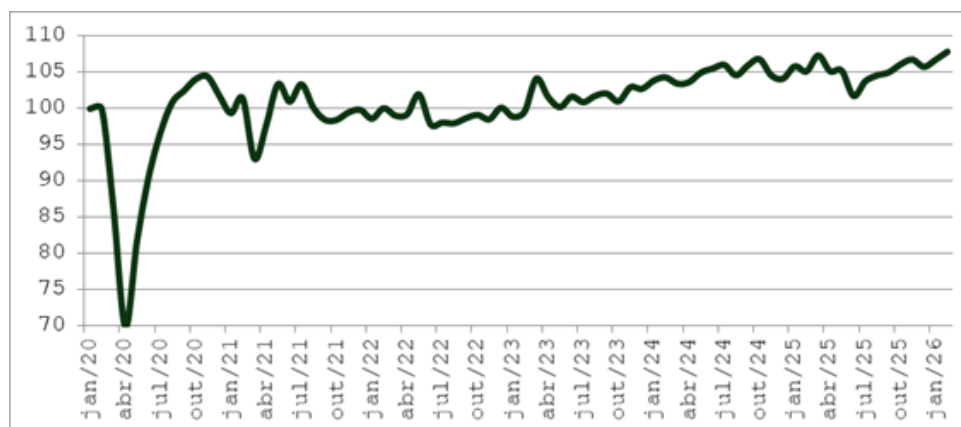
---

\*Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT/UFSC). Email: rafaelnserra@gmail.com

o impacto severo da pandemia de COVID-19, que provocou uma forte contração nas vendas. Em seguida, houve uma expressiva recuperação ao longo do segundo semestre. Em 2021, o setor operou em um patamar mais regular, e o avanço da vacinação em 2022 impulsionou a normalização das atividades comerciais.

Durante 2023, o comércio varejista ampliado consolidou uma trajetória de crescimento moderado, superando o patamar pré-pandemia. Já em 2024, o ritmo de expansão perdeu parte do fôlego, mas manteve resiliência. Em 2025, observou-se uma nova aceleração nas vendas no início do ano, atingindo o pico histórico em março, seguida por uma sequência de meses de acomodação e recuperação a partir de setembro. Em dezembro, essa tendência de recuperação foi interrompida por uma retração, encerrando o ano em um ritmo mais contido.

**Gráfico 1** - Índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado com ajuste sazonal, Brasil, 2020-fev 2026 (jan 2020 = 100)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

Em janeiro de 2026, o varejo ampliado retomou a trajetória de crescimento, revertendo a queda de dezembro. Em fevereiro, esse movimento se confirmou com nova expansão, levando o índice a renovar o recorde histórico da série. A média móvel trimestral apresentou leve aceleração em relação ao trimestre anterior, sinalizando que o ritmo de expansão ganhou algum fôlego adicional no período mais recente. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, contudo, o indicador registrou recuo, refletindo uma base de comparação mais elevada e o impacto negativo de segmentos específicos do varejo ampliado, como veículos e materiais de construção.

A Tabela 1 apresenta a variação no volume de vendas do comércio varejista ampliado com base nos quatro índices de variação mensurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC).

Em comparação com o mês anterior, o registro de fevereiro foi positivo em 1,0%, mantendo a trajetória de crescimento na margem iniciada em janeiro. O resultado sinaliza uma

consolidação da recuperação do fôlego do setor neste início de ano, operando em expansão contínua após o encerramento mais contido de 2025.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o setor registrou retração de 2,2%, invertendo a tendência de alta observada nos dois meses anteriores. Esse movimento indica que, apesar do crescimento na margem, o volume de vendas de fevereiro de 2026 encontrou dificuldades para superar a base de comparação estabelecida em igual período de 2025, influenciado negativamente pelo desempenho de segmentos de maior peso no varejo ampliado.

**Tabela 1** - Variação volume de vendas do comércio varejista ampliado em diversos períodos, Brasil

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/igual mês ano anterior (2)	Acumulado anual (3)	Últimos doze meses (4)
mar/25	2,1	-1,1	1,1	3
abr/25	-2	1,1	1,1	2,7
mai/25	0,1	1	1,1	2,4
jun/25	-3,3	-4	0,3	1,9
jul/25	2	-2,4	-0,1	1,2
ago/25	0,8	-2,1	-0,4	0,7
set/25	0,4	1,1	-0,2	0,7
out/25	1	-0,3	-0,2	0,1
nov/25	0,6	-0,2	-0,2	-0,1
dez/25	-0,9	2,7	0	0
jan/26	0,9	1,1	1,1	0
fev/26	1	-2,2	-0,5	-0,4

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

No acumulado do ano, o comércio varejista ampliado nacional fechou o primeiro bimestre com uma variação negativa de 0,5%, revertendo o sinal positivo registrado apenas em janeiro. Já nos últimos doze meses, o índice aprofundou ligeiramente a trajetória de queda, registrando retração de 0,4%. Essa dinâmica reflete um cenário desafiador: embora o curto prazo (mês contra mês) mostre resiliência e expansão, os indicadores de médio e longo prazos (interanual, acumulado no ano e em 12 meses) evidenciam que o setor ainda carece de força generalizada para sustentar um ciclo de crescimento mais robusto e abrangente.

A Tabela 2 apresenta as variações percentuais do índice de volume do comércio varejista ampliado, estratificado pelos diversos setores, compreendendo os últimos três meses para cada diferente base de comparação.

Na comparação do mês atual com o imediatamente anterior (fevereiro de 2026 em relação a janeiro de 2026), com ajuste sazonal, o cenário é majoritariamente positivo, com seis setores em alta e quatro em queda. Os avanços mais expressivos foram registrados em "Livros,

jornais, revistas e papelaria"(+2,4%), "Combustíveis e lubrificantes"(+1,7%) e "Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo"(+1,1%). No varejo ampliado, "Veículos, motocicletas, partes e peças"(+1,6%) e "Material de construção"(+0,5%) também contribuíram positivamente. Por outro lado, os recuos mais intensos ocorreram em "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação"(-2,7%), "Outros artigos de uso pessoal e doméstico"(-0,6%) e "Tecidos, vestuário e calçados"(-0,3%).

No segundo grupo, que compara o desempenho do mês corrente com o mesmo mês do ano anterior (fevereiro de 2026 em relação a fevereiro de 2025), o cenário é majoritariamente negativo, com sete setores em queda e três em alta. Os destaques positivos foram "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos"(+2,1%), "Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo"(+1,5%) e "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação"(+0,2%). Já os recuos mais acentuados ocorreram em "Material de construção"(-8,5%), seguido de "Veículos, motocicletas, partes e peças"(-7,8%), "Outros artigos de uso pessoal e doméstico"(-5,3%), "Tecidos, vestuário e calçados"(-5,0%) e "Livros, jornais, revistas e papelaria"(-4,1%). Esses resultados indicam que, embora alguns segmentos de consumo corrente mantenham fôlego na comparação interanual, os setores mais sensíveis ao crédito, à renda discricionária e ao ciclo da construção civil enfrentam dificuldades crescentes em superar a base de 2025.

Por fim, o terceiro grupo apresenta o acumulado do ano em relação ao mesmo período de 2025, que, por tratar-se do primeiro bimestre, já incorpora dois meses de referência e começa a divergir do indicador interanual. Os setores com melhor desempenho acumulado no bimestre foram "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos"(+3,6%), "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação"(+3,0%) e "Móveis e eletrodomésticos"(+2,6%).

No campo negativo, "Livros, jornais, revistas e papelaria"(-3,7%), "Tecidos, vestuário e calçados"(-1,7%) e "Outros artigos de uso pessoal e doméstico"(-1,6%) acumulam as perdas mais expressivas. No varejo ampliado, "Veículos, motocicletas, partes e peças" e "Material de construção" registram, cada um, recuo acumulado de 5,5% no bimestre, configurando o principal vetor de arrasto para o resultado agregado do varejo ampliado no início de 2026.

**Tabela 2** - Índice e variação da receita nominal e do volume de vendas no comércio varejista ampliado, por atividades, Brasil (2022 = 100)

Atividades de divulgação (Comércio)	Mês/mesmo mês do ano anterior			Variação acumulada no ano/Mesmo período ano anterior		
	dez/25	jan/26	fev/26	dez/25	jan/26	fev/26
Comb.e lubrificantes	0,3	-1,1	1,7	3	-0,2	-0,2
Hiper., super, prod. Alim, bebidas e fumo	-0,2	0,3	1,1	1,3	2,7	1,5
Tecidos, vestuário e calçados	-0,2	2,1	-0,3	-2,4	1,4	-5
Móveis e eletrodomésticos	-0,5	0	-0,1	7,4	6,1	-1,2
Artigos farma., méd., ortopé., de perfumaria e cosméticos	-5	2,6	0,3	6,9	5,1	2,1
Livros, jorn., revis. e papelaria	-1,9	-2	2,4	-1,6	-3,4	-4,1
Equip. e mater. para escritório, info. e comunicação	8,3	-10,1	-2,7	31,1	5,5	0,2
Outros arti. de uso pe. e domés.	-1,9	0,8	-0,6	0,5	1,7	-5,3
Veí., motoc., partes e peças	-2,4	2,9	1,6	0,7	-3,2	-7,8
Material de construção	-4,1	3,3	0,5	0,1	-2,6	-8,5
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,3	-1,1	1,7	3	-0,2	-0,2

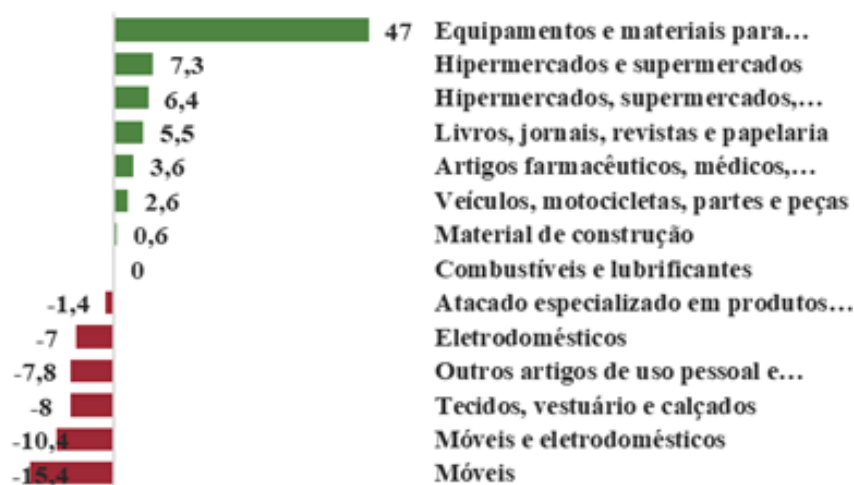
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

O Gráfico 2 ilustra a variação acumulada no ano das atividades do comércio varejista ampliado, consolidada no primeiro bimestre de 2026. Das 14 atividades analisadas, sete registraram variação positiva e sete apresentaram resultados negativos, indicando um balanço mais equilibrado e menos favorável do que o observado em janeiro, quando a maioria dos setores ainda operava no campo positivo.

As maiores variações positivas foram observadas em "Eletrodomésticos" (+5,2%), que lidera o desempenho acumulado no bimestre, seguido por "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria" (+3,6%) e "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação" (+3,0%). Também registraram crescimento acumulado "Móveis e eletrodomésticos" (+2,6%), "Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo" (+2,1%), "Hipermercados e supermercados" (+2,1%) e "Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo" (+0,6%).

Por outro lado, as atividades com desempenho negativo indicam os principais focos de fragilidade no arranque de 2026. As maiores retrações foram registradas em "Veículos, motocicletas, partes e peças" (-5,5%) e "Material de construção" (-5,5%), que dividem a liderança negativa do bimestre com igual amplitude. Em seguida, aparecem "Móveis" (-5,4%), "Livros, jornais, revistas e papelaria" (-3,7%) e "Tecidos, vestuário e calçados" (-1,7%). Também apresentaram perdas acumuladas "Outros artigos de uso pessoal e doméstico" (-1,6%) e "Combustíveis e lubrificantes" (-0,2%), sinalizando que esses segmentos iniciam 2026 com dificuldades crescentes na comparação com o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 2** - Variação do volume de vendas por segmento do comércio varejista ampliado, Brasil, acumulado no ano (fevereiro)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

### **Comércio catarinense mantém expansão em fevereiro e supera a média nacional pelo segundo mês consecutivo**

No cenário estadual, o comércio varejista de Santa Catarina registrou crescimento em fevereiro de 2026, dando continuidade à trajetória de expansão iniciada em janeiro e consolidando um início de ano positivo para o setor. O desempenho coloca o estado em posição de destaque frente à tendência nacional, superando a taxa média do país tanto no varejo restrito quanto no ampliado, e sinalizando uma demanda interna mais aquecida do que a observada no agregado brasileiro.

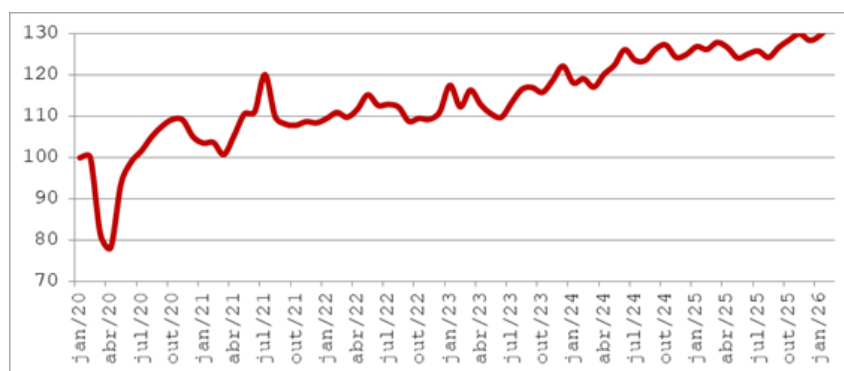
O comportamento do comércio catarinense reflete a solidez de seus fatores estruturais positivos, como o dinamismo do mercado de trabalho e a diversificação produtiva, que continuam a conferir resiliência ao setor mesmo em um contexto nacional mais ambíguo. Esse desempenho é reforçado pelo resultado favorável tanto na comparação mensal quanto na interanual, mantendo o estado em trajetória consistente de crescimento e diferenciando-o de parcela expressiva das demais unidades da federação, que apresentaram resultados mais modestos ou negativos na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Assim, o desempenho de Santa Catarina em fevereiro de 2026 reafirma a resiliência do comércio catarinense, que encerra o primeiro bimestre do ano com expansão contínua e acima da média nacional, sinalizando que os fundamentos locais seguem favoráveis à sustentação do crescimento do setor ao longo do ano.

O Gráfico 3 apresenta a evolução do índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado em Santa Catarina, entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2026. Observa-se uma queda acentuada no início de 2020, em decorrência dos impactos da pandemia de Covid-19, seguida

por uma recuperação expressiva ainda naquele ano. A partir de 2021, o indicador passou a oscilar em um patamar de estabilidade elevada. Já em 2023, verifica-se o início de uma trajetória de crescimento mais consistente. Durante 2024, o comércio manteve níveis elevados de atividade, tendência que se prolongou ao longo de 2025, com o setor atingindo seu pico histórico no início daquele ano, seguido por uma fase de acomodação e posterior recuperação no segundo semestre. Após a retração registrada em dezembro/25, o setor retomou o crescimento em janeiro de 2026 e sustentou essa expansão em fevereiro, consolidando dois meses consecutivos de alta e sinalizando que a trajetória ascendente do comércio catarinense segue firme no início do ano.

**Gráfico 3** - Índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado, Santa Catarina, 2020-fev 2026 (jan/2020=100)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

A Tabela 3, ao apresentar os dados do comércio varejista ampliado em Santa Catarina, contempla os resultados referentes ao mês de fevereiro de 2026, permitindo uma análise que vai além da variação pontual, ao incorporar também as dimensões interanual, acumulada e de longo prazo. Com base nos quatro indicadores calculados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) — variação em relação ao mês anterior, variação interanual, acumulado no ano e variação em doze meses —, é possível delinear um panorama abrangente da trajetória recente do setor.

Na comparação com o mês anterior, o comércio varejista ampliado catarinense registrou crescimento de 2,2%, acelerando em relação ao resultado de janeiro (+1,0%) e consolidando o segundo mês consecutivo de expansão na margem. Em relação ao mesmo mês de 2025, a variação foi de +2,3%, mantendo-se em terreno positivo e contrastando favoravelmente com o resultado nacional, que registrou queda interanual no varejo ampliado. Esse desempenho evidencia a maior resiliência do comércio catarinense frente à base de comparação do ano anterior.

No acumulado do ano, o indicador fechou o primeiro bimestre com uma variação de 2,4%, resultado que sinaliza um início de 2026 consistentemente favorável na comparação com o mesmo período de 2025. Por fim, na variação dos últimos doze meses, o comércio varejista

ampliado de Santa Catarina registrou alta de 2,2%, resultado ligeiramente inferior ao de janeiro (2,4%), evidenciando uma leve acomodação no ritmo de expansão em termos de longo prazo, mas ainda mantendo o estado em trajetória positiva e acima da média nacional.

**Tabela 3** - Variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado em diversos períodos, Santa Catarina

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado anual (3)	Acumulado doze meses (4)
mar/25	1,3	5,8	6,4	7,7
abr/25	-1	4,7	6	7,2
mai/25	-2	1,8	5,1	6,5
jun/25	0,8	-1,1	4,1	5,6
jul/25	0,6	1,5	3,7	4,7
ago/25	-1,2	-2,5	2,9	4
set/25	2	3,6	2,9	3,9
out/25	1,4	1,7	2,8	3
nov/25	1,2	1,2	2,6	2,6
dez/25	-1,2	4,6	2,8	2,8
jan/26	1	2,5	2,5	2,4
fev/26	2,2	2,3	2,4	2,2

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

A Tabela 4 apresenta a variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado por atividades em Santa Catarina, contemplando dois principais indicadores: o comparativo interanual e o acumulado no ano. Na análise do primeiro indicador (fevereiro/26 vs. fevereiro/25), observa-se uma leve predominância de resultados positivos, com seis setores em alta e cinco em retração. O desempenho mais expressivo foi registrado em "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação" (+52,2%), que liderou com ampla folga o crescimento interanual, seguido por "Livros, jornais, revistas e papelaria" (+8,4%) e "Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo" (+5,6%). Também registraram crescimento "Veículos, motocicletas, partes e peças" (+5,8%), "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos" (+1,6%) e "Combustíveis e lubrificantes" (+3,3%). Em contrapartida, as retrações mais acentuadas ocorreram em "Outros artigos de uso pessoal e doméstico" (-13,4%), "Móveis e eletrodomésticos" (-12,2%) e "Tecidos, vestuário e calçados" (-10,5%), indicando que segmentos de bens duráveis, semiduráveis e de consumo discricionário continuam a enfrentar dificuldades expressivas na comparação com o mesmo período do ano anterior. Também recuaram "Material de construção" (-5,0%) e "Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo" (-1,9%).

**Tabela 4** - Índice e variação da receita nominal e do volume de vendas no comércio varejista ampliado, por atividades, Santa Catarina (2022 = 100)

Atividades de divulgação (Comércio)	Mês/mesmo mês do ano anterior			Variação acumulada no ano/Mesmo período ano anterior		
	dez/25	jan/26	fev/26	dez/25	jan/26	fev/26
Comb.e lubrificantes	6,1	-2,8	3,3	3,8	-2,8	0
Hiper., super, prod. Alim, bebidas e fumo	7,8	7,2	5,6	7,1	7,2	6,4
Tecidos, vestuário e calçados	-1	-5,8	-10,5	2	-5,8	-8
Móveis e eletrodomésticos	-8,5	-8,8	-12,2	-5,3	-8,8	-10,4
Artigos farma., méd., ortopé., de perfumaria e cosméticos	7,7	5,6	1,6	5,3	5,6	3,6
Livros, jorn., revis. e papelaria	-1,5	3,5	8,4	3,3	3,5	5,5
Equip. e mater. para escritório, info. e comunicação	72,6	42,3	52,2	9,9	42,3	47
Outros arti. de uso pe. e domés.	7,4	-2,6	-13,4	9,8	-2,6	-7,8
Veí., motoc., partes e peças	-1,9	-0,4	5,8	-1,2	-0,4	2,6
Material de construção	7,5	6,2	-5	7,3	6,2	0,6
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,3	-1	-1,9	-4,4	-1	-1,4

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

Quanto ao segundo indicador, que mede o acumulado do bimestre em relação ao mesmo período de 2025, o quadro apresenta seis setores em alta, quatro em retração e um com variação nula. No campo positivo, destacam-se novamente "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação" (+47,0%) e "Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo" (+6,4%), seguidos por "Livros, jornais, revistas e papelaria" (+5,5%), "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos" (+3,6%), "Veículos, motocicletas, partes e peças" (+2,6%) e "Material de construção" (+0,6%), este último revertendo o sinal negativo do interanual ao incorporar o resultado favorável de janeiro. "Combustíveis e lubrificantes" encerrou o bimestre com variação nula. Já os setores com desempenho negativo no acumulado foram "Móveis e eletrodomésticos" (-10,4%), "Tecidos, vestuário e calçados" (-8,0%), "Outros artigos de uso pessoal e doméstico" (-7,8%) e "Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo" (-1,4%), evidenciando que esses segmentos iniciam 2026 com perdas acumuladas em relação ao mesmo período do ano anterior.

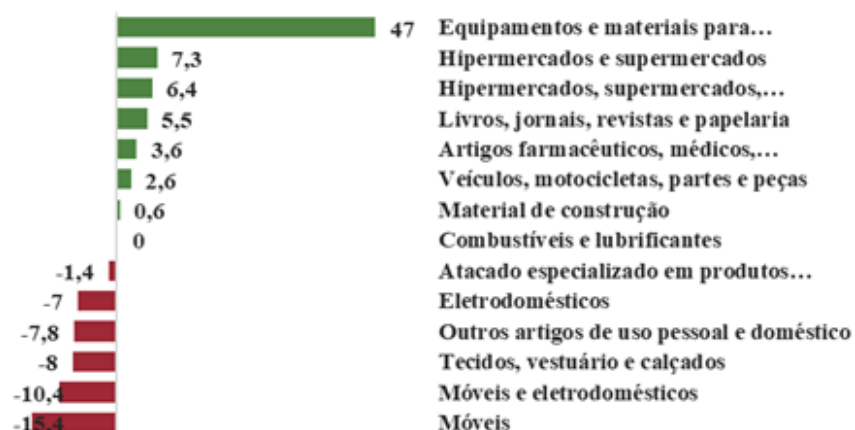
O Gráfico 4 apresenta a variação acumulada no ano do volume de vendas por segmento do comércio varejista ampliado em Santa Catarina, com base na Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) referente ao primeiro bimestre de 2026. Das 14 atividades analisadas, sete registraram variação positiva, seis apresentaram resultados negativos e uma ficou estável, indicando um balanço levemente favorável ao campo positivo, embora com concentração das perdas nos segmentos de bens duráveis.

As maiores variações positivas foram observadas em "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação" (+47,0%), que lidera com ampla folga o desempenho acumulado no bimestre, seguido por "Hipermercados e supermercados" (+7,3%) e "Hipermerca-

dos, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo"(+6,4%). Em seguida, destacam-se "Livros, jornais, revistas e papelaria"(+5,5%) e "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria"(+3,6%). Também apresentaram resultado positivo, ainda que mais moderado, "Veículos, motocicletas, partes e peças"(+2,6%) e "Material de construção"(+0,6%). "Combustíveis e lubrificantes" encerrou o bimestre com variação nula.

Por outro lado, as atividades com desempenho negativo indicam os principais focos de fragilidade do setor no arranque de 2026. A maior retração foi registrada em "Móveis"(-15,4%), seguida por "Móveis e eletrodomésticos"(-10,4%) e "Tecidos, vestuário e calçados"(-8,0%). Também apresentaram perdas acumuladas "Outros artigos de uso pessoal e doméstico"(-7,8%), "Eletrodomésticos"(-7,0%) e "Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo"(-1,4%), sinalizando que os segmentos de bens duráveis, semiduráveis e de consumo discricionário concentram as maiores dificuldades do comércio catarinense na comparação com o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 4** - Variação do volume de vendas por segmento do comércio varejista ampliado, Santa Catarina, acumulado no ano (fevereiro)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

## Considerações finais

O resultado do comércio varejista em fevereiro de 2026 consolida a trajetória de crescimento iniciada em janeiro, sustentando dois meses consecutivos de expansão na margem e levando o índice de volume de vendas a renovar o recorde histórico da série com ajuste sazonal. Esse desempenho, no entanto, apresenta uma leitura dual: enquanto o curto prazo revela resiliência e dinamismo, os indicadores de médio e longo prazo — interanual, acumulado no ano e em doze meses — sinalizam um ambiente mais desafiador, marcado pela dificuldade de superar uma base de comparação elevada e pelo peso negativo de segmentos específicos do varejo ampliado, como veículos e materiais de construção.

O mês de fevereiro contém uma particularidade que contribui para compreender parte do desempenho observado: a realização do carnaval, que se consolida como um dos principais eventos de mobilização econômica do calendário brasileiro. A festa impulsiona o consumo em bares, restaurantes, hospedagem e transporte, dinamiza cadeias produtivas inteiras e atrai fluxos relevantes de turistas nacionais e estrangeiros, gerando um ambiente de aquecimento da demanda que tende a se refletir, em alguma medida, nos indicadores do comércio varejista do período. Embora a PMC não permita isolar o efeito do carnaval sobre as vendas, o contexto de alta temporada e de intensa movimentação econômica associada ao evento é um elemento que não pode ser desconsiderado na leitura do mês.

Em Santa Catarina, o comércio não apenas acompanhou a tendência nacional como a superou, registrando expansão mais expressiva tanto na comparação mensal quanto na interanual. O diferencial catarinense se manifesta de forma consistente ao longo dos indicadores de prazo mais longo, com o estado mantendo acumulados positivos e acima da média brasileira. Esse desempenho reflete a solidez dos fundamentos locais — mercado de trabalho aquecido, diversificação produtiva e consumo interno resiliente —, que continuam a conferir ao comércio do estado uma capacidade de crescimento estruturalmente superior à observada no agregado nacional.

De forma geral, o cenário para o início de 2026 é de crescimento moderado e heterogêneo. O varejo restrito mantém sua trajetória positiva, enquanto o varejo ampliado enfrenta pressões mais intensas, especialmente nos segmentos vinculados ao crédito de longo prazo e ao ciclo da construção civil. Santa Catarina, por sua vez, confirma sua posição de destaque e inicia o ano com fundamentos que sustentam perspectivas favoráveis para os próximos meses, ainda que o ambiente macroeconômico — com juros ainda elevados e incertezas sobre o ritmo de expansão da renda — imponha cautela nas projeções de curto prazo.

### Referências bibliográficas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal do Comércio**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, Fevereiro de 2026.

TADROS, José Roberto. O carnaval se consolida como propulsor de turismo e renda em todo o País. LinkedIn, 4 fev. 2026. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/o-carnaval-se-consolida-como-propulsor-de-turismo-e-renda-tadros-kzsgf/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

## SETOR DE SERVIÇOS DE SANTA CATARINA CRESCEU 0,7% EM FEVEREIRO/26

*Kauê Soares Alexandre\**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) acompanha o comportamento conjuntural do setor de serviços no país e nas 27 Unidades Federativas (UFs) ao pesquisar a receita bruta de serviços em empresas juridicamente constituídas, cujo número de pessoas ocupadas que desempenham como atividade principal um serviço não-financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação, seja igual ou superior a 20. Em 15 de março foi divulgada a quadragésima edição da pesquisa posterior ao início da alteração metodológica de janeiro de 2023, relativa ao mês de fevereiro de 2026<sup>1</sup>.

Em fevereiro o setor de serviços brasileiro cresceu levemente, +0,1% no índice de volume de serviços dessazonalizado, praticamente um saldo nulo, permanecendo no auge da série histórica do indicador. Continua, assim, o setor de serviços como o mais dinâmico na atual fase da economia brasileira, sendo sustentado diretamente pela ampliação da renda das famílias e do crédito, que apresentaram um crescimento superior ao do PIB nas estimativas mais recentes durante a redação deste informe (IPEA, 2026; IBRE-FGV, 2026). O resultado de +0,7% obtido pelo setor de serviços estadual, apesar de positivo, acaba não conseguindo reverter a queda do último bimestre de 2025, seguindo, como apontado na análise anterior, restringido pela pressão sobre os preços<sup>2</sup> e pelos efeitos da política monetária contracionista em curso.

Observando os resultados mensais de fevereiro/26 das Unidades Federativas (UFs) na série dessazonalizada, foram contabilizadas apenas 14 expansões, um saldo nulo (Paraíba) e um total de 12 retrações. Os maiores saldos tiveram a seguinte ordem Piauí (+10,7%), Mato Grosso do Sul (+4,2%) e Acre (+3%). No caso dos piores resultados destacam-se o Amapá (-3,2%), Alagoas (-2,3%) e Pará (-1,8%).

Do ponto de vista dos grupos de atividade, o setor de serviços brasileiro foi puxado, por um lado, pelos serviços de informação e comunicação e, por outro, pelos serviços prestados às famílias, sendo que neste último é função do aumento real do salário-mínimo e dos programas de sustentação do consumo das famílias em curso. Para citar uma análise institucional recente: “Forma-se, assim, um mecanismo de retroalimentação, no qual renda, emprego

\*Graduando em Ciências Econômicas pela UFSC. Email: k.s.alexandre@grad.ufsc.br

<sup>1</sup>No início de 2023 a PMS passou por uma revisão metodológica, cujos principais pontos foram: 1) redução do tamanho da amostra, que passou para 11.124 empresas; 2) mudanças nos pesos e importâncias de determinados serviços; 3) maior estratificação, com nova tabulação, adicionando 11 subsetores; e 4) atualizações nos deflatores, para além do deslocamento do período de referência, que passa a ser o ano-base de 2022. Para mais informações, consultar: “Mattei, L. Breves notas sobre as mudanças metodológicas realizadas pelo IBGE nas pesquisas mensais. **Informativo NECAT**, nº 13, mar/23. Florianópolis, 2023”.

<sup>2</sup>Nesse caso nos referimos a uma tendência estabelecida há algum tempo da pressão sobre os preços causados pela queda nas taxas de desocupação, especialmente catarinenses, sobre o setor de serviços, que, em geral, é intensivo em mão-de-obra - para maiores informações consultar a Ata de 17-18 de março do Banco Central (BCB, 2026) e, em especial, BCB (2024a, 2024b). Ou seja, o ataque conjunto dos Estados Unidos e Israel contra o Irã acontecido em 28 de fevereiro, portanto, não apresenta qualquer efeito sobre os custos das empresas associados a esta edição da PMS, custos esses que provavelmente se revelarão, de forma inicial, na próxima edição da pesquisa, relativa a março/26.

e serviços seguem se apoiando mutuamente” (IPEA, 2026, p. 8). Os demais setores, na perspectiva do Brasil, apresentaram um comportamento variável, com saldos menores nos transportes e nos serviços profissionais, que seguem em linha com comportamentos negativos na indústria e comércio em fevereiro. Do ponto de vista estadual as sinalizações são ainda mais difusas. Como tem sido notado nas últimas análises, os serviços profissionais, administrativos e complementares de Santa Catarina têm apresentado uma melhora nos resultados recentes, enquanto os serviços de informação e comunicação tem diminuído moderadamente seu ritmo de crescimento desde o último trimestre de 2025, refletindo o alto custo de financiamento das empresas no atual momento do ciclo econômico com prevalência de juros elevados.

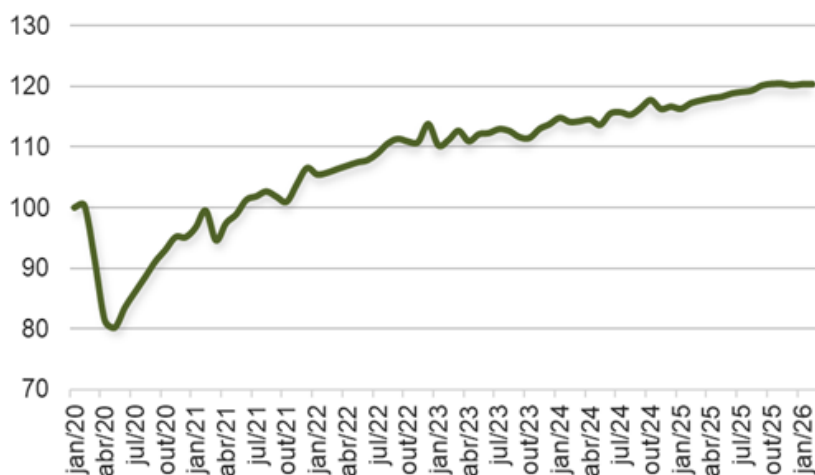
É com base nesses movimentos que no presente artigo analisa-se o comportamento específico do índice de volume de serviços, primeiramente em âmbito nacional e na sequência estadual, com relação aos dados de fevereiro/26. O trabalho em questão, de periodicidade mensal, acompanha a evolução do setor de serviços com demais estratificações definidas pela PMS/IBGE, segundo os parâmetros adotados na CNAE 2.0.

### **Crescimento moderado no setor de serviços brasileiro em fevereiro/26**

A trajetória dos últimos seis anos do índice de volume de serviços brasileiro é visualizada no Gráfico 1, que faz o recorte de janeiro/2020 (pré-pandemia) a fevereiro/2026, sendo uma série livre de efeitos sazonais. O setor continua em um ciclo expansivo, iniciado em abril/25, e está em um nível 20,7% acima do registrado em janeiro/2020, que é o pico da série histórica. Visando compreender melhor os movimentos recentes no setor de serviços brasileiros, a seguir será feito um breve retrospecto da trajetória setorial, para, posteriormente, analisar seus principais componentes.

O ciclo de crescimento anterior do setor de serviços foi marcado por uma manifesta instabilidade nos indicadores. No início de 2024, o índice de volume de serviços nacional apresentava crescimento moderado, mesmo após um resultado expressivo ao final de 2023. Observou-se uma queda considerável em maio/2024, que, no entanto, foi recuperada nos meses seguintes, em função de um momento de expansão no setor de transportes. Uma outra retração ocorreu em agosto/24, sendo que a partir dela, o setor passou a apresentar um ritmo de crescimento acelerado, em função da melhora nos indicadores macroeconômicos, atingindo seu ponto máximo em outubro do mesmo ano. Posteriormente, na virada do último trimestre, ocorre uma desaceleração considerável do índice de volume, invertendo aquela tendência e estabilizando o volume de serviços em um patamar elevado no final do referido ano.

**Gráfico 1** - Índice de volume de serviços com ajuste sazonal, Brasil, jan/2020-fev/2026  
(jan/20=100)



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

A partir de fevereiro de 2025 delinea-se um outro ciclo expansivo mais estável e sustentado decorrente do dinamismo das atividades ligadas à expansão do consumo das famílias (alimentando o crescimento dos serviços prestados às famílias e do setor de transportes), conjuntamente com a resiliência no setor de serviços de informação e comunicação, grupo de atividades mais exógeno ao ciclo econômico, fato último que tem sido a tônica desde então. O setor de serviços como um todo acaba perdendo parcialmente sua dinamicidade a partir do segundo semestre de 2025, quando os efeitos da política monetária restritiva começaram a afetar diretamente os resultados daquelas atividades mais sensíveis à renda das famílias, em especial os serviços prestados às famílias.

Finalmente, no primeiro bimestre de 2026 o setor de serviços brasileiro demonstra certo dinamismo, quando comparado aos demais setores de atividade econômica, cenário que deverá continuar, porém dependendo do crescimento da renda e manutenção do emprego ao longo do ano. A moderação atual do crescimento é reflexo da política monetária contracíclica em curso, que atua no sentido de encarecer o crédito das famílias, ao mesmo tempo em que aumenta o custo de financiamento das empresas ao longo do período.

As taxas de variações publicadas mensalmente são visualizadas na Tabela 1. Nela, constam as diferentes bases de comparação temporal utilizadas pela PMS/IBGE, que serão analisadas mais detidamente. Na primeira coluna verifica-se a variação percentual do volume de serviços em relação ao mês imediatamente anterior (janeiro/25), retirados os efeitos sazonais. Para além da expansão supracitada, podemos observar que ao longo dos últimos doze meses o indicador ficou negativo apenas uma vez (dezembro/25), consolidando-se uma trajetória de crescimento moderado. Além disso, é válido destacar a perda de fôlego recente comparativamente ao início de 2025.

Na sequência, a segunda coluna apresenta a variação do volume de fevereiro/26 contra fevereiro/25, na série com efeitos sazonais, apresentando um saldo positivo de +0,5%. Desde abril/24 o sinal desse indicador se mantém positivo, consolidando a tendência de crescimento, com oscilações positivas e negativas em torno da média do período (2,9%). Cabe observar que o baixo desempenho no último mês pode estar relacionado às oscilações de curto-prazo no indicador sazonalizado.

A terceira coluna mostra o acumulado do ano corrente (jan-fev/26) com relação ao mesmo período no ano anterior (jan-fev/25). Nesse caso, o resultado de +1,9% simbolizam crescimento, na margem, em termos anuais. Mesmo que em um ritmo inferior quando comparado aos meses anteriores, o sentido é de expansão.

Por fim, a quarta e última coluna apresenta o acumulado agregado dos últimos doze meses (fev/26-Mar/25). Como o indicador é uma média móvel em um intervalo de um ano, os impactos das oscilações de curto-prazo na trajetória de médio-longo prazo podem ser mais bem visualizados. Nesse sentido, pode-se notar que mesmo diante de um crescimento relativo nesse início de ano, o setor acaba por perder fôlego na margem.

**Tabela 1** - Variação (%) do volume de serviços segundo diferentes bases de comparação no Brasil, fev/26.

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado anual (3)	Acumulado doze meses (4)
mar/25	0,4	1,9	2,4	3,1
abr/25	0,3	1,9	2,3	2,8
mai/25	0,2	4	2,6	3
jun/25	0,5	3	2,7	3,1
jul/25	0,2	2,8	2,7	3
ago/25	0,2	2,5	2,7	3,1
set/25	0,7	4,2	2,9	3,1
out/25	0,2	2,2	2,8	2,8
nov/25	0	2,6	2,8	2,8
dez/25	-0,2	3,6	2,9	2,9
jan/26	0,2	3,2	3,2	3
fev/26	0,1	0,5	1,9	2,7

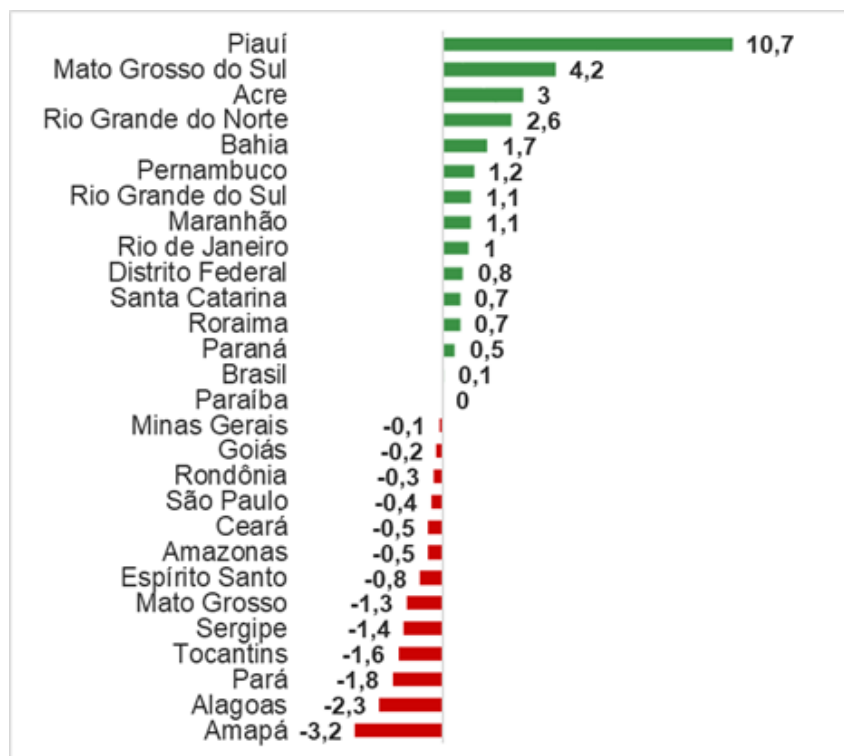
Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1)Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

O Gráfico 2 apresenta o comportamento do índice de volume de serviços em relação ao mês imediatamente anterior, na série dessazonalizada, estratificado pelas Unidades Federativas e Brasil. Segundo afirmado anteriormente, observaram-se 14 saldos positivos, um nulo e 12 negativos. Cabe, além do exposto anteriormente, observar a distribuição heterogênea dos saldos

nas regiões/estados. Na Região Sul, por exemplo, todos os Estados apresentaram crescimento, com destaque para o Rio Grande do Sul (+1,1%)

**Gráfico 2** - Variação (%) Mês/Mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal, do índice de volume de serviços segundo Unidades Federativas e Brasil, fevereiro/26.



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

A Tabela 2 apresenta as variações percentuais do índice de volume de serviços, estratificado pelos cinco setores pesquisados pela PMS/IBGE, compreendendo os últimos três meses para cada diferente base de comparação<sup>3</sup>. No primeiro grupo de colunas observa-se a variação do mês atual com relação ao mês imediatamente anterior, na série dessazonalizada. Nesse caso, a expansão de +0,1% está relacionada com o crescimento nos serviços de informação e comunicação (+1,1%) puxado pelos serviços audiovisuais e de edição de notícias (+3,3%) e serviços prestados às famílias (+1,4%), o maior saldo, que veio em decorrência do subgrupo de alojamento e alimentação (+1,5%). Outro saldo positivo foi nos transportes e correio (+0,6%), seguindo os bons resultados nos transportes terrestres (+1,7%), em especial dos transportes rodoviários de cargas (+0,9%). Em terreno negativo aparecem os outros serviços (-0,4%) e os serviços profissionais, administrativos e complementares (-0,3%), que nesse último caso caiu em decorrência da queda nos serviços administrativos (-1,2%).

<sup>3</sup>Os dados completos referentes aos grupos de atividades e subgrupos pode ser acessado através da Tabela 8688 no SIDRA/IBGE. Acesso: <https://sidra.ibge.gov.br/>.

No segundo grupo de colunas é visualizado o mês atual com relação ao mesmo mês do ano anterior, na série sem ajuste sazonal. Neste caso, apenas três grupos de atividade obtiveram saldo positivo: os serviços de informação e comunicação (+4,9%), que expandiu graças aos serviços de tecnologia da informação (7,9%) e serviços audiovisuais (+9,5%); na sequência os serviços prestados às famílias (+4,2%), com destaque para os alojamentos (+8,2%); e, finalmente, os serviços profissionais, administrativos e complementares (+0,8%), que cresceram devido ao crescimento dos serviços técnico-profissionais (+3,1%). Apenas transportes e correio (-2,8%) e outros serviços (-2,8%) ficaram em terreno negativo. No caso dos transportes os resultados negativos se concentraram sobretudo nos transportes aéreos (-10,5%), aquaviário (-10,5%) e serviços de armazenagem e correio (-5,6%). Com relação aos outros serviços, as quedas foram amplas, porém mais concentradas nos serviços auxiliares aos serviços financeiros (-3,7%) e atividades imobiliárias (-2,9%).

**Tabela 2** - Comportamento de diferentes grupos de atividades de divulgação segundo indicadores utilizados na PMS, Brasil, dez/25-fev/26.

	Mês/Mês imediatamente anterior (1)			Mês/Mês ano anterior (2)			Acumulado no ano (3)		
	dez/25	jan/26	fev/26	dez/25	jan/26	fev/26	dez/25	jan/26	fev/26
<b>Total</b>	<b>-0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>3,6</b>	<b>3,2</b>	<b>0,5</b>	<b>2,9</b>	<b>3,2</b>	<b>1,9</b>
Prestados às famílias	0,6	-0,5	1,4	0,7	2,1	4,2	1,1	2,1	3
Informação e comunicação	3	0,8	1,1	7,6	6,4	4,9	5,6	6,4	5,6
Profissionais, adm. e comp.	-0,1	-0,3	-0,3	4,6	4,1	0,8	2,8	4,1	2,4
Transportes e correio	-2,8	0,2	0,6	0,8	0,8	-2,8	2,3	0,8	-1
Outros serviços	-4,2	3,6	-0,4	2,9	1,9	-2,8	-0,5	1,9	-0,4

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior

O último grupo de colunas é reservado ao acumulado dos últimos doze meses contra o período anterior de doze meses (mar/25-fev/26 contra mar/24-fev/25), na série com efeitos sazonais. O resultado de +1,9% reflete a trajetória positiva no setor de serviços brasileiro como foi dito anteriormente. Em grande medida, esse resultado está relacionado diretamente com situação positiva dos serviços de informação e comunicação (+5,6%), segmento relativamente exógeno ao ciclo econômico. Houve queda da participação nos serviços profissionais, administrativos e complementares (+2,4%) e nos transportes e correio (-1%), ao mesmo tempo em que o setor de serviços prestados às famílias melhorou sua situação (+3%), enquanto o grupo dos outros serviços caiu (-0,4%) devido à situação particularmente negativa nas atividades imobiliárias (-1,7%).

## **Setor de serviços de Santa Catarina cresce, mas continua limitado**

A evolução do índice de volume de serviços dessazonalizado de Santa Catarina é exposta no Gráfico 3, que segue a mesma configuração do Gráfico 1. Em uma primeira aproximação, o setor de serviços catarinense apresenta-se um pouco mais dinâmico em relação à média nacional, porém com um grau maior de instabilidade. Com a expansão de +0,7% no último mês o setor atinge um nível de volume 37,2% superior ao período pré-pandemia (janeiro/20), porém 2,3% inferior ao auge da série histórica que foi atingido em agosto/25.

Nas análises mensais anteriores sobre o setor de serviços catarinense afirmamos que, enquanto no caso nacional observa-se um crescimento estável desde o início de 2025, com uma contribuição direta de segmentos mais exógenos à expansão da renda e emprego, como os serviços de informação e comunicação, o setor de serviços catarinense apresentava expressiva instabilidade, uma vez que tinha sido registrado cinco resultados negativos nos últimos doze meses.

Mesmo contando com um saldo líquido interanual superior à média nacional, durante o primeiro semestre de 2025 as expansões estiveram mais estreitamente relacionadas à renda disponível, sendo os serviços prestados às famílias e os serviços de transportes os mais dinâmicos. Com esse movimento, em agosto/25 o setor estadual atinge o ponto mais alto da série histórica. Contudo, a partir de setembro de 2025, a trajetória se inverte e os grupos de atividade que haviam se aproveitado da ampliação da massa salarial e da queda na desocupação começaram a perder força. Essa situação esteve associada a uma queda nos setores de transportes e de serviços prestados às famílias, fato que acabou culminando na grande queda percebida em dezembro/25.

As duas últimas edições da pesquisa mostraram que uma possível retomada está se desenhando. Tal recomposição precisará estar associada a uma melhoria nos serviços profissionais, administrativos e complementares e no setor de transportes, que juntos compõem a maior parte do setor de serviços estadual (PAS, 2023).

**Gráfico 3** - Índice de volume de serviços com ajuste sazonal, Santa Catarina, jan/2020-jan/2026 (jan/20=100).



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

A situação do volume de serviços em Santa Catarina segundo as diferentes bases de comparação utilizadas pelo IBGE é apresentada na Tabela 3, registrando-se que as quatro séries temporais em tela são semelhantes às aquelas apresentadas na Tabela 1.

A comparação do mês atual com o mês imediatamente anterior, livre de efeitos sazonais, apontou um ajuste parcial da ordem de +0,7%. O saldo não foi capaz de retomar o nível de atividade do terceiro trimestre de 2025. Por outro lado, a trajetória instável do indicador mensal dificultaria previsões mais robustas e de horizonte mais longo do setor de serviços estadual, dado que nos últimos 12 meses houve cinco saldos negativos, os quais foram seguidos por correções, na maioria das vezes, parciais.

Na comparação do índice de volume auferido no mesmo mês do ano anterior, o dado de -1,1% reflete uma perda de força relativa, considerando que no começo de 2025 o setor também esteve se recuperando de uma queda de final de ano.

O acumulado do ano, com relação ao mesmo período no ano anterior, ficou estável, mas ainda em terreno negativo (-1,2%). Isso indica, por um lado, a manutenção de um nível de atividade menor que no ano anterior e, por outro, na medida que é um período relativamente mais curto, capta uma estabilização do nível de atividade.

Por fim, no acumulado dos últimos doze meses com relação ao período anterior de doze meses houve uma perda de tração na margem (-0,6 p. p.). Nesse indicador, por sua vez, é possível observar a aludida perda de fôlego do setor, uma vez que as altas taxas de crescimento invertem sua trajetória na passagem para o segundo semestre de 2025. Outro ponto importante a ser destacado é que o setor de serviços catarinense está menos dinâmico que a média nacional, situação que ocorreu pela última vez em março/23.

**Tabela 3** - Variação (%) do volume de serviços segundo diferentes bases de comparação em Santa Catarina, mar/25-fev/26.

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado anual (3)	Acumulado doze meses (4)
mar/25	0,1	5,4	4,9	6,3
abr/25	0,4	5,3	5	6
mai/25	-1	6	5,2	6,3
jun/25	-0,7	2,8	4,8	6,3
jul/25	1,1	2,5	4,5	5,8
ago/25	1,2	3,9	4,4	5,6
set/25	-1,4	2,1	4,1	5
out/25	0,4	0,8	3,8	4
nov/25	-0,2	-0,2	3,4	3,3
dez/25	-3,2	1,2	3,2	3,2
jan/26	1,5	-1,3	-1,3	2,8
fev/26	0,7	-1,1	-1,2	2,2

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

Com o objetivo de entender melhor os resultados gerais, na Tabela 4 é apresentada a estratificação da pesquisa seguindo os cinco grupos de atividades de divulgação (macrosetores) publicadas pela PMS/IBGE, compreendendo os dados relativos ao último trimestre. Cabe ressaltar que a PMS/IBGE não divulga as atividades de seleção (subsetores) para as unidades federativas, além de não conter o indicador de variação do mês atual com relação ao mês imediatamente anterior. Para superar essas lacunas, foi considerada a coluna da variação dos últimos doze meses com relação ao mesmo período do ano anterior.

No caso da comparação do mês atual com relação ao mesmo mês do ano anterior (fevereiro/25), o resultado global de -1,1%. Essa queda está relacionada às reduções percentuais dos serviços prestados às famílias (-6,2%) e do setor de transportes (-3,8%). Os outros serviços (-7,3%) também esboçaram uma vigorosa queda. Com relação às expansões, observa-se a situação relativamente superior em que se encontram os serviços profissionais, administrativos e complementares (+8,8%). Outro destaque foi a perda de ritmo dos serviços de informação e comunicação (+0,9%) na passagem de janeiro para fevereiro de 2026.

No segundo grupo de colunas consta o acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior (jan-fev/25). Nesse indicador o saldo agregado de -1,2% segue o mesmo sentido apontado no parágrafo anterior. Neste caso, os destaques negativos foram os serviços prestados às famílias (-8,9%), transporte e correio (-4,2%) e outros serviços (-6%). No lado das atividades em terreno positivo, destacam-se os serviços profissionais, administrativos e complementares (+8,4%) e informação e comunicação (+3,3%), mesmo que perdendo força.

No acumulado dos últimos 12 meses com relação ao período anterior de 12 meses (mar/25-fev/26) a sensível perda de nível (-0,6 p. p.) é causada, sobretudo, pelo resultado praticamente nulo da atividade do setor de transportes (+0%), que acaba anulando seu crescimento anual, além dos resultados negativos observados no subgrupo de serviços prestados às famílias. Em sentido oposto verifica-se que o grupo de informação e comunicação apresentou resultado positivo de +4,6%, porém perdendo ritmo, enquanto os serviços profissionais, administrativos e complementares (+8,9%) elevaram sensivelmente sua participação no indicador global. Por fim, o grupo de outros serviços ampliou sua margem de queda (-2,7%).

**Tabela 4** - Saldo (%) de diferentes atividades de divulgação em Santa Catarina segundo indicadores utilizados pela PMS, dez/25-fev/26.

	Mês/Mês imediatamente anterior (1)			Mês/Mês ano anterior (2)			Acumulado no ano (3)		
	dez/25	jan/26	fev/26	dez/25	jan/26	fev/26	dez/25	jan/26	fev/26
<b>Total</b>	<b>1,2</b>	<b>-1,3</b>	<b>-1,1</b>	<b>3,2</b>	<b>-1,3</b>	<b>-1,2</b>	<b>3,2</b>	<b>2,8</b>	<b>2,2</b>
Prestados às famílias	-7,5	-11,1	-6,1	2,9	-11,1	-8,9	2,9	0,4	-1,1
Informação e comunicação	5	5,7	0,9	5,1	5,7	3,3	5,1	4,9	4,6
Profissionais, adm. e comp.	12,1	8	8,8	5,8	8	8,4	5,8	8,1	8,9
Transportes e correio	-2,2	-4,6	-3,8	1,9	-4,6	-4,2	1,9	0,8	0
Outros serviços	-2,3	-4,6	-7,3	-1,3	-4,6	-6	-1,3	-1,9	-2,7

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior

## Considerações finais

A partir dos detalhamentos e estratificações realizadas a partir dos dados relativos ao mês de fevereiro de 2026 da PMS/IBGE confirmou-se a situação de crescimento moderado, com sinais de arrefecimento, no setor de serviços brasileiro, que se mantém em suas máximas históricas e continua sendo o principal motor da economia brasileira no pós-pandemia. No mesmo sentido, os serviços de Santa Catarina apresentaram sinais de melhora nos indicadores agregados. Todavia, tais sinais ainda não se mostraram suficientes para repor as quedas do final do ano passado, de modo que o setor continua tendo seu crescimento dependente de melhorias no ambiente macroeconômico.

No âmbito do país a retomada dos serviços prestados às famílias, ancoradas no aumento do salário-mínimo e na retomada de políticas de crédito às famílias, e o crescimento dos serviços de informação e comunicação, puxado sobretudo pelo crescimento excepcional das receitas de atividades ligadas ao setor audiovisual e telecomunicações, sustentaram o nível de atividade, mesmo diante de resultados mais fracos nos transportes e queda nos serviços profissionais.

Do ponto de vista regional, mesmo diante de saldos relevantes na maioria dos Estados, observou-se que no agregado não ocorreu uma reação maior devido aos resultados negativos registrados em São Paulo, estado com o maior mercado consumidor do país. Mesmo diante de taxas mensais mais reduzidas, do aperto financeiro das famílias e de elevados custos de financiamento das empresas, o setor de serviços ainda se mostra essencial para a retomada econômica e a sustentação do crescimento do país.

No caso particular do setor de serviços catarinenses, o cenário é de uma retomada do nível de atividade, ainda que mais lenta. Do ponto de vista da trajetória recente, o setor ainda lida com dificuldades para reaquecer certos grupos de atividades, ainda dependentes de uma melhoria nos demais setores de atividade econômica. Particularmente, as quedas observadas nos últimos meses de 2025 nos setores ligados à dinâmica do mercado interno, como serviços prestados às famílias e certas atividades no setor de transportes, aparentemente não foram corrigidas, estando esses dois grupos de atividades limitados ao ambiente doméstico da renda, caracterizado por uma pressão nos gastos financeiros (familiares e corporativos). É nesse sentido, conforme foi mostrado especialmente na Tabela 4, que os macrossetores mais dinâmicos no início de 2026 tem sido aqueles mais exógenos ao ciclo econômico, como informação e comunicação (que apresentou uma leve perda de força, mas continua dinâmico) e na importante retomada dos serviços profissionais, que atingiu um crescimento de 8,9%.

Diante de tal situação é possível afirmar que o setor de serviços estadual, apesar de ser mais dinâmico que a média nacional, ainda se encontra restringido, tanto através da pressão sobre os preços (conforme apontado na introdução), quanto pela menor demanda industrial e pelas altas taxas de juros vigentes.

### Referências bibliográficas

IBGE. **Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)**. Rio de Janeiro: IBGE, fevereiro de 2026.

IBRE-FGV. **Boletim Macro**, abril/26, nº 177. Rio de Janeiro: IBRE-FGV. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/boletim-macro>. Acesso em 28/03/2026.

IPEA. Visão geral da conjuntura. **Carta de Conjuntura**, nº 70, n. 26, 1T/2026. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/sumario-executivo/>.

BCB. **Dinâmica recente da inflação de serviços**. Box, Relatório de Inflação, junho/24. Brasília: BCB, 2024a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri/202406>.

BCB. **Inflação de serviços responderada por fatores de produção** Box, Relatório de Inflação, junho/24. Brasília: BCB, 2024b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri/202406>.

## SETOR DE SERVIÇOS IMPULSIONOU O SALDO DOS EMPREGOS FORMAIS EM FEVEREIRO DE 2026

*João Marcelo Sovinski\**  
*Renan Angst Marcomini\*\**

Os dados do Novo Caged de fevereiro/2026 mostraram que o saldo de vagas no mercado de trabalho formal do país teve uma variação positiva no mês de 0,5% com a abertura de 255,3 mil postos formais de trabalho. Já em SC foi registrado um saldo de 19 mil com uma variação de 0,8%. Entretanto, ao analisar os dados sem o efeito da sazonalidade, percebe-se uma brusca inversão nas variações, favorecendo a geração de empregos nacional, em relação ao estado. O estoque mensal de empregos formais apresentou, em fevereiro, 48,8 milhões de vínculos ativos no Brasil e 2,7 milhões de vagas formais em Santa Catarina.

**Tabela 1** - Saldo de vínculos formais de trabalho no Brasil e em Santa Catarina (fevereiro/2026).

		<b>Brasil</b>	<b>Santa Catarina</b>
<b>Saldos</b>	fev/26	255.321	21.727
	jan-fev/26	370.339	41.528
<b>Variações</b>	Mês	0,5%	0,8%
	Mês - com ajuste*	0,2%	0,0%
	Ano**	0,8%	1,6%
	Em 12 meses***	2,2%	1,8%

Fonte: Novo Caged (2026). Elaboração: NECAT/UFSC

\* Variação contra mês anterior, na série dessazonalizada

\*\* Estoque de empregos em dez/25 vs. estoque em dez/24

\*\*\* Estoque de empregos em dez/25 vs. estoque em dez/24

Embora haja incertezas relacionadas ao ajuste sazonal na série histórica do Novo Caged<sup>1</sup>, as informações apresentadas no Gráfico 1 indicam que Santa Catarina apresentou um crescimento no estoque real de empregos superior ao que os dados sem tratamento mostraram, onde a taxa de variação aparece em 0,8% antes do tratamento e, após o tratamento, permaneceu constante.

\* Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. Email: Sovinskiapc@gmail.com

\*\* Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. Email: ramarcomini@hotmail.com

<sup>1</sup>Qualquer dessazonalização feita a partir dos dados do Novo Caged deve ser analisada com muita cautela. Como a série tem início em 2020, a observação de seus padrões sazonais deve ser complementada com os dados do Caged antigo. No entanto, conforme temos alertado constantemente, essas bases não são plenamente comparáveis entre si, uma vez que a transição para o Novo Caged inchou as estatísticas do emprego formal, seja pela inclusão de novas categorias de vínculos, ou pela maior abrangência de captação. Com isso, é possível que haja um viés de alta nos resultados dessazonalizados.

**Gráfico 1** - Crescimento estimado do estoque de empregos formais (Santa Catarina, 2022-2026) - Série original e com ajuste sazonal



Fonte: Novo Caged (2026) e NECAT/UFSC (2026); Elaboração: NECAT/UFSC

No presente texto analisam-se os resultados do mercado formal de trabalho catarinense à luz do cenário nacional, utilizando-se principalmente das informações fornecidas pelo Novo Caged. Para isso, serão consideradas a dinâmica da geração de empregos por setor de atividade econômica, o perfil sociodemográfico dos trabalhadores, o patamar remuneratório e a distribuição regional.

### Desempenho por setor de atividade econômica

A Tabela 2 apresenta a distribuição do estoque e do saldo de empregos formais por setor de atividade econômica no Brasil e em Santa Catarina em fevereiro de 2026. O mês segue dando continuidade ao aumento de estoque das vagas de empregos formais, com todos os setores gerando saldos positivos, tanto a nível nacional quanto estadual. De acordo com o Blog do <sup>2</sup>, apesar dos saldos positivos no emprego, o volume foi 42% inferior ao mesmo mês do ano passado e 17% abaixo do mesmo mês de 2024 já que, de fato, no ano passado fevereiro se beneficiou do carnaval em Março, permitindo maiores dias úteis para geração de vagas. Também de acordo com o blog, mesmo tendo saldos positivos, todos os setores geraram saldos inferiores aos registrados no mesmo mês do ano de 2025.

**No Brasil**, o setor de serviços apresentou um saldo positivo de 178 mil novas vagas formais no Brasil em fevereiro de 2026, correspondendo a uma variação mensal de aproximadamente 0,8% no estoque de empregos. Ainda mais que o mês de fevereiro tenha sido marcado pela alta concentração no subsetor da esfera pública, principalmente nos ensinos infantil e fun-

<sup>2</sup>Disponível em: <Arrefecimento da geração de vagas formais se acentua em fevereiro | Blog do IBRE>. Acesso em: 18/04/2026

damental, devido ao início do ano letivo nas escolas.

Já no setor industrial, o registro foi de um saldo de 32 mil novas vagas formais, o que representa uma variação mensal de 0,4%. O resultado esteve majoritariamente concentrado na indústria de transformação, distribuindo bem o volume de empregos dentro do subsetor, com a indústria de transformação alimentícia e de fumo como as principais geradoras de empregos. É estrutural da economia que os níveis de empregos sejam mais determinados pela indústria de transformação comparativamente às demais áreas, especialmente de infraestrutura, extrativa, etc.

A construção gerou o segundo maior saldo mensal de 31,1 mil novas vagas, significando a maior variação mensal dentre os setores, com um crescimento de 1%. Nesse mês as vagas entre os subsetores de infraestrutura, construção de edifícios e serviços para construção estiveram muito próximas, tendo um leve destaque para a construção de edifícios que gerou aproximadamente 12,7 mil das vagas totais do setor.

Na agropecuária foi registrado um saldo positivo de 8,1 mil novas vagas formais no Brasil, representando uma variação mensal de aproximadamente 0,4% no estoque de empregos do setor. Esse resultado está associado principalmente ao avanço das atividades agrícolas de lavouras permanentes, com destaque para a colheita de maçã e de manga.

Por último, o comércio apresentou saldo de 6,1 mil vagas formais no Brasil, o que deixou relativamente constante o estoque de empregos para esse setor. Ou seja, os resultados do mês de fevereiro ainda não foram suficientes para repor as perdas geradas no mês anterior. Desagregando os dados podemos ter uma noção melhor da movimentação ocorrida, onde existe um claro contraste entre o comércio de atacado, gerando cerca de 8,3 mil novas vagas, ao passo que o subsetor varejista gera uma perda de quase 4 mil empregos. De acordo com o portal Gazeta de Brasília<sup>3</sup>, as baixas nos setores são esperadas, uma vez que ainda estão se recuperando dos fins dos contratos temporários de fim de ano.

**Tabela 2** - Saldo e estoque por setor de atividade econômica no Brasil e em Santa Catarina (fevereiro/26)

	Brasil				Santa Catarina			
	Estoque	Saldo ano*	Saldo mês	Var. Mês	Estoque	Saldo ano*	Saldo mês	Var. Mês
Agropecuária	1.861.555	23.073	23.073	1,3%	50.714	1.436	1.436	2,9%
Indústria	9.124.759	54.991	54.991	0,6%	813.655	11.623	11.623	1,5%
Construção	2.994.000	50.545	50.545	1,7%	144.736	4.247	4.247	3,0%
Comércio	10.774.976	-56.800	-56.800	-0,5%	553.715	-1.782	-1.782	-0,3%
Serviços	23.822.648	40.525	40.525	0,2%	1.083.677	3.476	3.476	0,3%
Total	48.577.979	112.334	112.334	0,2%	2.646.497	19.000	19.000	0,7%

Fonte: Novo Caged (2026). Elaboração: NECAT/UFSC

\* Cálculo da variação mensal (%) = Saldo do mês atual/Estoque do mês anterior.

<sup>3</sup>Disponível em: <Brasil cria 255,3 mil postos de trabalho em fevereiro - Gazeta de Brasília> Acesso em: 18/04/2026

**Em Santa Catarina**, o setor de serviços registrou saldo positivo de 11,1 mil novas vagas formais em Santa Catarina em fevereiro de 2026, correspondendo a uma variação mensal de 0,8% no estoque de empregos do setor. Diferentemente do que se verificou no Brasil, não foram as contratações de professores para o ensino básico que mais sustentaram os empregos, apesar de terem contribuído fortemente, mas sim a admissão de trabalhadores na administração pública, o que de qualquer modo indica que o mês é conhecido por ter um alto volume de contratações na esfera pública.

O setor industrial registrou um saldo de 5,7 mil novas vagas formais em fevereiro de 2026, correspondendo a uma variação mensal de 0,7% no estoque de empregos do setor. O resultado foi impulsionado radicalmente pela indústria de transformação, responsável pela quase totalidade das novas vagas, com destaque para os segmentos tanto de fabricação de produtos alimentícios, quanto de fabricação de borracha. Essa enorme concentração mostra que ocorreu poucas alterações no estoque de empregos voltados à infraestrutura, extração e saneamento básico, um cenário análogo ao que ocorreu no país. Segundo a própria FIESC, apesar da indústria apresentar saldos positivos para o setor, ainda se encontra abaixo do que foi registrado no mesmo período dos anos anteriores, uma vez que a geração de empregos industriais em Santa Catarina, apesar de positiva, acabou registrando arrefecimento na geração de novas vagas em relação ao mesmo período do ano anterior. A desaceleração é explicada por fatores como o cenário de juros ainda elevados e crédito mais restrito. Mesmo assim, Santa Catarina segue como um dos destaques da geração de empregos industriais no país, demonstrando resiliência dos setores produtivos catarinenses<sup>4</sup>.

A agropecuária apresentou saldo de 2,5 mil novas vagas formais no estado em fevereiro de 2026, o que representa uma variação de 4,7% em relação ao estoque do mês anterior. O resultado reforça a contribuição dos efeitos sazonais do setor para a geração de empregos no início do ano. O produto mais beneficiado pelo efeito sazonal da colheita foi a maçã que, concentrando praticamente todo o volume de empregos formais na agricultura, provocou uma queda no preço do alimento pela sua crescente oferta. Segundo os estudos da Epagri<sup>5</sup>, o preço da maçã teve uma queda de quase 25%, precisamente pela quantidade a ser colhida, necessitando de um alto volume de mão-de-obra.

Perdendo para a agropecuária por apenas 4 postos de trabalho, o setor de construção apresentou o quarto maior saldo de geração de empregos formais no estado, com 2,5 mil novas vagas em fevereiro, o que representa uma variação de 1,7% em relação ao estoque do mês anterior. No referido mês, cerca de metade das vagas foram concentradas na construção de edifício.

Analogamente ao que se verificou no cenário nacional, o comércio permaneceu prati-

<sup>4</sup>Disponível em: <Santa Catarina ocupa a 3ª posição no saldo de empregos da indústria em 2026 | Observatório FIESC> Acesso em: 19/04/2026

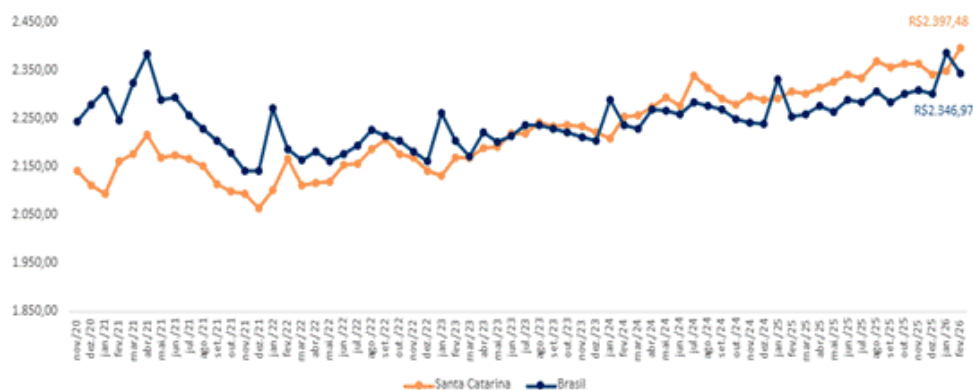
<sup>5</sup>Disponível em: <Vista do Boletim agropecuário Nº 155- Abril/2026> Acesso em: 19/04/2026

camente estagnado na geração de empregos totais, sendo o saldo de apenas 41 postos de trabalho criados, não se verificando variação significativa no estoque de empregos. Vale lembrar que, apesar da constância do estoque entre os meses de janeiro e fevereiro, não se infere daí que houve poucas mudanças no setor. Ao contrário, segue-se um rearranjo dos subsetores que migraram do comércio varejista para o comércio de atacado. O mês de fevereiro pode ser considerado um período típico de recuperação para este setor, como afirma a Fecomércio-SC<sup>6</sup>.

### Evolução salarial

O Gráfico 2 representa a evolução do salário médio real de admissão para o Brasil e Santa Catarina entre 2020 e 2026. Verifica-se que, em fevereiro de 2026, Santa Catarina voltou a apresentar salário médio de admissão superior ao registrado no plano nacional. No Brasil, o salário médio real de admissão atingiu o valor de R\$ 2.346,97, enquanto em Santa Catarina alcançou R\$ 2.397,48. Na comparação com o mês anterior, observa-se que o salário médio brasileiro recuou 1,8%, ao passo que no estado catarinense houve crescimento de 1,4%. Já na comparação interanual, a variação foi de 4,0% no Brasil e de 2,9% em Santa Catarina, mostrando que, apesar do crescimento em ambos os casos, a trajetória recente dos salários médios foi mais favorável ao país, embora o estado siga com patamar remuneratório superior em termos absolutos.

**Gráfico 2** - Salário médio real de admissão (Brasil e Santa Catarina, 2020-2026)



Fonte: Novo Caged (2026). Elaboração: NECAT/UFSC

Nota: seguindo a metodologia adotada pelo MTE, o salário médio foi deflacionado pelo INPC e calculado desconsiderando vínculos de trabalho intermitente e salários declarados abaixo de 0,3 SM ou acima de 150 SM.

A Tabela 3 mostra como se distribuiu o número de admissões em Santa Catarina pelas diversas faixas salariais. Os dados mostram que 89,9% da população admitida recebe até 2 salários mínimos, o que demonstra a permanência da forte concentração das novas contratações

<sup>6</sup>Disponível em: <Serviços e comércio geram mais de 11 mil empregos em fevereiro no estado de Santa Catarina - Bom Dia SC> Acesso em: 19/04/2026

nas faixas salariais mais baixas. Do total de catarinenses contratados em fevereiro/26, 15,1 mil, ou 9,0% do total, receberam até 1 salário mínimo, enquanto 134,8 mil trabalhadores, equivalentes a 80,6%, foram admitidos na faixa de 1 a 2 salários mínimos. Por outro lado, apenas 17,4 mil admissões ocorreram em ocupações com remuneração superior a 2 salários mínimos, o que correspondeu a 10,4% do total. De modo geral, os dados reforçam que a geração de empregos formais no estado segue concentrada nos estratos salariais de menor rendimento.

**Tabela 3** - Admissões por faixa salarial (Santa Catarina, fevereiro/26).

Faixas Salariais	Acumulado no ano*		Mês	
	Admissões	Part.	Admissões	Part.
Até 1 SM	31.717	9,8%	15.065	9,0%
De 1,01 a 2 SM	260.542	80,1%	134.823	80,6%
De 2,01 a 3 SM	23.246	7,1%	12.000	7,2%
De 3,01 a 5 SM	7.492	2,3%	4.210	2,5%
Mais que 5 SM	2.209	0,7%	1.181	0,7%
Total	325.206	100%	167.279	100%

Fonte: Novo Caged (2026) e RAIS (2026); Elaboração: NECAT/UFSC.

A Tabela 4 mostra como se distribuiu o número de desligamentos em Santa Catarina pelas diversas faixas salariais. Os dados revelam que 87,6% da população desligada em fevereiro/26 recebia até 2 salários mínimos, reforçando a concentração do mercado de trabalho formal catarinense nos níveis salariais mais baixos. Do total de catarinenses desligados no mês, 12,2 mil, ou 8,4% do total, recebiam até 1 salário mínimo, enquanto 115,3 mil, equivalentes a 79,2%, estavam na faixa de 1 a 2 salários mínimos. Já os trabalhadores com rendimentos superiores a 2 salários mínimos responderam por 18,1 mil desligamentos, o equivalente a 12,4% do total. Comparando admissões e desligamentos, verifica-se que o saldo positivo do mês permaneceu concentrado nas faixas salariais de até 2 salários mínimos, nas quais houve 22,4 mil admissões líquidas, enquanto nas faixas superiores a esse patamar as demissões superaram levemente as contratações. Esse movimento reforça a concentração da geração líquida de empregos em ocupações de menor remuneração.

**Tabela 4** - Desligamentos por faixa salarial (Santa Catarina, fevereiro/26).

Faixas Salariais	Acumulado no ano*		Mês	
	Desligamentos	Part.	Desligamentos	Part.
Até 1 SM	25.341	8,9%	12.164	8,4%
De 1,01 a 2 SM	225.432	79,2%	115.280	79,2%
De 2,01 a 3 SM	23.534	8,3%	12.617	8,7%
De 3,01 a 5 SM	7.289	2,6%	3.930	2,7%
Mais que 5 SM	2.883	1,0%	1.561	1,1%
Total	284.479	100%	145.552	100%

Fonte: Novo Caged (2026) e RAIS (2026); Elaboração: NECAT/UFSC.

Comparando-se admissões e desligamentos, observa-se que o saldo positivo do mês esteve concentrado, sobretudo, nas faixas salariais de até 2 salários mínimos. Nas faixas superiores a esse patamar, o resultado foi praticamente nulo, o que sugere que a geração líquida de empregos formais em fevereiro ocorreu majoritariamente em ocupações de menor remuneração.

### **Distribuição geográfica dos empregos em Santa Catarina**

A tabela 5 mostra os saldos e suas respectivas variações nos níveis de emprego formal, separados pelas mesorregiões. Assim, fica mais fácil compreender territorialmente onde se encontram os diversos setores econômicos no espaço regional de Santa Catarina.

O **Vale do Itajaí** é a mesorregião que mais empregou neste mês, totalizando um saldo de 5,7 mil novos postos formais de trabalho, o que equivale a uma variação de 0,7% no estoque total. Da região, Itajaí, Gaspar e Blumenau foram as cidades que mais se destacaram na geração de empregos, se concentrando principalmente no setor de serviços, para a contratação de professores, servidores públicos em geral e um leve saldo no emprego de terapeutas e psicólogos.

A **Região Norte** registrou a abertura de 4,2 mil postos de trabalho formais, um aumento de 0,8% em relação aos estoques de emprego em fevereiro/26. Ao contrário do Vale, o setor de serviços dominante na região é o de mão-de-obra temporária, principalmente na cidade de Joinville. Ainda, na cidade de Jaraguá do Sul, o setor industrial dominou com suas fabricações de geradores, transformadores e motores elétricos. Por fim, a cidade de São Bento do Sul também se destacou com a indústria de transformação cerâmica.

A **Região Oeste** registrou a abertura de 4,1 mil vínculos formais, correspondendo a uma variação relativa de 0,8% em relação ao estoque do mês anterior. Em Chapecó, o abate de suínos e aves provocou uma onda de contratações na cidade, do mesmo modo que o setor público na contratação de professores; em Fraiburgo, nota-se uma predominância estrutural da agropecuária, uma das principais cidades produtoras de maçã, produto-destaque no mês de fevereiro pela sua época de colheita. Em Concórdia, por fim, o setor de administração pública foi o mais impactante para o resultado positivo na cidade.

A **Região da Grande Florianópolis** contabilizou a abertura de 2,9 mil postos formais, ou seja, 0,5% de aumento nos estoques da região. As cidades com maior destaque na geração de empregos foram São José, Florianópolis e Santo Amaro da Imperatriz. Olhando essas três cidades no agregado, a atividade de serviços dominou mais de 70% dos empregos totais, principalmente em tele atendimento.

**Tabela 5** - Saldo de empregos formais por mesorregião (Santa Catarina, fevereiro/26)

	<i>Saldo ano*</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Vale do Itajaí	12.482	5.737	0,7%
Norte	7.000	4.246	0,8%
Oeste	9.307	4.097	0,8%
G. Florianópolis	4.845	2.945	0,5%
Serrana	4.413	2.535	2,0%
Sul	3.481	2.167	0,6%
<b>Total</b>	<b>41.528</b>	<b>21.727</b>	<b>0,7%</b>

Fonte: Novo Caged (2026). Elaboração: NECAT/UFSC

A **Região Serrana** foi responsável pela criação de 2,5 mil postos formais, o que correspondeu a uma variação relativa de 2%, a maior variação das 6 mesorregiões. Diferentemente da regra geral, esta região apresentou um forte nível de empregabilidade no setor agropecuário, gerando mais de 6 vezes o volume do segundo lugar, os serviços. Na agropecuária, o cultivo de lavoura permanente pressionou o nível de emprego principalmente nas cidades de São Joaquim, Monte Carlo e Santa Cecília. A fins de evitar repetição, aqui apenas indicaremos que as razões da alta empregabilidade da região já foram explicadas na seção referente à análise dos setores de Santa Catarina.

Por fim, a **Região Sul** catarinense apresentou um saldo positivo de 2,2 mil empregos formais, aumentando seu estoque em 0,6%, concentrando a enorme maioria dos novos empregos na indústria, como era de se esperar. Diferentemente da maioria das mesorregiões, nesta está presente uma maior distribuição do volume de empregos. Assim, falar de três cidades como dominantes na geração de empregos, neste caso, pode ser um equívoco, mas foram, de fato, levemente destacadas em relação às outras, a saber, as cidades de Imbituba, Tubarão e Braço do Norte, onde as contratações seguiram os setores já esperados, quais sejam, a administração pública e a contratação de professores.

A Tabela 6 apresenta o saldo e a variação mensal dos empregos nas 13 cidades catarinenses com mais de 100 mil habitantes. Dentre os 295 municípios de Santa Catarina, esse conjunto respondeu pela geração de pouco mais de 8 mil empregos formais em fevereiro de 2026, o que representa cerca de 37% do saldo estadual no mês. As cidades que mais se destacaram foram Joinville, com 2,3 mil novas vagas, Itajaí e Chapecó, ambas com cerca de 0,9 mil empregos, seguidas por Blumenau e São José, todas com saldos expressivos de geração de vagas. Nessas cidades, observou-se forte presença do setor de serviços, sobretudo na administração pública e na locação de mão de obra temporária, além de contribuições relevantes da indústria de transformação e da construção. Já no final da lista, Criciúma e Balneário Camboriú apresentaram os resultados menos favoráveis entre as maiores cidades do estado, sendo que esta última foi a única a registrar saldo negativo no período.

**Tabela 6** - Saldo das cidades com mais de 100 mil habitantes (Santa Catarina, fevereiro/26)

<i>Cidade</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Joinville	2.315	0,9%
Itajaí	944	0,7%
Chapecó	942	0,9%
Blumenau	868	0,6%
São José	866	0,6%
Florianópolis	578	0,3%
Jaraguá do Sul	540	0,7%
Brusque	426	0,7%
Tubarão	329	0,8%
Lages	230	0,5%
Palhoça	184	0,3%
Criciúma	109	0,1%
Balneário Camboriú	-268	-0,5%

Fonte: Novo Caged (2026). Elaboração: NECAT/UFSC

A Tabela 7 apresenta as 10 cidades com os maiores saldos de empregos formais em Santa Catarina. Joinville liderou a geração de vagas no mês, com destaque para a contratação de mão de obra temporária no setor de serviços, mas também com participação relevante da indústria e da construção. Em Blumenau, ao contrário, foi a indústria de transformação a principal responsável pela abertura de vagas, especialmente nos segmentos de artigos do vestuário e acessórios. Fraiburgo também se destacou, impulsionada sobretudo pelas atividades agropecuárias ligadas ao período de colheita da maçã, enquanto Brusque, Itapema, Chapecó, Itajaí, Palhoça, Lages e Caçador completaram o grupo dos maiores saldos positivos do mês.

**Tabela 7** - Maiores saldos de empregos formais em Santa Catarina (fevereiro/2026).

<i>Cidade</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Joinville	1.632	0,66%
Blumenau	1.085	0,77%
Fraiburgo	829	8,24%
Brusque	729	1,28%
Itapema	628	2,17%
Chapeco	582	0,54%
Itajaí	562	0,44%
Palhoça	523	0,86%
Lages	505	1,16%
Caçador	498	1,85%

Fonte: Novo Caged (2026). Elaboração: NECAT/UFSC

Já a Tabela 8 apresenta os menores saldos de empregos formais em Santa Catarina. Em fevereiro/26, Ituporanga liderou o saldo negativo de vagas, seguida por Alfredo Wagner e São Francisco do Sul. No caso de Ituporanga e Alfredo Wagner, o fechamento de postos de trabalho apresenta forte componente sazonal, associado ao comportamento das lavouras temporárias, especialmente na produção de cebola. Em São Francisco do Sul, por sua vez, o recuo esteve relacionado principalmente ao comércio, refletindo a perda de dinamismo após o período de maior movimento turístico do verão. Também aparecem entre os menores resultados do mês os municípios de Imbituba, Saudades, Araquari, Imbuia, Sangão, Garopaba e Itapiranga, todos com saldos negativos, ainda que de menor magnitude.

**Tabela 8** - Menores saldos de empregos formais em Santa Catarina (fevereiro/2026).

<i>Cidade</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Ituporanga	-432	-5,56%
Alfredo Wagner	-172	-12,42%
São Francisco do Sul	-130	-0,92%
Imbituba	-85	-0,63%
Saudades	-83	-2,86%
Araquari	-63	-0,31%
Imbuia	-63	-6,18%
Sangão	-63	-1,27%
Garopaba	-54	-0,88%
Itapiranga	-54	-0,70%

Fonte: Novo Caged (2026). Elaboração: NECAT/UFSC

## Considerações Finais

Em fevereiro de 2026, o mercado de trabalho formal de Santa Catarina apresentou a abertura de 21,7 mil vagas formais, elevando o estoque de empregos em 0,8% no mês. Quando observada a série dessazonalizada, contudo, o resultado mostrou relativa estabilidade, indicando que parte importante desse crescimento já era esperada para o período. Ao longo do texto, procurou-se mostrar que esse desempenho esteve associado, sobretudo, à expansão do setor de serviços, principal responsável pela geração de empregos no estado, seguido pela indústria, agropecuária e construção, enquanto o comércio permaneceu praticamente estagnado, ainda em processo de recuperação após as perdas observadas nos meses anteriores. No caso catarinense, também se destacou o peso das contratações na esfera pública e em atividades ligadas ao início do ano letivo, além dos efeitos sazonais da colheita da maçã, particularmente relevantes em municípios da região serrana e do oeste do estado.

Do ponto de vista territorial, a geração de empregos mostrou-se relativamente disseminada, com destaque para o Vale do Itajaí, Norte e Oeste catarinense, e, entre os municípios, para

Joinville, Itajaí, Chapecó e Blumenau. Ao mesmo tempo, o desempenho de cidades como Fraiburgo reforçou a importância de atividades agropecuárias sazonais para o resultado estadual. No campo salarial, Santa Catarina voltou a registrar salário médio real de admissão superior ao nacional, atingindo R\$ 2.397,48 em fevereiro, com crescimento de 1,4% em relação ao mês anterior. Ainda assim, a forte concentração das admissões e dos desligamentos nas faixas de até dois salários mínimos evidencia que a geração de empregos formais no estado continua concentrada em ocupações de menor remuneração. Dessa forma, embora o resultado de fevereiro tenha sido positivo e mais disseminado entre setores e regiões, ele também reforça a necessidade de atenção à qualidade dos postos de trabalho gerados e à persistente concentração do mercado formal catarinense em faixas salariais mais baixas.

### **Referências bibliográficas**

BLOG DO IBRE. Arrefecimento da geração de vagas formais se acentua em fevereiro. Disponível em: Arrefecimento da geração de vagas formais se acentua em fevereiro | Blog do IBRE Acesso em: 18/04/2026

GAZETA DE BRASÍLIA. Brasil cria 255,3 mil postos de trabalho em fevereiro. Acesso em: <Brasil cria 255,3 mil postos de trabalho em fevereiro - Gazeta de Brasília> Acesso em: 18/04/2026

OBSERVATÓRIO FIESC. Santa Catarina ocupa a 3ª posição no saldo de empregos da indústria em 2026. Disponível em: <Santa Catarina ocupa a 3ª posição no saldo de empregos da indústria em 2026 | Observatório FIESC> Acesso em: 19/04/2026

EPAGRI. Vista do boletim agropecuário. Disponível em: <Vista do Boletim agropecuário Nº 155- Abril/2026> Acesso em: 19/04/2026

BOM DIA SC. Serviços e comércio geram mais de 11 mil empregos em fevereiro no estado de Santa Catarina. Disponível em: <Serviços e comércio geram mais de 11 mil empregos em fevereiro no estado de Santa Catarina - Bom Dia SC> Acesso em: 19/04/2026